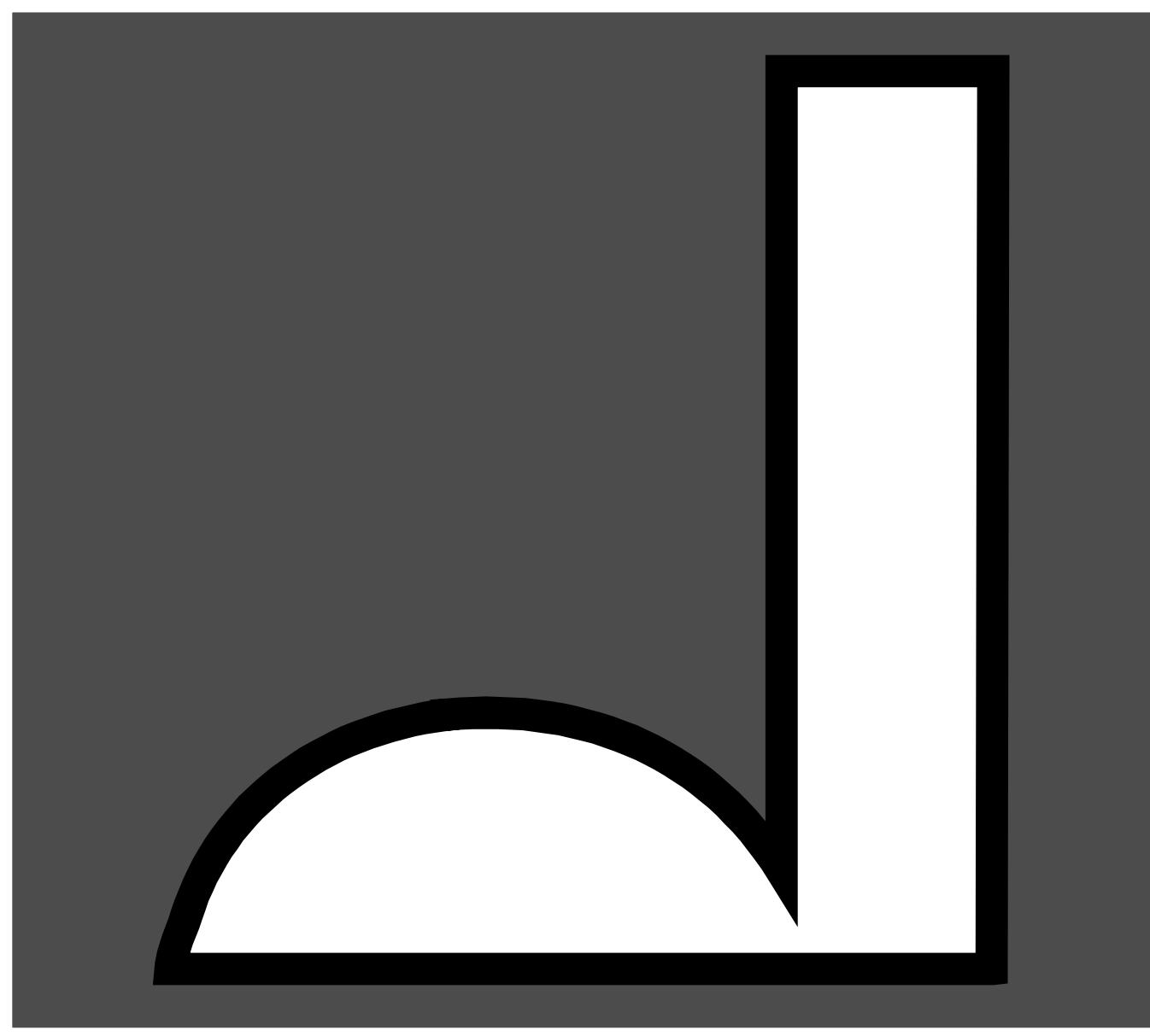




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVI - Nº 175 - SEXTA-FEIRA, 07 DE DEZEMBRO DE 2001 - BRASÍLIA-DF

Mesa não disponível!

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 169ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 6 DE DEZEMBRO DE 2001

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Avisos de Ministros de Estado

Nº 341/2001, de 29 de novembro último, do Ministro de Estado de Minas e Energia, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 525, de 2001, de iniciativa da Comissão de Fiscalização e Controle, exceto quanto ao quesito nº 5, por estar revestido de absoluto sigilo. À Comissão de Fiscalização e Controle.....

30339

Nº 339/2001, de 29 de novembro último, do Ministro de Estado de Minas e Energia, solicitando dilatação do prazo para entrega da resposta, por mais 30 dias, ao Requerimento nº 544, de 2001, de iniciativa da Comissão de Fiscalização e Controle.

30339

Nº 526/2001, de 28 de novembro último, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 575, de 2001, de autoria do Senador Carlos Bezerra. Ao Arquivo.....

30339

Nº 359/2001, de 3 do corrente, do Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, encaminhando as informações, bem como disquete, em resposta ao Requerimento nº 636, de 2001, de autoria do Senador Eduardo Suplicy. Ao Arquivo.....

30339

1.2.2 – Matéria recebida da Câmara dos Deputados

Proposta de Emenda à Constituição nº 53, de 2001 (nº 222/2000, na Câmara dos Deputados), que acrescenta o art. 149A à Constituição Federal. (Autoriza os Municípios e o Distrito Federal a instituir contribuição para custeio do serviço de iluminação pública). À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

30340

1.2.3 – Comunicações da Presidência

Término de prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 109, de 2001, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para disciplinar a realização de eleições primárias para a escolha de candidatos, rejeitado terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Ao Arquivo.....

30341

Término de prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2001, de autoria do Senador Pedro Simon, que assegura a instalação de Municípios criados por Lei Estadual, aprovado terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. À Câmara dos Deputados.

30341

1.2.4 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 273, de 2001, de autoria do Senador Carlos Bezerra, que altera a Lei nº 8.955, de 15 de dezembro de 1994 (Lei de Franquias), para vedar a sublocação de imóveis, pelo franqueador, por valor superior ao da locação. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

30341

1.2.5 – Ofícios

Nº 1.648/2001, de 5 do corrente, da Liderança do Bloco Parlamentar PLF/PST na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

30342

Nº 338/2001, de 6 do corrente, da Liderança do PDT na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

30343

Nº 339/2001, de 5 do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, de substituição

de membros na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 2.218, de 2001.... 30343

1.2.6 – Discursos do Expediente

SENADOR *BERNARDO CABRAL* – Recebimento pelo Senado Federal, ainda hoje, das alterações aprovadas pela Câmara dos Deputados à proposta de Emenda Constitucional que dispõe sobre a imunidade parlamentar. Anúncio da designação do Senador José Fogaça para relatar a matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. 30343

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Comentários ao pronunciamento do Senador Bernardo Cabral. 30343

SENADOR *SEBASTIÃO ROCHA*, como Líder – Solicitação de providências ao Governador do Amapá, João Alberto Capiberibe, para apuração do assassinato do comandante do navio inglês de pesquisa científica *Seamaster*, ocorrido ontem, próximo à cidade de Macapá. 30344

SENADOR *ANTONIO CARLOS VALADARES* – Defesa da interferência do governo federal na Transbrasil para evitar consequências ainda mais graves à aviação civil brasileira. 30344

SENADOR *CARLOS PATROCÍNIO* – Precariedade da rodovia Belém-Brasília. Repúdio ao aumento abusivo dos preços dos medicamentos e à falta de fiscalização do setor. 30345

SENADORA *MARLUCE PINTO*, como Líder – Críticas à Portaria nº 824 da Funai, de 11 de outubro último, que criou grupo de estudo para delimitar nova área indígena no Estado de Roraima. 30347

SENADOR *MOZARILDO CAVALCANTI* – Questionamentos à intenção da Fundação Nacional do Índio em estabelecer nova demarcação de terras indígenas em Roraima. Transcrição de artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 2º do corrente, intitulado “Governo quer o fim do paternalismo na Funai”.... 30350

SENADORA *MARIA DO CARMO ALVES* – Prejuízos causados à região Nordeste pela imposição do racionamento de energia elétrica. 30361

1.2.7 – Leitura de requerimento

Nº 735, de 2001, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2001, que altera dispositivos da Lei nº 5869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, referentes a recursos e ao reexame necessário. Será votado após a Ordem do Dia. 30362

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1

Requerimento nº 729, de 2001, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando seja enviada moção dirigida ao Governo e ao Congresso dos Estados

Unidos da América, manifestando a preocupação do Senado Federal com as anunciadas medidas protecionistas recomendadas pela Comissão de Comércio Internacional, vinculado ao Governo Americano e que poderão afetar significativamente as exportações brasileiras de aço para aquele País. **Aprovado**, após usarem da palavra os Srs. Ricardo Santos e Paulo Hartung..... 30362

Item 2

Projeto de Resolução nº 59, de 2001 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 1.426, de 2001, Relator: Senador Carlos Bezerra), que autoriza o Município de Juiz de Fora – MG a contratar operação de crédito Finame junto ao Banco ABN AMRO Real S/A, no valor de R\$ 6.800.000,00 (seis milhões e oitocentos mil reais). **Aprovado**, com voto contrário do Senador Lauro Campos, após usarem da palavra os Srs. Arlindo Porto e Lauro Campos. À Comissão Diretora para redação final..... 30364

Redação final do Projeto de Resolução nº 59, de 2001 (**Parecer nº 1.443, de 2001-CDIR**). **Aprovada**. À promulgação..... 30365

Item 3

Projeto de Resolução nº 60, de 2001 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 1.427, de 2001, Relator: Senador Carlos Bezerra), que autoriza o Município de Juiz de Fora – MG a contratar operação de crédito com Banco ABN AMRO Real S/A – Leasing, no valor de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais). **Aprovado**, com voto contrário do Senador Lauro Campos, após usar da palavra o Sr. José Alencar. À Comissão Diretora para redação final..... 30365

Redação final do Projeto de Resolução nº 60, de 2001 (**Parecer nº 1.444, de 2001-CDIR**). **Aprovada**. À promulgação..... 30366

Item 4

Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Antônio Carlos Valadares, que dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste. **Discussão encerrada em segundo turno**. A matéria constará da sessão da próxima terça-feira, dia 11, para votação em segundo turno..... 30367

Item 5

Proposta de Emenda à Constituição nº 27, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Antônio Carlos Valadares, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de instituir o Fundo para Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento

Sustentável da Bacia do Rio São Francisco. Usam da palavra na primeira sessão de discussão, em primeiro turno, os Srs. Waldeck Ornelas e Arlindo Porto, a Sra. Heloísa Helena, e os Srs. José Alencar e Antonio Carlos Valadares.	30367	Item 11 Requerimento nº 678, de 2001, do Senador Mauro Miranda, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 16, de 2001, do Projeto de Lei do Senado nº 133, de 1999. Aprovado. O Projeto de Lei do Senado nº 133, de 1999, retorna à Comissão de Constituição Justiça e Cidadania e, posteriormente, vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. O Projeto de Lei do Senado nº 16, de 2001, retorna à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.	30376
1.3.1 – Fala da Presidência Recebimento da Proposta de Emenda à Constituição nº 2A, de 1995 (nº 610/98, na Câmara dos Deputados), que dá nova redação ao art. 53 da Constituição Federal (Dispõe sobre imunidade parlamentar). À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. (<i>Relator na Comissão: Senador José Fogaça</i>)	30372	1.3.2 – Ordem do Dia (Continuação) Item 6 Projeto de Decreto Legislativo nº 313, de 2001 (nº 760/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Subaé Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Feira de Santana, Estado da Bahia. Aprovado. À promulgação.	30374
Item 7 Projeto de Decreto Legislativo nº 314, de 2001 (nº 767/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural São João Bosco da Região das Alterosas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Betim, Estado de Minas Gerais. Aprovado. À promulgação.	30374	1.3.3 – Matéria apreciada após a Ordem do Dia Requerimento nº 735, de 2001, de urgência, lido no Expediente da presente sessão. Aprovado. O Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2001, figurará na Ordem do Dia da segunda sessão deliberativa ordinária subsequente.	30376
Item 8 Projeto de Decreto Legislativo nº 333, de 2001 (nº 875/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Educacional, Cultural e Artística Novo Tempo – AECANT a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Igaci, Estado de Alagoas. Aprovado. À promulgação.	30375	1.3.4 – Discursos após a Ordem do Dia SENADOR MAURO MIRANDA – Congratulações aos integrantes da CPI do Futebol pelo trabalho desenvolvido, em especial ao Presidente Senador Álvaro Dias e ao Relator Senador Geraldo Althoff. Expectativa quanto à apreciação da lei de imunidade parlamentar, que retorna hoje ao Senado Federal.	30376
Item 9 Projeto de Decreto Legislativo nº 355, de 2001 (nº 1.004/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Fundação Assistencial Maria do Carmo Pedrosa Mendes – FUMACPEM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nazarezinho, Estado da Paraíba. Aprovado. À promulgação.	30375	SENADOR OSMAR DIAS – Protesto diante do anúncio de elevação das tarifas públicas. Apelo aos Deputados Estaduais do Paraná para que rejeitem os aumentos de impostos pretendidos pelo Governo daquele Estado.	30377
Item 10 Projeto de Decreto Legislativo nº 364, de 2001 (nº 969/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Nazaré de Comunicação para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Belém, Estado do Pará. Aprovado. À promulgação.	30375	SENADOR EDISON LOBÃO – Estabelecimento de critérios mais adequados à escolha de prioridades para a recuperação das estradas federais.	30378
		SENADOR EDUARDO SUPLICY – Reflexão sobre os ataques israelenses a alvos palestinos e a guerra do Afeganistão. Transcrição do poema de Carlos Drumond de Andrade intitulado “A bomba”.	30383
		SENADORA HELOÍSA HELENA, como Líder – Apelo ao governo federal para que promova ação emergencial em socorro do setor agrícola, especialmente o nordestino.	30387
		SENADOR GILVAM BORGES – Considerações sobre o voto em separado de S.Exa. ao Relatório da CPI do Futebol.	30388

1.3.5 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR <i>LÚCIO ALCÂNTARA</i> – Homenagem pelos 55 anos de existência do Serviço Social do Comércio – SESC.....	30392
SENADOR <i>LUIZ OTÁVIO</i> – Participação de S.Exa. na solenidade de entregado 5º Prêmio Senador Milton Campos de monografias, oferecido aos universitários de todo o País.....	30393
SENADOR <i>VALMIR AMARAL</i> – Críticas à gestão do modeloenergético brasileiro.....	30394
SENADOR <i>ROMERO JUCÁ</i> – Satisfação com a implantação, pelo Ministério do Meio Ambiente, do programa de desenvolvimento das Reservas Extrativistas, visando a exploração racional da Amazônia.....	30396
SENADORA <i>EMILIA FERNANDES</i> – Transcrição da palestra “A Contribuição da Mulher para o Processo Democrático”, proferida por S.Exa. na Conferência Parlamentar das Américas – COPA. ...	30397
1.3.6 – Comunicação da Presidência	
Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 9 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada.	30400
1.4 – ENCERRAMENTO	
2 – DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÕES ANTERIORES	

Do Senador José Alencar, proferido na sessão do dia 29.11.2001. (Repúblicação)	30401
Da Senadora Emilia Fernandes, proferido na sessão do dia 04.12.2001. (Repúblicação)	30401
3 – RETIFICAÇÕES	
Ata da 165ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 29 de novembro de 2001 e publicada no Diário do Senado Federal do dia subsequente.....	30405
Ata da 167ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 4 de dezembro de 2001 e publicada no Diário do Senado Federal do dia subsequente...	30405
4 – ATO DO PRESIDENTE	
Nº 287, de 2001.....	30406
5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL	
Nºs 2.335 a 2.347, de 2001.....	30408
6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 51ª LEGISLATURA	
7 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)	
8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
10 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)	

Ata da 169ª Sessão Deliberativa Ordinária em 6 de dezembro de 2001

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Ramez Tebet, Edison Lobão, Antonio Carlos Valadares
Carlos Wilson, Lauro Campos, Romeu Tuma e Gilvam Borges*

**ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS
SRS. SENADORES:**

Ademir Andrade – Alberto Silva – Álvaro Dias –
Amir Lando – Ante Paes de Barros – Antônio Carlos Júnior – Antônio Carlos Valadares – Arlindo Porto –
Artur da Tavola – Bello Parga – Benício Sampaio –
Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio –
Carlos Wilson – Edison Lobão – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Emília Fernandes – Fernando Bezerra – Fernando Matusalém – Fernando Ribeiro – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Althoff – Geraldo Cândido – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Gilvam Borges – Heloísa Helena – Iris Rezende – Jefferson Peres – João Alberto Souza – Jorge Bornhausen – José Agripino –
José Alencar – José Coelho – José Fogaça – José Sarney – Juvêncio da Fonseca – Lauro Campos – Lindberg Cury – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Luiz Otávio – Luiz Pontes – Maguito Vilela – Maria do Carmo Alves – Marina Silva – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Mozarildo Cavalcanti – Nabor Júnior – Osmar Dias – Paulo Hartung – Paulo Souto – Pedro Piva – Pedro Simon – Ramez Tebet – Ricardo Santos – Roberto Freire – Roberto Requião – Roberto Saturnino – Robinson Viana – Romero Jucá – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sebastião Rocha – Sérgio Machado – Teotônio Vilela Filho – Tião Viana – Valmir Amaral – Waldeck Ornelas – Wellington Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A lista de presença acusa o comparecimento de 75 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

AVISOS

DE MINISTROS DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA

Nº 341/2001, de 29 de novembro último, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 25, de 2001, de iniciativa da Comissão de Fiscalização e Controle, exceto quanto ao quesito nº 5, por estar revestido de absoluto sigilo, de acordo com os §§1º e 2º do art. 155 e art. 157 da Lei nº 6.404, de 1976; e

Nº 339/2001, de 29 de novembro último, solicitando dilatação do prazo para entrega da resposta, por mais 30 dias, ao Requerimento nº 544, de 2001, de iniciativa da Comissão de Fiscalização e Controle.

Os avisos foram anexados aos processados dos Requerimentos aos quais se referem.

O Requerimento nº 525, de 2001, volta à Comissão de Fiscalização e Controle.

O Requerimento nº 544, de 2001, ficará na Secretaria-Geral da Mesa aguardando as informações do Ministério de Minas e Energia.

DE MINISTROS DE ESTADO

Nº 526/2001, de 28 de novembro último, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 575, de 2001, do Senador Carlos Bezerra; e

Nº 359/2001, de 3 do corrente, do Ministro de Estado da Previdência e Assistência social, encaminhando as informações, bem como disquete, em resposta ao Requerimento nº 636, de 2001, do Senador Eduardo Suplicy.

As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes, bem como o disquete que acompanha o aviso nº 359/2001.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

**MATÉRIA RECEBIDA
DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 53, DE 2001**
(Nº 222/2000, na Câmara dos Deputados

Acrescenta o art. 149A à Constituição Federal.

As mesas da câmara dos deputados e do senado federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º A Constituição Federal passa a vigorar acrescida do seguinte art. 149A:

“Art. 149A. Os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública, observado o disposto no art. 150, III.

Parágrafo único. É facultada a cobrança da contribuição a que se refere o caput, na fatura de consumo de energia elétrica.”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 222, DE 2000**

Dá nova redação ao art. 145, II, e § 2º da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Artigo único. O inciso II e o § 2º do art. 145 da Constituição

Federal passam a ter a seguinte redação:

“Art. 145.”

II – taxas pela utilização do serviço de iluminação pública, bem como em razão do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de demais serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

.....

§ 2º As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos, à exceção da taxa de iluminação pública.”

Justificação

É de todos sabido que muitos Municípios brasileiros vinham instituindo e cobrando a taxa de iluminação pública para fazer face aos custos da implanta-

ção e manutenção desse serviço indispensável para as comunidades urbanas.

O Supremo Tribunal Federal, porém, já firmou jurisprudência no sentido de considerá-la inconstitucional, por não se tratar de serviço público específico e divisível e, em certos casos, por ter ela base de cálculo coincidente com a de impostos, como imposto predial e territorial urbano (IPTU).

Como os Municípios não têm condições efetivas de custear a iluminação pública através de seus impostos e também não podem permanecer inadimplentes com as empresas concessionárias ou distribuidoras de energia elétrica, a solução que se alvia é a de emendar-se a Constituição, para que eles possam vir a instituir e cobrar a taxa de iluminação pública, dentro da legalidade e sem os percalços das demandas judiciais.

A emenda exceta explicitamente a taxa de iluminação pública das regras constitucionais restritas quando à instituição de taxas em geral.

Pela relevância do tema, espero contar com o apoio dos nobres pares do Congresso Nacional para a aprovação desta emenda constitucional.

Sala das Sessões, 24 de novembro de 1999. – Deputado **Juquinha**.

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

.....

Art. 149. Compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas, observado o disposto nos arts. 146, III, e 150, I e III, e sem prejuízo do previsto no art. 195, § 6º, relativamente às contribuições a que alude o dispositivo.

Parágrafo único. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, de sistemas de previdência e assistência social.

**Seção II
Das Limitações do Poder de Tributar**

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I – exigir ou autorizar tributo sem lei que o estabeleça;

II – instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por elas exercida, independentemente da de indicação jurídica, rendimentos, títulos ou direitos;

III – cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

IV – utilizar tributo com efeito de confisco;

V – estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público;

VI – instituir impostos sobre:

a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros;

b) templos de qualquer culto;

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

§ 1º – A vedação do inciso III, “b”, não se aplica aos impostos previstos nos arts. 153, I, II, IV e V, e 154, II.

§ 2º – A vedação do inciso VI, “a”, é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

§ 3º – As vedações do inciso VI, “a”, e do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços, relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.

§ 4º As vedações expressas no inciso VI, alíneas “b” e “c” compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços, relacionados com as finalidades essenciais das entidades nas mencionadas.

§ 5º A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços.

(*) Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 17-3-93:

“§ 6º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativas a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima e numeradas ou correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no artigo 155, § 2º, XII, g.”

Parágrafo incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 17-3-93:

“§ 7º A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária condição de responsável pelo pagamento de impostos ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.”

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– Projeto de Lei do Senado nº 109, de 2001, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para disciplinar a realização de eleições primárias para a escolha de candidatos; e

– Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2001, de autoria do Senador Pedro Simon, que assegura a instalação de Municípios criados por Lei Estadual.

Tendo sido apreciados terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2001, aprovado, vai à Câmara dos Deputados; e o de nº 109, de 2001, rejeitado, vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 273, DE 2001

Altera a Lei nº 8.955, de 15 de dezembro de 1994 (Lei de Franquias) para vedar a sublocação de imóveis, pelo franqueador, por valor superior ao da locação.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A alínea “b” do inciso VIII do art. 3º da Lei nº 8.955, de 15 de dezembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º.....

.....

.....

b) aluguel de equipamentos ou ponto comercial, sendo vedado ao franqueador sublocar imóvel ao franqueado por valor superior ao da locação. (NR)

.....

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991 (Lei de Locações), em seu art. 21, veda a sublocação por valor superior ao da locação, proibindo ao locador o lucro sem esforço pessoal, às custas da mera especulação imobiliária.

No entanto, é freqüente a prática de sublocação de imóveis alugados por franqueadores a seus franqueados por preço superior ao da locação, muitas vezes com diferenças significativas de valor.

Questionado, o Poder Judiciário tem admitido a conduta dos franqueadores, alegando a especialidade do contrato de franquia, que somente se submete ao regime da Lei de Franquias, omissa sobre o tema da sublocação, não se aplicando à espécie a Lei de Locações.

Não vemos razão para excepcionar os contratos de franquia da regra geral que proíbe a sublocação de imóveis por valor superior ao da locação, motivo pelo qual estamos submetendo a esta Casa o presente projeto de lei, para o qual contamos com o apoio dos ilustres Pares.

Sala das Sessões, 6 de dezembro de 2001. –
Carlos Bezerra.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.955, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1994

Dispõe sobre o contrato de franquia empresarial (franchising) e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 3º Sempre que o franqueador tiver interesse na implantação de sistema de franquia empresarial, deverá fornecer a interessado em tornar-se franqueado uma circular de oferta de franquia, por escrito e

em linguagem clara e acessível, contendo obrigatoriamente as seguintes informações:

I – histórico resumido, forma societária e nome completo ou razão social do franqueador e de todas as empresas a que esteja diretamente ligado, bem como os respectivos nomes de fantasia e endereços;

II – balanços e demonstrações financeiras da empresa franqueadora relativos aos dois últimos exercícios;

III – indicação precisa de todas as pendências judiciais em que estejam envolvidos o franqueador, as empresas controladoras e titulares de marcas, patentes e direitos autorais relativos à operação, e seus subfranqueadores, questionando especificamente o sistema da franquia ou que possam diretamente vir a impossibilitar o funcionamento da franquia;

LEI Nº 8.245, DE 18 DE OUTUBRO DE 1991

Dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 21. O aluguel da sublocação não poderá exceder o da locação; nas habitações coletivas multifamiliares, a soma dos aluguéis não pode ser superior ao dobro do valor da locação.

Parágrafo único. O descumprimento deste artigo autoriza o sublocatário a reduzir o aluguel até os limites nele estabelecidos.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O projeto será publicado e remetido à comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

São lidos os seguintes:

OFÍCIOS

Ofício nº 1.648-L-PFL/01

Brasília, 5 de dezembro de 2001

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Dr. Gomes para integrar, como membro suplente, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em substituição ao Deputado Francisco Garcia.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do Bloco Parlamentar PFL/PST.

OF/GAB/I/Nº 338-PDT

Brasília, 6 de dezembro de 2001

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o nome do Deputado Fernando Coruja para integrar, na condição de Suplente, a Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização, em substituição ao Deputado Olímpio Pires.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e elevada consideração. – Deputado **Miro Teixeira**, Líder do PDT.

OF. GL/PMDB/Nº 339 /01

Brasília, 5 de dezembro de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senadores Gilvam Borges e Marluce Pinto, como titulares, em substituição, respectivamente, aos Senadores Sérgio Machado e Nabor Júnior, na Comissão Mista, incumbida de examinar e emitir parecer a Medida Provisória nº 2.218, de 4-9-2001, que “Dispõe sobre a remuneração dos militares do Distrito Federal e dá outras providências, ficando a mesma assim constituída:

Titulares

Gilvam Borges

Marluce Pinto

Suplentes

Pedro Simon

Juvêncio da Fonseca

Cordialmente, – **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente em exercício, Senador Edison Lobão, o Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, Senador Ramez Tebet, comunicou à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – fazendo um convite ao seu Presidente para comparecer a esta solenidade – que hoje, às 11 horas, será feita a entrega pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aécio Neves, de toda a matéria em derredor da imunidade parlamentar. A tramitação dessa matéria teve início nesta Casa e, depois de sofrer alterações na Câmara dos Deputados, volta hoje para ser entregue oficialmente.

É um fato auspicioso, porque se omite a origem: o Senado Federal. Foi aqui que tiveram início as manifestações em derredor da imunidade parlamentar,

com várias emendas constitucionais, inclusive uma de minha autoria, tirando dos crimes comuns a possibilidade de serem eles protegidos pelo manto da imunidade parlamentar, que estava a se revelar impunidade.

Como o convite é para as 11 horas e tenho uma missão fora do Senado, comuniquei ao Presidente Ramez Tebet que aí da hoje será de sinal do Senador José Fogaça para relatar a matéria, porque foi quem a relatou no início da sua tramitação nesta Casa. Portanto, S. Exª é a pessoa mais indicada para isso.

Além disso, combinamos que, na quarta-feira, a matéria será tratada extra-pauta, apesar de, em se tratando de emenda constitucional, não mais poder ser aprovada ainda este ano, por causa do rito regimental. Entretanto, o Senado cumprirá com seu dever.

Cumprimento V. Exª, Senador Edison Lobão, um dos que mais atuou na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania quando as medidas concernentes à imunidade parlamentar davam os primeiros passos. Cumprimento também o Presidente do Senado, Senador Ramez Tebet, e o Secretário-Geral da Mesa, Dr. Raimundo Carreiro, pela eficiência com que essa matéria foi tratada.

Era essa a comunicação que me parecia importante. Sendo a matéria entregue às 11 horas, o Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania designará hoje mesmo o Relator. Se tudo correr bem, nós a apreciaremos na próxima reunião ordinária de quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Senador Bernardo Cabral, o que objetivamente V. Exª comunica à Casa é que, recebida hoje essa emenda constitucional, que tem origem no Senado – como lembra oportunamente –, ainda hoje ela será distribuída ao Relator, Senador José Fogaça.

Recordo a V. Exª, por igual, que teve origem no Senado essa emenda constitucional que suspende as imunidades parlamentares para crimes comuns, instituto antigo existente em quase todos os países do mundo, mas que, em nosso caso, está sendo aperfeiçoado para que sobreviva apenas a imunidade pela emissão de palavras e votos no próprio plenário do Congresso Nacional.

Em verdade, essa emenda foi votada com extrema rapidez por unanimidade no Senado da República, tendo sido enviada à Câmara dos Deputados, que agora, depois de um longo debate, retorna a emenda ao Senado para que seja apresentada, em razão das alterações já efetuadas.

V. Ex^a, Senador Bernardo Cabral, atuou de maneira significativa não apenas na Constituinte, mas também em todos os momentos aqui no Senado Federal, seja como Relator das matérias mais importantes, seja como Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em alguns casos, até acumulando a Presidência e a Relatoria – como é o caso, por exemplo, da reforma do Poder Judiciário.

Congratulo-me com todos os Srs. Senadores pelo que ocorre e, em particular, com V. Ex^a; com o Senador José Fogaça, Relator da matéria; com o Senador Ronaldo Cunha Lima, autor e primeiro subscritor dessa emenda constitucional; e com o Presidente Ramez Tebet.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra pelo Bloco, como Líder do PDT, por cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra a V. Ex^a por cinco minutos, nos termos do art. 14 do Regimento Interno.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP) – Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pedi a palavra como Líder porque sou membro titular da CPI do Futebol, e os trabalhos estão sendo abertos pelo Senador Álvaro Dias.

Venho a esta tribuna lamentar um episódio ocorrido no meu Estado e trazer minhas desculpas, em nome do povo do Amapá, ao Governo e ao povo inglês. Trata-se do assassinato do comandante do iate de pesquisas Seamaster, de bandeira inglesa, que se encontrava fundeado ao largo do balneário de Fazendinha, na cidade de Macapá. O comandante preparava-se para deixar o Brasil quando foi assassinado por piratas.

Isso, sem dúvida nenhuma, mostra o agravamento da violência em nosso Estado. Ao desculpar-me, em nome do povo do Amapá, com o Governo inglês e ao discorrer sobre esse episódio – justificarei por que o faço –, solicito ao Governador do Estado, João Alberto Capiberibe, que tome todas as providências para apurar o fato, haja vista que a violência tem-se agravado de maneira incontrolável no Estado do Amapá. Como um Estado que se propõe a desenvolver o turismo pode conviver com esse tipo de acontecimento, que denigre a sua imagem? Resta-me apenas lamentar esse acontecimento.

O comandante do navio inglês detinha o título de **Sir**. Portanto, tinha vinculação direta ao Governo inglês. O navio, que entrou no Brasil pelo porto de São Sebastião, dirigia-se à Venezuela. Encontravam-se presentes, pelo menos, dez cientistas e pro-

fissionais da BBC de Londres e da **Discovery Channel**, emissora de televisão inglesa.

O episódio, sem dúvida nenhuma, terá repercussão internacional. Faço um apelo também ao Ministro Celso Lafer no sentido de que entre em contato, imediatamente, com o Governo do Amapá, para que não apenas as investigações, mas também todas as providências que dizem respeito ao fato, inclusive ao transporte do corpo do comandante morto, sejam tomadas pelo Governo brasileiro por intermédio do Itamaraty.

Como disse, o comandante assassinado detinha o título nobiliário de **Sir**, concedido somente a quem se destaca servindo Sua Majestade britânica, a Rainha Elizabeth II.

Lamento trazer esta notícia ao Senado Federal e ao Brasil. Faço-o porque, sendo matéria que terá repercussão nacional e internacional, trago as desculpas necessárias ao povo e ao Governo inglês em nome do povo do Amapá. Essa matéria está publicada no **Diário do Amapá** de hoje, jornal de grande credibilidade e grande circulação no Estado, de propriedade do jornalista Luiz Melo. Procurei certificar-me dos pormenores do fato antes de pronunciar-me no Senado Federal.

Ficam aqui os votos de condolências, portanto. Sei que milhares de assassinatos estão acontecendo no Amapá, dia a dia. Fazer referência ao assassinato de um inglês parece algo não muito adequado para um Senador amapaense, mas, pela repercussão que o fato terá, pelo aspecto negativo que pode trazer, preocupo-me e por isso trago aqui as desculpas do povo do Amapá.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE.) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares para uma comunicação.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Para uma comunicação inadiável, Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desejo falar sobre a crise que se abateu sobre a Transbrasil. Essa companhia aérea tradicional e tão querida dos brasileiros resolveu, devido a suas dificuldades financeiras, suspender suas atividades por tempo indeterminado. Isso ocasionou, sem dúvida alguma, grande perda para seus servidores e para os passageiros que já haviam adquirido bilhetes, confiantes na continuidade dos trabalhos da Transbrasil. Também gerou, perante a sociedade brasileira, uma expectativa bastante negativa quanto aos destinos de nossas companhias aéreas.

as, que, como sabemos, estão passando por sérias dificuldades, decorrentes de várias coisas: má administração, alta exagerada do preço dos combustíveis e, também, um fator que, se fosse resolvido, ajudaria, e muito, as companhias aéreas, que é o ressarcimento do ICMS pelos Governos Estaduais.

Segundo as companhias aéreas, tais Governos cobraram-lhes indevidamente e aplicaram alíquotas do ICMS sobre as passagens que foram vendidas durante alguns anos. Segundo as informações da própria Transbrasil, pelo menos 335 milhões de reais teriam sido pagos a mais a Governos dos Estados.

Sr. Presidente, essa crise pode ter consequências imprevisíveis. Ela pode alastrar-se e fechar outras companhias. Quem ganharia com isso? Naturalmente as companhias estrangeiras, as companhias internacionais que descem as suas aeronaves em nosso território, em detrimento do emprego, que será prejudicado. Milhares e milhares de brasileiros perderão seus postos de trabalho. Enquanto isso, o Governo Federal simplesmente lava as mãos e diz que não tem nada a ver com o fato. Como não, Sr. Presidente? É necessária uma intervenção pronta e enérgica do Governo Federal para estancar a crise. Não digo que o Governo Federal vá tomar dinheiro do Tesouro Nacional e entregar às companhias aéreas, mas é preciso que haja interferência dele no sentido de solucionar pendências, de conceder mais prazo para o pagamento das dívidas.

Se isso estivesse acontecendo nos Estados Unidos, o Presidente da República estaria preocupado. É bom lembrar que após o atentado ao World Trade Center e ao Pentágono as companhias aéreas americanas mergulharam numa crise sem precedentes. E o que fez o Governo dos Estados Unidos? Interveio para que as companhias não quebrassem diante do medo, do pavor generalizado que se espalhou naquele país após os atentados terroristas.

Ao concluir, Sr. Presidente, pois, assim como V. Ex^a, sou cumpridor do Regimento, desejo ponderar ao Governo Federal, ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, que, por meio dos órgãos competentes, procure meios de atenuar a crise, que provoca o desemprego, que fecha empresas. O Governo já interveio em outras áreas. Por exemplo, empregou US\$20 bilhões para salvar os bancos. Nossas companhias aéreas estão fechando. Daqui a pouco, para que eu possa viajar para Sergipe terei de utilizar uma das companhias americanas em que os terroristas assassinaram pessoas inocentes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ OTÁVIO (Bloco/PPB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – V. Ex^a tem a palavra, pela ordem.

O SR. LUIZ OTÁVIO (Bloco/PPB – PA). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria que V. Ex^a me inscrevesse para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – V. Ex^a está inscrito.

O SR. OSMAR DIAS (Bloco/PDT – PR) – Sr. Presidente, da mesma forma, peço que faça minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – V. Ex^a está inscrito, igualmente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Carlos Patrocínio.

S. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PTB – TO). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, gostaria, nesta oportunidade, de lamentar o infiusto acontecimento ocorrido no início desta semana em meu querido Tocantins, mais precisamente na Belém-Brasília, estrada da integração nacional, que se rompeu em torno do quilômetro 421, durante a noite, pois o acúmulo de água era muito maior do que a capacidade do bueiro. A ruptura desse trecho da Belém-Brasília fez com que vários carros caíssem dentro daquele precipício. Foram registradas quatro mortes, e alguns corpos só vieram a ser resgatados ontem.

Temos ocupado esta tribuna freqüentemente, Sr. Presidente, para deplorar as condições das nossas rodovias federais. A Belém-Brasília, ou a BR-153, que vai do Rio Grande do Sul até Marabá, no Pará, foi construída ainda na década de 50 pelo nosso querido Presidente Juscelino Kubitschek. Asfaltada entre 1972 e 1974, daí para cá só eventualmente operações para tapar buracos foram realizadas. O fluxo de veículos, cada vez mais pesado, cada vez maior, está fazendo com que a Belém-Brasília venha ceifando inúmeras vidas, o que é muito triste. Também aumentado muito as despesas dos caminhoneiros, sobretudo o custo dos fretes, devido aos estragos, às avarias nos caminhões, nas carretas e até nos carros de passeio.

Sr. Presidente, eu gostaria de apelar ao Ministro Interino dos Transportes para que, por meio da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, a Cide, criada agora com a flexibilização do monopólio

da Petrobras, recursos que seguramente o Governo arrecadará – mais de R\$1 bilhão – e que serão destinados às rodovias federais sejam também destinados à Belém-Brasília. A justificativa são as fortes chuvas que caem no norte do Brasil, sobretudo no meu Estado, e no Maranhão e no Estado do Pará, as quais certamente ocasionarão novas ocorrências.

Apelo, então, ao Ministro para que promova a normalização do tráfego que, em um primeiro momento, foi desviado, provocando fila de mais de 10 quilômetros, sendo que os desvios certamente provocarão muitos transtornos aos motoristas.

Sr. Presidente, gostaria de abordar um assunto que diz respeito ao abuso que se pratica contra a população brasileira. Tivemos notícia de que os preços dos medicamentos subiram recentemente, alguns até 300%. Isso é um absurdo! É necessário que os órgãos de defesa do consumidor tomem as providências devidas.

“Genéricos são irreversíveis!” Com essa frase, o Ministro da Saúde, José Serra, resumiu a consolidação e a evolução da Política de Medicamentos Genéricos no Brasil. Em entrevista à imprensa, o Ministro ressaltou que, em menos de dois anos, a receptividade do povo brasileiro permitiu que existam, hoje, 424 desses medicamentos registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Começamos com 30 anos de atraso em relação aos Estados Unidos, mas lá, como em outros países desenvolvidos, a participação dos genéricos no mercado demorou mais de 10 anos.

Acredito que, atualmente, o que mais diferencia os genéricos dos remédios de marca é o preço, em média 40% menor. Isso, é óbvio, fez com que a preferência da população começasse a se definir em favor desses produtos. Não poderia, é claro, ser de outro modo em um País onde os preços de remédios comuns chegam a subir até 368%. Isso ocorreu, Sr. Presidente, após o Governo ter autorizado um aumento de apenas 3,79%, recentemente.

Pesquisa realizada pelo Conselho Regional de Farmácia do Distrito Federal/Instituto de Defesa dos Usuários de Medicamentos avaliou 10 mil itens. Identificou que, dentre esses, 7.044 sofreram reajustes, dos quais 2.105 acima do percentual autorizado pelo Governo. O Conselho atribui esse verdadeiro assalto à falta de fiscalização dos preços dos medicamentos – responsabilidade da Anvisa.

O Presidente do Conselho Regional de Farmácia do Distrito Federal, Dr. Antônio Barbosa, em declarações aos jornais desta cidade, pede a punição

de todos os responsáveis, laboratórios e órgãos fiscalizadores, e alerta que a infração é dupla:

A primeira porque, por meio de uma resolução, o Governo derribou a Lei nº 10.213, que determinava o congelamento dos preços dos remédios até dezembro de 2002. A segunda é com relação ao aumento abusivo, superando os 3,79% determinados pela mesma resolução.

Ao acusar a Anvisa de cumplicidade com os laboratórios no reajuste exacerbado, o Presidente do Conselho Regional de Farmácia do Distrito Federal esclareceu que fórmulas, embalagens, dosagem e concentração só são alteradas com a permissão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Sr. Presidente, nobres Senadores, 28 laboratórios são suspeitos de aumentar e arredondar preços, irregularmente, de 214 remédios, nos meses de outubro e novembro. Caso essas impropriedades sejam comprovadas pela Secretaria Executiva da Câmara de Medicamentos, os laboratórios poderão pagar multas de até R\$3,192 milhões.

Outra grave denúncia do Conselho Regional de Farmácia do Distrito Federal se refere ao chamado processo de maquiagem de muitos medicamentos: pequenas alterações na fórmula ou na apresentação, autorizadas, que permitem a elevação dos preços. Com essas modificações mínimas, os fabricantes conseguiram novos registros e, em consequência, novos preços.

Se esse processo de modificações e sucessivas alterações for considerado de forma retroativa, perceberemos que 140 medicamentos foram reajustados apenas no mês de agosto. Observando um período mais amplo, desde julho, verificaremos que o total de remédios maquiados passa de mil.

Sr. Presidente, pode parecer estranho que o órgão responsável não perceba essas mudanças ou concorde com elas, tão freqüentes – pode-se até dizer costumeiras –, mas o Presidente do Conselho Regional de Farmácia esclarece: “O Governo ganha, por cada novo registro, de R\$30 a R\$100 mil.”

O Sr. Antônio Barbosa alerta para outro aspecto muito sério e pouco considerado do problema. No Brasil, a automedicação, bem como a ingestão de remédios por farmacêuticos e até por simples balconistas é uma realidade, e todos sabemos disso. No caso de uma dessas alterações de fórmula não ser informada ao paciente, o risco é bastante grande e as consequências podem ser graves. Esses danos comprendem des de a não-ocorrência do efeito desejado, se a concentração tiver sido reduzida, até uma dose letal, se a concentração tiver sido aumentada.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o Governo precisa considerar a situação dos analfabetos, incapazes de ler ao menos o nome do medicamento que estão comprando; expostos às influências de qualquer vendedor de balcão, por menos qualificado que seja; condenados a comprar sempre o remédio mais barato, que, mesmo assim, geralmente, está acima de suas possibilidades financeiras.

É necessário, outrossim, levar em conta as necessidades dos aposentados, dos idosos em geral. Sabemos que existe uma relação inversa entre idade e saúde: quanto mais velho o indivíduo, menor resistência o organismo tem. Se a essa relação perversa se acrescem a pobreza, as dificuldades e a falta de dinheiro, temos aí o quadro da velhice no Brasil. E agora ela, a velhice, também está ameaçada pelas alterações nos medicamentos de que necessita para manter-se viva por mais algum tempo.

Não é sem motivos, nobres Senadores, que a fragilidade, o calcanhar de Aquiles do atual Governo é a área social. Disto todos estamos cientes. Entretanto, e paradoxalmente, documento do Observatório da Cidadania/Social Watch há pouco divulgado revelou que os indicadores sociais brasileiros se aproximaram das metas estabelecidas em conferência da ONU. Em algumas delas, chegamos a superar os Estados Unidos. Nossos principais resultados se encontram nas áreas de educação e saúde; no quesito saúde infantil, o Brasil superou os objetivos fixados; quanto à saúde e esperança de vida, houve algum avanço no ritmo dos programas e quaseatingimos a meta.

Também o IBGE divulgou, no dia 3 deste mês de dezembro, que a expectativa de vida em nosso País aumentou em dois anos e sete meses. Deve-se tal resultado, principalmente, aos avanços da medicina e à redução da mortalidade infantil.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, temo que os próximos relatórios nacionais e internacionais apresentem um retrocesso nos atuais resultados. Se continuarem os absurdos de remédios maquiados e aumento espúrio dos preços, em breve os índices de mortalidade infantil e adulta se elevarão.

Quero ressaltar que, segundo a pesquisa do Conselho Regional de Farmácia do Distrito Federal, até os genéricos estão sendo readjustados sem fiscalização.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, permitam-me observar: devemos, queremos e precisamos eliminar a pobreza; não os pobres. É perfeitamente aplicável, nesse contexto, a já famosa frase do âncora Bóris Casoy: É uma vergonha!

Em benefício do povo brasileiro e preocupado, especialmente, com as crianças, as gestantes e os idosos, solicito à Mesa desta Casa e do Congresso e a cada Senador, em particular, que acompanhem atentamente as investigações que o Ministério Público Federal e a Câmara de Medicamentos devem realizar.

O povo brasileiro está farto de denúncias, escândalos e investigações não conclusivas; em suma, da impunidade generalizada. Esta é, infelizmente, uma das características negativas deste País, que nos rebaixa aos olhos da nossa própria gente e também das nações desenvolvidas.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, é hora de se apurarem as responsabilidades e de se punirem todos os culpados.

É a saúde do nosso povo que está em jogo!

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Carlos Patrocínio, o Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra, como Líder do PMDB, à Senadora Marluce Pinto.

V. Ex^a terá cinco minutos para fazer o seu discurso.

A SRA. MARLUCE PINTO (PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, atropelando qualquer tipo de bom senso, sem nem um parôno nos campos da lógica e da racionalidade, mais uma vez a Funai mira Roraima com sua inconsequente política de demarcação pura e simples de terras indígenas.

Desta vez, não saímos feitos com os estros sociais e econômicos causados à sociedade roraimense pelalitigiosa e até hoje não resolvida questão da área Raposa/Serra do Sol, os dirigentes da Funai abrem nova frente de batalha contra nosso povo: por meio da Portaria nº 824, de 11 de outubro passado, criou um grupo de estudo para delimitar mais uma área indígena em Roraima, contígua às áreas de São Marcos e Raposa, denominada “Área Indígena Anarô, do Grupo Macuxi”.

Esse novo “circo da discórdia”, Sr. Presidente, foi publicado no Diário Oficial da União do dia 15 de outubro recém-passado e, a bem da verdade, é um amontoado de evasivas onde, de concreto, só vislumbramos seu número e a data de sua publicação.

Sem arrazoado algum, sem justificativas, sem razões mínimas para nortear uma decisão desse vulto – que é a de cercear todo um povo de usufruir um direito inalienável –, um único motivo podemos apontar para tão precipitada decisão: a recente Lei nº 10.304, de 2001, originária de um projeto de minha autoria, que transferiu para Roraima as terras até então pertencentes à União.

Não tenho dúvidas disso, Sr. Presidente: essa portaria da Funai foi assinada exatamente um dia após a aprovação, aqui no Senado, daquele meu projeto.

Por esse motivo é que vim agora a esta tribuna. Quero informar ao povo de Roraima que já estou tomando as devidas providências no sentido de estancar mais essa investida da Funai.

Anteontem mesmo estive com o Ministro da Justiça, a quem fiz longo e minucioso relato da questão. Além de veemente manifestação de contrariedade a mais esse absurdo, deixei também com o Ministro um mapa onde estão registradas todas as áreas indígenas já de marcadas e em processo de marcação em nosso Estado.

Nos dias de hoje, Sr. Presidente, Roraima conta apenas com 40% de suas terras para atender todas as demandas da sociedade. Os outros 60% estão assim reservados:

– 45% em áreas indígenas, quando os índios representam pouco mais de 5% da população do Estado.

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há um motivo urgente para eu ter pedido a palavra pela ordem.

Pelo que acaba de relatar o Senador Roberto Requião, a solução deste problema virá em benefício de V. Ex^a, Senadora Marlúce Pinto.

Sr. Presidente, nunca ocorreu isso antes. A sessão do Senado não está sendo transmitida ao vivo, está sendo transmitida a CPI do Futebol.

E faço isso em benefício de V. Ex^a, Senadora Marlúce Pinto, pois há V. Ex^a de compreender que o pronunciamento que faz deveria estar sendo transmitido ao vivo.

A SRA. MARLUCE PINTO (PMDB – RR) – Eu agradeço a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco/PT – SP) – O Senador Roberto Requião acabou de observar que a TV Senado está transmitindo a CPI do Futebol, o que

nunca ocorreu antes. A sessão do Senado ao vivo sempre tem precedência e prioridade absoluta. Por essa razão, pedi a palavra, pois achei que deveria alertar a Casa, inclusive em nome da Senadora Marlúce Pinto, que fala pela Liderança do PMDB.

O mérito é do Senador Roberto Requião, Sr. Presidente

A SRA. MARLUCE PINTO (PMDB – RR) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Senador Eduardo Supilcy, eu gostaria de agradecer a V. Ex^a, e nós já providenciamos junto à consultoria da Mesa a transmissão imediata dos trabalhos do nosso Plenário.

Continua com a palavra a Senadora Marlúce Pinto.

A SRA. MARLUCE PINTO (PMDB – RR) – Sr. Presidente, como é um assunto de tanta importância para o nosso Estado, eu gostaria, se possível fosse, de aguardar a transmissão. Eu estive no Estado na semana passada, convidada pela Assembléia Legislativa a ir àquela instituição onde se encontravam os fazendeiros, que estavam muito preocupados com a demarcação da área, porque estavam correndo um sério risco de terem de sair de lá.

Sr. Presidente, eu gostaria que meu pronunciamento fosse transmitido pela televisão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Senadora Marlúce Pinto, estamos verificando se realmente essa informação procede, uma vez que há uma outra informação de que um funcionários incluído um canal, que não o do plenário, em que não aparece a imagem dos nossos trabalhos. Mas já está tudo em ordem. V. Ex^a pode dar continuidade ao seu pronunciamento, no qual estamos muito interessados. V. Ex^a pode recomeçar. Eles estavam assistindo a um outro canal, segundo informação que estamos recebendo.

A SRA. MARLUCE PINTO (PMDB – RR) – Sr. Presidente, muito obrigada pela deferência. Agradeço aos meus nobres colegas a compreensão. Agradeço principalmente ao Senador Eduardo Supilcy, que tomou a iniciativa da advertência.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, atropelando qualquer tipo de bom senso, sem nenhum amparo nos campos da lógica e da racionalidade, mais uma vez, a Funai mira Roraima com sua inconsequente política de demarcação pura e simples de terras indígenas.

Desta vez, não satisfeitos com os estragos sociais e econômicos causados à sociedade roraimense pela litigiosa e até hoje não resolvida questão da área

Raposa/Serra do Sol, os dirigentes da FUNAI abrem nova frente de batalha contra nos so povo: pela Portaria nº 824, de 11 de outubro passado, criou-se um grupo de estudo para delimitar mais uma área indígena em Roraima, contígua às áreas de São Marcos e Raposa, denominada "Área Indígena Anarô, do Grupo Macuxi".

Esse novo "Circo da Discórdia", Sr. Presidente, foi publicado no Diário Oficial da União do dia 15 de outubro recém-passado e, a bem da verdade, é um amontoado de evasivas onde, de concreto, só vislumbramos seu número e a data de sua publicação.

Sem arrazoado algum, sem justificativas, sem razões mínimas para nortear uma decisão desse vulto – que é a de cercear todo um povo de usufruir um direito alienável –, um único motivo podemos apontar para tão precipitada decisão: a recente Lei nº 10.304, de 2001, originária de um projeto de minha autoria que transferiu para Roraima as terras até então pertencentes à União.

Não tenho dúvida disto, Sr. Presidente: essa portaria da Funai foi assinada exatamente um dia após a aprovação, aqui no Senado, daquele meu projeto.

Por esse motivo, venho agora a esta tribuna. Quero informar ao povo de Roraima que já estou tomando as devidas providências no sentido de estancar mais essa investida da Funai.

Anteontem mesmo, estive com o Ministro da Justiça, a quem fiz longo e minucioso relato sobre a questão. Além de veemente manifestação de contrariedade a mais esse absurdo, deixei também com o Ministro um mapa onde estão registradas todas as áreas indígenas já demarcadas e em processo de demarcação em nosso Estado.

Nos dias de hoje, Sr. Presidente, Roraima conta apenas com 40% de suas terras para atender a todas as demandas da sociedade. Os outros 60% estão assim reservados: 45% em áreas indígenas, quando os índios representam pouco mais de 5% da população do nosso Estado; 6% são reservas ecológicas in tocáveis; outros 6% são áreas alagadas; 2% representam áreas montanhosas; e 1% é reserva estratégica das Forças Armadas.

Portanto, neste momento, digo aos roraimenses que já estou em ação. Estou, desde o dia 4, somando as forças necessárias, onde estiverem, para impedir que mais essa insensatez seja cometida contra Roraima.

Tive ótima recepção por parte do Ministro da Justiça, que, com serenidade, ouviu minhas preleções. Confio em sua sensibilidade e que ro contar com sua mais ágil ação para estancar mais essa injustiça da Funai contra nosso povo. S. Ex^a solicitou-me, por

escrito, um relatório circunstanciado da questão, o qual farei o mais rápido possível.

Diantedisso, quero e preciso contar com a solidariedade de meus colegas Senadores e também de V. Ex^a, Sr. Presidente, para que unamos forças em desfavor de mais esse desmando.

Não mais podemos permitir que a Funai tripudie sobre nossa soberania, sobrepuje nossa vontade e sobreponha o direito e a justiça, como se acima da bem e do mal estivesse.

Sr. Presidente, nobres Colegas, hoje mais um Senador de Roraima usa rá da tribuna para falar exatamente sobre os problemas criados pela Funai no nosso Estado.

Eugostaria de, neste momento, solicitar aos nobres Pares desta Casa que nos unamos. Não somos contrários aos índios. Muito pelo contrário, damos muita cobertura às comunidades indígenas do nosso Estado. Digo, de público, porque sei que alguns de vocês estarão me ouvindo, que a maioria das comunidades indígenas de Roraima não aceita a demarcação da área contínua. O que elas querem realmente é conviver com a sociedade não-índia, para contribuir não só para o desenvolvimento do nosso Estado, mas também para seu próprio progresso e para o sustento de suas famílias. Se elas fossem depender da Funai, nem se estariam condições de sobrevivência. São o Governo do Estado e as autoridades roraimenses que dão guarda às comunidades indígenas da nossa região. Não há cooperação por parte da Funai. Apenas uns poucos índios recebem passagens para viajar até para o exterior, para formar um pequeno grupo de índios contra os não-índios.

Desde que cheguei a Roraima, há 22 anos, acompanho a situação das comunidades indígenas, que viviam harmonicamente com os fazendeiros. Trabalharam para aumentar o rebanho do Estado, sempre na mais pacífica convivência. Hoje, por interferência de algumas ONGs que estão se instalando lá, está mudando a situação de convivência entre indígenas e não-índios.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente, pelo que me foi concedido anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Senador Eduardo Suplicy, informo – porque tenho certeza de que V. Ex^a não tinha conhecimento disso – que os trabalhos da Casa estavam sendo transmitidos desde o início pela TV Senado. É esta a orientação da Mesa: dar sempre prioridade aos trabalhos e aos discursos pronunciados em plenário pelas Sras. Senadoras e pelos Srs. Senadores. V. Ex^a recebeu uma informação equivocada.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares, agradeço a providência e a informação, mas esclareço que o Senador Roberto Requião e eu agimos de boa-fé. Ao ver o aparelho de televisão sempre ligado no plenário do Senado Federal, observando que estava sendo transmitida a reunião da CPI, o Senador Roberto Requião pensou que se tratasse da TV Senado, mas era a GloboNews. Foi de boa-fé que chamamos a atenção para esse fato. Felizmente, o erro não ocorreu.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Esclarecido e superado o fato, agradeço a V. Exª, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, do PFL de Roraima, por vinte minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, por feliz coincidência, usou a palavra antes de mim a Senadora Marlúce Pinto, pela Liderança do PMDB, falando sobre tema que eu me havia preparado para abordar no dia de hoje. A eminente Senadora Marlúce Pinto, que está no Senado Federal há onze anos, sistematicamente vem batalhando para encontrar uma solução harmônica para o problema relativo às terras indígenas e às terras reservadas ao restante da população do Estado de Roraima.

O problema existente no Estado de Roraima precisa, realmente, ser analisado com mais carinho, sempre com critos e com isenção, porque não é possível que um Estado, detentor da terceira população indígena do País, possua, disparadamente, a maior quantidade de terras destinadas às reservas indígenas. Deve-se, no mínimo, desconfiar que algo, além simplesmente da defesa dos índios, está em causa.

Sr. Presidente, não se trata apenas da demarcação de terras já realizada. Destina-se, agora, à ampliação das terras já demarcadas. A Senadora Marlúce Pinto falou sobre a região do Anaro. Esse é um caso típico de índios retirados de terras já demarcadas e mobilizados para novas áreas. Portanto, parte-se para uma ampliação da área já demarcada e de limitada. Esse processo está sendo realizado, igualmente, em outras regiões, como na Tablasca, em Canaani, na Serra da Moça, no Truáru e na região do Mocá. Essas são áreas já demarcadas, e o pessoal da Funai tentado, obstinadamente, convencer os índios da importância de adquirirem mais terras e de ampliá-las.

É lamentável que, conforme os preceitos estabelecidos na Constituição Federal, nada possa ser legalmente realizado. Basta um antropólogo, contratado pela Funai e a serviço de uma ONG, dar um laudo, que este certamente será superior a qualquer ação judicial, a qualquer providência que um representante dos Estados possa tomar no Senado Federal. Isso realmente é um absurdo.

Eu, inclusive, começaria o meu discurso fazendo uma análise de uma matéria publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, em 2 de dezembro deste ano, que diz: "Governo quer o fim do paternalismo da Funai". Portanto, o Governo já designou uma comissão que vai estudar a reestruturação da Funai.

Sr. Presidente, quando assumi meu atual mandato de Senador em 1999, a primeira coisa que fiz foi apresentar um projeto autorizativo, propondo a extinção da Funai. Para minha surpresa, não houve nenhuma ação de nenhuma ONG contra essa proposta de extinção da Funai. Por isso, fiquei, como diz o povo, com "a pulga atrás da orelha", já que, toda vez em que se faz algo que possa ser, de leve, interpretado como contrário aos índios, logo se é tachado de genocida, de inimigo dos índios, de inimigo das ONGs, de inimigo da sociedade civil. Então, a maioria fica retrada, numa espécie de acuamento, com medo mesmo de expor uma verdade que está fazendo muitas pessoas sofrerem.

No meu Estado, a situação começou com a retirada dos garimpeiros, e a sociedade entendeu que os garimpeiros poderiam efetivamente promover malefícios não só ao meio ambiente, como também aos índios, etc. Foi demarcada uma extensa área para os índios ianomâmis: nove milhões de hectares só no meu Estado para quatro mil índios ianomâmis. Tiraram dali os garimpeiros, muito bem. Depois, vieram os fazendeiros. Na verdade, em Roraima, não há fazendeiro, não há ninguém que tenha mais do que três mil rezes; a maioria absoluta é formada por pequenos criadores, que possuem em torno de 200 a 300 rezes. Tiraram os fazendeiros de uma extensa área pretendida pela Funai, área tradicionalmente habitada por criadores de gado. Tiraram dali os fazendeiros e, agora, estão tirando os arrozeiros. Roraima, que é um dos maiores produtores de arroz, com maior índice de produtividade da região, agora está vendendo seus arrozeiros ameaçados.

Mais recentemente, estão impedindo o Exército de construir um pelotão numa fronteira litigiosa, perigosa, entre a Venezuela, a Guiana e o Brasil. Todo mundo sabe que a Venezuela contesta há muito tempo uma grande área que faz fronteira com nosso

País, contesta o domínio da Güiana sobre essa área – quer dizer que essa é uma área em litígio. Uma entidade chamada Conselho Indigenista de Roraima (CIR) mobilizou os índios. É preciso dizer que foram mobilizados apenas alguns índios, porque, na verdade, a maioria dos índios de Roraima não aceita isso. Vou citar aqui o exemplo de vários índios que pertencem a entidades formadas por eles próprios, como a Sociedade de Defesa dos Índios (Sodiu), a Associação Regional Indígena do Rio Quinô, Cotingo e Monte Roraima (Aricon), a Alidcir. Esses índios que não rezam nessa cartilha fundamentalista talibânica dessas outras entidades não são ouvidos.

O Sr. Lúdio Coelho (Bloco/PSDB – MS) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Já lhe concedo o aparte, Senador Lúdio Coelho.

Essa matéria que trata da Funai diz o seguinte:

Com quase 30 anos de atraso, o Governo pretende modificar a política indigenista do País, para tentar acabar com o paternalismo existente na Fundação Nacional do Índio (Funai). Antes de deixar o cargo, o ex-Ministro da Justiça, José Gregori, criou uma comissão interministerial, com a participação da sociedade civil [sociedade civil agora virou coqueluche, mas é algo amorfo, amplo, indefinido, é a nova moda para aberturar uma série de instituições que, às vezes, são formadas por apenas uma, duas ou três pessoas com o mesmo pensamento], para delinear os rumos da instituição, que hoje gasta quase R\$6 milhões em assistência social para índios [quer dizer que estão combatendo o fato de a entidade gastar R\$6 milhões em assistência social para os índios], R\$2 milhões a mais que o valor utilizado para a fiscalização das terras indígenas.

Observem que querem priorizar a fiscalização das terras indígenas em detrimento da assistência social efetiva aos índios. O ser humano índio é menos importante do que as terras ditas indígenas.

E diz mais a matéria:

Não é a primeira vez que o Governo tenta acabar com o assistencialismo da Funai. Outros Presidentes da instituição e Ministros da Justiça já procuraram modificar a política indigenista brasileira, mas se barraram na resistência de grupos acostumados com as facilidades oferecidas nos últimos anos. O resultado foi um só: acabaram destituídos pelos próprios índios e desistiram do cargo por causa do desgaste.

Lerei mais um trecho e gostaria de pedir que o artigo constasse na íntegra como parte de meu pronunciamento. O artigo diz que a Funai tem 1.009 cargos de confiança, quase o dobro da Polícia Federal, e que, desse total, 190 estão em Brasília, mas que só 10% do quadro tem nível superior. Mais adiante, é dito:

A distribuição dos funcionários da Funai também apresenta uma desigualdade em relação a outros órgãos públicos. Cerca de 1.650 funcionários da instituição estão lotados nas áreas urbanas e apenas 339 trabalham nas áreas indígenas.

Portanto, Sr. Presidente, gostaria que o artigo, que não lerei totalmente, constasse como parte de meu pronunciamento, pois desejo tecer alguns comentários, a fim de ilustrar melhor essa situação.

Precisamos ficar alertas quanto à restruturação da Funai, que, na verdade, assume a culpa por atos que nem sempre pratica. Atualmente, quem comanda a política indigenista no Brasil, de fato, são as organizações não governamentais, que cuidam da demarcação de terras, da fiscalização e da saúde dos índios. O Governo libera milhões de reais por mês para entidades não governamentais cuidarem da saúde dos índios, abrindo mão, no meu entender, até ilegalmente, do preceito constitucional que obriga o Estado a cuidar da saúde de todo cidadão, principalmente da dos índios.

Os 325 mil índios existentes no Brasil são, na verdade, manipulados por essas instituições. E nem sequer são ouvidos. O artigo menciona a sociedade civil, mas não diz, por exemplo, que há uma representação equitativa dos índios para falar por eles e saber o que realmente querem de uma futura nova Funai.

O que existe é um trabalho de incentivo à separação interétnica, entre índios e não-índios, e até intra-étnica, pois aquela etnia índia que não aceita esse tipo de coisa é marginalizada. Em meu Estado, há a famosa Raposa/Serra do Sol, que, na verdade, é uma fabricação, pois são áreas distintas: uma área é Raposa, e a outra é Serra do Sol. Mas os "ongueiros" resolveram dizer que se tratava de uma mesma região. E hoje, mundialmente, fala-se na famosa e pretendida reserva indígena Raposa Serra do Sol.

A Senadora Marluce apelou para que nos uníssemos. Eu apelo para que realmente nos unamos mais para lutar contra isso e para que tenhamos atitudes mais solidárias. S. Ex^a acabou de dizer que fez um relato ao Ministro da Justiça, que era Secretário-Geral da Presidência da República até há pouco tempo, numa reunião em que estávamos presentes também

eu e o Governador. Sei que S. Ex^a já fez milhares de relatos, eu já fiz outros tantos, e não obtivemos resultado. Ficamos nesta Casa votando a favor do Governo, que patrocinou, no fim, atos contra o nosso Estado.

Mesmo sozinho, a partir de hoje, voltarei a fazer o que já fiz – suspendi minha atitude de dar um crédito de confiança justamente ao Ministro Aloysio Nunes Ferreira, quando era Secretário-Geral da Presidência da República, e ao Ministro Parente, Chefe da Casa Civil –: abster-me-ei de votar em todos os projetos de interesse do Governo. A partir de hoje, declaro publicamente que me absterrei de votar em todos os projetos de origem do Executivo; ou melhor, votarei contra todos eles. Votarei contra, porque não posso ficar a favor de um Governo que está abandonando o meu Estado, que está entregando o meu Estado à política e uma meia dúzia de organizações não-governamentais.

Sr. Presidente, Senadora Marlúce Pinto, não fiquei apenas na indignação e nos relatos. Também apresentei uma proposta de emenda à Constituição que recebeu parecer favorável do Senador Amir Lando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Na minha proposta, sugeri que todos os atos de demarcação de terras indígenas e ecológicas e de parques nacionais fossem apreciados pelo Senado Federal, porque o Governo Federal está tirando um pedaço de terra do Estado de maneira unilateral. Essa questão do contraditório é muito relativa, não há espaço para o contraditório. O Senado, que representa os Estados, deveria, assim como aprecia empréstimos para os Estados, apreciar todas as propostas de criação de reservas ecológicas e indígenas, a fim de que os Senadores de todas as correntes ideológicas possam debater e, ao fim, aprovar ou não o trabalho de levantamento feito. Propus também, de maneira aceitável, que cada Estado da Federação pudesse ceder até 30% de sua área para esses espaços; o restante, para outros brasileiros – brancos, negros, amarelos – que vivem nessas regiões.

O Senador Amir Lando acolheu a minha proposta e fez algumas alterações, e o Senador José Eduardo Dutra pediu vista. É lamentável que esteja mostrando ideológico esse problema, pois estamos causando o sacrifício de milhares de pessoas, acima de tudo, o entrave de um desenvolvimento que deveria ser harmônico entre índios e não índios. Os indígenas não são ouvidos. Tenho testemunhas de que, no caso da ampliação das terras indígenas, o pessoal da Funai está convencendo os índios acerca da importância dessa ampliação. Não são os índios que estão demandando a ampliação. Na próxima semana, ha-

verá uma reunião na área de Serra da Moça, Truá e Mocengá, com o comitê já levado pela Funai e pelo Cir para que os índios assinem e digam o que querem.

É um absurdo. Estou indignado e, a partir de hoje, votarei contra todos os projetos de origem do Poder Executivo, como um protesto do meu povo contra essa situação.

Concedo, inicialmente, o aparte ao Senador Lúdio Coelho.

O Sr. Lúdio Coelho (Bloco/PSDB – MS) – Senador Mozarildo Cavalcanti, há poucos dias fiz um pronunciamento no Senado tratando desse assunto. Só não tratei da decisão de V. Ex^a de não votar mais com o Governo. Tenho a impressão de que ela poderia ser reexaminada. Esses conflitos que estão surgindo devem ser tratados como V. Ex^a está fazendo, com muita seriedade. Deveríamos cobrar do Executivo uma posição definida sobre o assunto. Este meu aparte é mais um depoimento que prestarei ao Senado da República. No meu Estado – em Mato Grosso do Sul e em Mato Grosso – não houve qualquer tipo de conflito entre índios e não índios que seja do conhecimento da geração atualmente viva. Os conflitos ocorreram há séculos, de que eu tenha conhecimento. Hoje, no meu Estado, estão ocorrendo coisas incríveis. O relacionamento dos índios com os não índios é da melhor qualidade. No entanto, na colônia de Dourados – onde o Presidente Vargas fez o maior assentamento da história do nosso País e talvez da humanidade, lotando uma área enorme e entregando a agricultores, por volta de 1943 a 1945, áreas de 15, 20 e 25 hectares –, há muitas famílias trabalhando. Mas, há dois anos, inventaram que aquela área é terra de índios. Esses agricultores vêm exercendo a sua atividade em Panambi, que conheço pessoalmente, há mais de meio século, sem nenhuma providência que demonstre se que aquela terra pertencia aos índios antigamente. Agora, em Sidrolândia, também estão seguindo essa mesma orientação que V. Ex^a relatou, de fazerem levantamentos, contrariando o que prescreve a Constituição, que manda respeitar terras que estejam sendo habitadas por indígenas e não procurar terras que, eventualmente, foram ocupadas por índios há séculos. Se se seguir essa linha de pensamento, o País todo deve pertencer aos índios, porque os descobridores da América encontraram as terras ocupadas por índios. Na semana passada, no Município de Antônio João, um fazendeiro de 84 anos que está na região há mais de 60 anos, o qual conheço pessoalmente, teve o filho de 52 anos agredido por um grupo de indígenas acampados numa

ponta da fazenda, muitos vindos do Paraguai. Temos de tomar uma providência para que nossa convivência seja mais adequada. Não há clima para brigas entre irmãos. Os próprios indígenas que estão fazendo levantamento de área na região não querem conflito. A responsabilidade de definir adequadamente terras efetivamente pertencentes aos índios é nossa. Existe um decreto, cujo número não me lembro agora, que está sendo usado para justificar que em todas as terras onde existe qualquer vestígio de ocupação anterior por povos indígenas lhes pertence. Senador Mozarildo Cavalcanti, considero o pronunciamento de V. Exª muito pertinente, e deveríamos trabalhar para encontrar uma solução, a fim de não termos mais conflitos com nossos irmãos indígenas. Muito obrigado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Agradeço o aparte de V. Exª. Senador Lúdio Coelho, V. Exª conhece de perto esse problema em seu Estado. Se V. Exª observar essa situação no mapa do Brasil, verificará que o problema está assumindo proporções insustentáveis, especialmente na Amazônia.

A Srª Marluce Pinto (PMDB – RR) – Concede-me V. Exª um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Concedo o aparte à Senadora Marluce Pinto.

A Srª Marluce Pinto (PMDB – RR) – Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Exª disse que, muitas vezes, não é a Funai que fiscaliza, mas as ONGs. Passem V. Exªs, na portaria a que me referi, estão designados cinco técnicos para fazer o levantamento da nova área que pretendem demarcar. Os dois primeiros fazem parte do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, quer dizer, são remunerados em dólar. Quanto aos outros três, apenas se sabe que um se chama José Raimundo Batista, técnico em agropecuária, e que o outro será designado pelo Incra. Todos sabemos que há, por parte de autoridades do exterior, grande interesse por nossa Amazônia. Como a Funai assina uma portaria demarcando nova área indígena, contígua à outra, e ainda nomeia cinco pessoas, das quais duas são desse programa e a terceira faz parte da divisão fundiária da Administração Executiva Regional da Funai, em Manaus? Quer dizer, as áreas de Roraima serão demarcadas, mas não por um técnico ou representante do Governo do Estado ou da Assembléia. Isso nos deixa bastante preocupados, porque, se eles estão designados, eles vão tomar a iniciativa. Por isso, fui rapidamente ao Ministério. Como tinha no meu arquivo um mapa da demarcação de todas as terras de Roraima e as pretendidas, levei-o para o Sr. Ministro. S. Exª me solicitou um relatório completo, que já mandei elaborar. Leva-

rei à apreciação não só dos representantes de Roraima no Congresso Nacional, como também da Presidência da Casa para, quem sabe, podermos aprovar o projeto de V. Exª em regime de urgência urgíssima. Também relembro, para que os demais Senadores tenham conhecimento, que V. Exª citou que há várias áreas pretendidas, todas localizadas no norte do Estado, e que eles, achando que toda Região Norte ainda é pouco, já estão partindo para a Região Sul. V. Exª sabe muito bem que já há índios na região dos Municípios de São João da Barra e do Caroebe, da comunidade Wai-wai, que vieram do Pará. São índios do Pará, já localizados na nossa região, e a Funai está pretendendo demarcar aquela região como sendo área indígena. Era essa a complementação que gostaria de fazer, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Senadora Marluce Pinto, agradeço a V. Exª pelo aparte. Reitero que não apenas nós, de Roraima, como todos da região Amazônica devemos nos unir, porque é preciso fazer uma análise desapaixonada do problema e fazer justiça. Sou plenamente a favor de que os índios tenham suas terras e lá se estabeleçam. Conheço a maior parte dos índios de Roraima que vivem nas proximidades de Boa Vista. Eles são produtores de hortifrutigranjeiros e os vendem na feira, em Boa Vista, inclusive utilizando caminhões fornecidos pelo Governo do Estado, que vão buscá-los semanalmente. Quem for à Feira do Produtor em Boa Vista verá que a maior parte dos produtos é vendida pelos índios, que, depois da feira, voltam para as suas terras.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Exª me concede um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Concede a palavra ao Senador Amir Lando.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, temos de repetir esse tema, pois ele precisa ser refletido pelo Congresso Nacional. Infelizmente, somente nós da Amazônia sentimos, porque sentimos na carne o peso de uma política equivocada, de uma política errônea, que não tem nada a ver com o humanismo do índio, que não tem nada a ver com a preservação do índio, a não ser com o seu extermínio. Cito o exemplo dos Karipunas, que hoje conta com onze representantes. Na década de 40, foram índios belicosos, quando da abertura da Madeira-Mamoré, que liga Porto Velho a Guajará-Mirim. Há um tempo ainda recente, foram uma nação pujante. Hoje, mesmo sendo onze, é têm uma reserva incompatível. Não sou contra reserva, mas não adi-

anta ter reserva e manter o índio na idade da pedra, na pré-história. Isso é um equívoco, é determinar o extermínio. Hoje ninguém resiste dentro de padrões fora de seu tempo. Por isso, é uma hipocrisia essa política, é uma falácia, um processo enganoso, e quem perde é o índio. Uma facção dos Uru-eu-wau-waus, que não eram mais do que 90 há seis anos – 6 ou 7 anos –, integraram-se, estão produzindo café, leite, criando gado, e hoje são mais de 300, já chegando a 400. O índio que vive dentro de uma casa com luz elétrica, serviços que a tecnologia oferece, tem tudo para aumentar a sua população. Mas o que se quer é criar o conflito, a confusão, como se aconteceu em Mato Grosso e acontece em Rondônia. Quer dizer, de repente se quer colocar o índio onde ele não está, e se cria um confronto entre os atuais ocupantes e ele, que teria sido o ocupante histórico. O habitat indígena há muito não existe. Ele foi quebrado, sobretudo na Amazônia, – nem vamos falar do Sul – desde que o branco dominou os rios, cortou as vias de um reilação onamento inclusive evolutivo, comercial, tecnológico, claro que dentro da sua estrutura. Tanto é que esse habitat foi quebrado que, se voltarmos a olhar os instrumentos de trabalho... Vou encerrar, Sr. Presidente, mas o tema é realmente apaixonante. É preciso dizer à Nação que tem de se acabar com essa mentira! Devemos parar de fazer uma interpretação errônea. Eu dizia que os instrumentos d'arte daquela época, os produtos fabricados pelo índio, tinham uma qualidade muito superior aos de hoje, porque o índio está em um processo de involução, de destruição. Vamos acabar com ele. Há um genocídio sendo praticado contra o índio. As nações mais desenvolvidas, aquelas que já não têm nenhum impulso reprodutivo capaz de apresentar uma perspectiva genética para as gerações futuras, querem apenas um banco genético preservando essas espécies raras. Isso é um crime contra eles, que tinham o direito de viver, de crescer, de se desenvolver e se integrar, para, um dia, serem como os demais povos indígenas da América Latina, por exemplo, onde você realmente encontra uma população indígena mais expressiva. Aqui, não, aqui há o extermínio. Nós estamos querendo, com uma posição realmente hipócrita, defender, mas estamos destruindo os povos indígenas. Essa é a verdade brutal, e tudo isso em nome exatamente da conquista do território nacional para outros interesses contrários àqueles dos brasileiros.

A Srª Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Senador Moarildo Cavalcanti, V. Exª me permite um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Sr. Presidente, eu apelo para a compreensão de V.

Exª, mas não gostaria de encerrarmos antes ouvir a nossa querida Senadora Heloísa Helena.

A SRª Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Senador Moarildo Cavalcanti, respeito a posição exposta por V. Exª em seu pronunciamento porque entendo que o Senado, embora nem sempre represente e lute pela democracia brasileira – pois não existe democracia sem justiça social –, sendo uma Casa plural, permite e dá importância ao fato de que um Senador vá à tribuna e traga um tema de alta complexidade como esse. Faço esse aparte, primeiro, para fazer um pequeno reparo ao pronunciamento de V. Exª, quando cita o Senador José Eduardo Dutra.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Pedi vista.

A Srª Heloisa Helena (Bloco/PT – AL) – E diz que é uma pena que a isso acabe sendo dado uma caracterização ideológica. V. Exª e todos nós sabemos que um pedido de vista pelo prazo de cinco dias é um instrumento regimental utilizado por todos nós. Não se trata de um mecanismo protelatório, até porque nem força temos para estabelecer mecanismos protelatórios para o projeto de várias comissões, como muitas vezes faz a maioria da Casa faz, aprovando requerimento que inundavárias Comissões ao mesmo tempo. Então, de fato, não se trata de um mecanismo protelatório, mas da necessidade de objetividade procedermos ao debate. É uma discussão complexa, polêmica. Evidentemente, não diremos agora que são os índios que estão tomando as terras dos brancos, contrapondo-nos à própria história da nossa civilização. A Oposição tem uma gigantesca preocupação com os espaços dos povos indígenas, até mesmo em face da necessidade de cumprimento da lei. Além disso, elabora propostas concretas para garantir o desenvolvimento sustentado e a situação do pequeno e médio produtor rural no nosso País, tema sobre o qual, pelo Bloco da Oposição, iremos falar ainda. Saliento que a irresponsabilidade do Governo para com o pequeno e médio produtor rural do Norte, Nordeste e Centro-Oeste não se deve à questão dos povos indígenas. Senador Moarildo Cavalcanti, faço apenas um pedido de reparo. O Senador José Eduardo Dutra não está aqui para apartá-lo, pois está hospitalizado, mas pediu vista da matéria simplesmente na perspectiva de possibilitar a discussão. Não é um projeto simples, mas uma proposta de emenda constitucional. Portanto, diante da complexidade trazida à Casa pelo tema, é fundamental que nós, representantes dos Estados da Federação, possamos discuti-lo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Senadora Heloísa Helena, faço um reparo ao reparo de V. Exª. Na verdade, não faz cinco dias que o Senador José Eduardo Dutra pediu vista da matéria. S.

Ex^a o fez no dia 7 de novembro. Portanto, já vai completar um mês.

A Sr^a Heloísa Helena (Blo co/PT – AL) – Se nador, até porque tenho obrigação de conhecer o Regimento Interno, devo dizer a V. Ex^a que o prazo máximo de um pedido de vista é de uma sessão ordinária a outra. O fato de o projeto não ter sido colocado em pauta não tem nada a ver com o pedido de vista da matéria; a Comissão é que não o colocou na Ordem do Dia, já que o prazo máximo de vista são cinco dias.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Portanto, está há mais tempo do que isso com vista ao Senador José Eduardo Dutra. Mas, acredito que isso, Senadora Heloísa Helena, seja um problema de somenos importância.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Senador Mozarildo Cavalcanti, perdão por interromper V. Ex^a. Eu sei que o tema é muito importante, mas V. Ex^a já ultrapassou o prazo regimental em mais de 15 minutos. Peço a V. Ex^a que colabore com a Mesa, já que V. Ex^a é um dos guardiães do Regimento Interno.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Concluirei justamente dizendo que o problema não é o tempo – um mês ou dois meses – em que a matéria esteja em discussão; o mais importante é que ela seja efetivamente discutida e que esta Constituição seja alterada, para se resguardarem os direitos de todos. Acredito que não há justiça social com direitos somente de uns, contra o direito de outros. Tem de haver justiça igualmente para todos.

Para finalizar, gostaria de fazer um apelo que tenho repetidamente feito aqui: que o Presidente da República aproveite essa reforma da Funai e coloque, na sua direção, índios. O Presidente da Funai deve ser índio. Os diversos órgãos da Funai devem ter índios em seus quadros. Existem muitos deles até mesmo com curso superior, capazes de cuidarem de seus próprios interesses. É preciso deixar fora esses indigenistas residentes em São Paulo, no Rio de Janeiro e até mesmo em outros países. É o apelo que faço, reiterando que, a partir de hoje, em função desse quadro, passarei a votar contra todas as matérias de interesse do Poder Executivo.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(inserido na forma do art. 210 do Regimento Interno.)

Governo quer o fim do paternalismo na Funai

Edson Luiz

Brasília – Com quase 30 anos de atraso, o governo pretende modificar a política indigenista do País para tentar acabar com o paternalismo existente na Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Antes de deixar o cargo, o ex-ministro da Justiça, José Gregori, criou mais uma comissão interministerial, com a participação da sociedade civil, para definir os rumos da instituição, que hoje gasta quase R\$ 6 milhões em assistência social para índios, R\$ 2 milhões a mais que o valor utilizado para a fiscalização das terras indígenas.

Não é a primeira vez que o governo tenta acabar com o assistencialismo dentro da Funai. Outros presentes da instituição e ministros da Justiça já procuraram modificar a política indigenista brasileira, mas esbarraram na resistência de grupos acostumados com a facilidade oferecida nos últimos anos. O resultado foi um só: acabaram destituídos pelos próprios índios ou desistiram do cargo por causa do desgaste.

Hoje a Funai continua sendo, dentro do governo federal, um dos órgãos com maior número de cargos de confiança no País: são 1.009, quase o dobro da Polícia Federal. Deste total, 190 cargos estão em Brasília. Mas só 10% do quadro tem nível superior. No departamento de Patrimônio Índigena e Meio Ambiente 40 projetos de extrema importância, como os de construção de hidrelétrica e rodovias, estão parados por falta de parecer. Um acordo de cooperação com a Organização das Nações Unidas (ONU) foi firmado para a contratação de 20 profissionais (antropólogos) aptos para desenvolver o trabalho.

Lotados na cidade – A distribuição dos funcionários da Funai também apresenta uma desigualdade em relação a outros órgãos públicos. Cerca de 1.650 servidores da instituição estão lotados nas áreas urbanas e apenas 339 pessoas trabalham nas áreas indígenas. Na sede, em Brasília, estão 303 funcionários, sendo que 34 índios trabalham na Administração Regional do Xingu que, ao contrário das maiores que abrigam grupos indígenas, conta com um escritório regional no Distrito Federal.

Nem a própria Funai tem controle de quantos índios estão fora das aldeias, principalmente em Brasília. Os que chegam realmente à procura de ajuda para suas aldeias são poucos. Grande parte dos que ocupam hoje as penas próximas à sede da Funai está mesmo a passo e somente no ano passado foram respondeis por um gasto de R\$ 800 mil em hospedagens. Quase o mesmo valor desembolsado pela instituição para funcionamento dos postos indígenas e recursos superiores aos que foram usados na recuperação ambiental das terras indígenas.

“O que existe é paternalismo e não assistencialismo. Temos de resgatar o trabalho comunitário”, afirma o presidente da Funai, Glênio Alva rez, que já preveu um impacto na estruturação da fundação. Uma de suas providências é justamente reduzir os gastos com hospedagens e eliminar a figura do índio-residente, aquele que chega à cidade, ocupa um quarto de penas e passa até mais de ano sem retornar à aldeia.

A falta de pessoal de campo talvez explique os muitos problemas enfrentados nas áreas indígenas. Segundo a diretoria fundiária da Funai, são pelo menos 30 conflitos de grandes proporções que podem resultar inclusive em mortes. É o caso de Mato

Grosso do Sul, onde existe o risco de um confronto entre fazendeiros e pequenos colonos por culpa do próprio governo, que não se deixa sobre o litígio, cuja origem tem quase 50 anos. O mesmo problema ocorre em Pau Brasil, na Bahia, e em Roraima.

Ilegal – Nem sempre a questão da terra é a causa principal dos conflitos. Na área ianomami, garimpeiros voltaram a explorar ouro na região. Mas o caso mais grave envolve índios e funcionários da Funai. Em Espírito Santo, onde cerca de 2 mil homens estão retirando diamantes das terras dos índios cintas-largas, no Parque Roosevelt, a Polícia Federal identificou servidores da Fundação e lideranças indígenas envolvidos com a atividade ilegal. Alguns deles devem ser presos logo.

Após sua criação, a comissão interministerial terá 60 dias – prorrogáveis por mais 30 – para trabalhar na reestruturação da política indígena e da própria Funai. Segundo fontes do Ministério da Justiça, o curto espaço de tempo tem uma razão: os conflitos estão se desenvolvendo na mesma proporção em que cresce a população indígena do País, hoje em torno de 360 mil pessoas. Se não houver uma solução rápida, segundo fontes do governo, a situação pode degradar igual à de séculos passados quando o Brasil não tinha qualquer política para o setor.

PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 1999

“Altera os artigos 52, 225 e 231 da Constituição Federal”.

Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores.

Relator: Senador Amir Lando.

Parecer: Pela aprovação, com as Emendas nºs 1 a 4 que apresenta.

Obs: Em 7-11-01, foi concedida vista ao Senador José Eduardo Dutra.

Resultado: Adiado.

A matéria teve sua votação adiada na última reunião da CCJ, conforme informação acima.

O referido projeto encontra-se na pauta da Comissão de Constituição e Justiça para a reunião de amanhã, dia 21-11-01, contudo não acredito que seja apreciado devido ao projeto do Código Civil, relatado pelo Senador Bernardo Cabral também estar na pauta.

PARECER Nº , DE 1999

Da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de emenda à Constituição nº 38, de 1999, que altera os arts. 52, 225 e 231 da Constituição Federal.

Relator: Senador Amir Lando

I - Relatório

De autoria do nobre Senador Mozarildo Cavalcanti e de outros vinte e oito Senadores, a Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 1999, “altera os arts. 52, 225 e 231 da Constituição Federal.

Seu art. 1º manda adicionar o inciso XV ao art. 52 da Carta Magna, por intermédio do qual incide-se, entre as competências privativas do Senado Federal, a aprovação do processo de demarcação de terras indígenas.

O art. 2º da proposta confere nova redação ao inciso III do § 1º do art. 225 da Lei Maior, com a finalidade de submeter a criação de unidades de conservação ambiental aos limites determinados pelo novo § 2º do art. 231, adicionado pelo art. 4º da proposição sob exame.

O art. 3º prescreve a inclusão, no caput do art. 231, da necessidade do Senado Federal, aprovar o processo de demarcação das terras dos índios.

O art. 4º preconiza a adição ao art. 231, de novo § 2º renomeando-se os demais de maneira a limitar o conjunto das áreas destinadas às terras indígenas e às unidades de conservação ao máximo de trinta por cento da superfície de cada estado brasileiro.

Por fim, o art. 5º cuida da cláusula de vigência da proposta.

Em sua justificação, o Senador roraimense afirma que, sendo os recursos naturais a base da economia do Norte do País, a população local está conscientizada da necessidade de preservação ambiental a fim de assegurar a perpetuação do patrimônio natural que representa o suporte do desenvolvimento da região. Entretanto, assiste-se a reducionismo que confunde a defesa do meio ambiente com a intocabilidade da cobertura vegetal da Floresta Amazônica.

No que se refere às terras dos índios – continua o autor da proposição –, têm-se de marcar os territórios inteiramente desproporcionais à população indígena a que se destina, tornando inaproveitadas para a exploração econômica amplas áreas de estados brasileiros.

Em face da criação indiscriminada de unidades de conservação e de terras indígenas, conclui o Senador de Roraima, “algumas unidades da Federação vêm comprometido o seu processo de desenvolvimento, em decorrência da redução de vasta área de sua superfície que poderia ser destinada a atividade econômica”.

II – Análise

Nos últimos tempos, a sociedade brasileira adquiriu significativo grau de consciência acerca da im-

prescindibilidade da preservação ambiental, como meio de garantir as condições de vida no planeta. Prova disso é a legislação pátria sobre o meio ambiente, reconhecida como mais modernas do mundo.

Da mesma forma, o capítulo dedicado aos pré-colombianos pela Constituição Federal de 1988 representa avanço de tal 'Ordem que modifcou radicalmente a política indigenista brasileira. Antes da Carta vigente, as ações do Poder Público eram rígidas ao índio tinham como horizonte sua integração à sociedade abrangente, orientação substituída pela concepção que assegura às populações indígenas o direito de viver de acordo com sua tradições culturais.

O impacto causado pelo advento das preocupações com o meio ambiente e pelo novo enfoque da proteção aos índios após a Carta Magna de 1988 levou, inicialmente, a compreensível superdimensionamento das medidas implementadas nesses dois setores, as quais vêm, nos últimos tempos, sendo flexibilizadas, sem comprometer os fins a que se destinam.

Essa flexibilização é de enorme relevância, uma vez que permitiu assentar a compreensão de que a preservação do meio ambiente e a garantia das comunidades indígenas poderem viver segundo suas tradições não são incompatíveis com a implantação de projetos de desenvolvimento econômico e social da sociedade.

A Proposta de Emenda à Constituição sob análise se situa-se no contexto de tal liberalização. Ao preconizar limites territoriais para a criação de unidades de conservação e terras indígenas, estabelece condições de previsibilidade para o planejamento e execução, de projetos de desenvolvimento uma vez que as autoridades estaduais saberão previamente da área de cada estado que poderá ser imobilizada para reserva ambiental e indígena.

Sem dúvida, as disposições legais ora vigentes sobre a matéria deixam um grau de imprevisibilidade bastante amplo. O art. 23 da Constituição, nos incisos VI e VII, assegura competência material comum à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas, bem como preservar as florestas, a fauna e a flora.

O art. 24, no inciso VI, por sua vez, confere à União, aos Estados e ao Distrito Federal competência para legislar concorrentemente sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais proteção do meio ambiente e controle da população.

O art. 22, inciso XIV, finalmente, preceitua competir privativamente à União legislar sobre as populações indígenas.

Em face dessas previsões constitucionais, a União, os Estados e o Distrito Federal podem instituir unidades de conservação ambiental. Todavia, enquanto os dois últimos entes possuem poderes para constituir tais unidades nos limites de seu território, a União pode criar, a seu critério, reservas ambientais e indígenas em todo o território nacional. Assim, uma política de desenvolvimento proposta pelas autoridades governamentais das unidades da Federação pode, a qualquer momento, ver-se comprometida por decisões a respeito do território estadual que estão submetidas apenas à discrição da União.

Por isso, em boa hora vem à apreciação do Congresso Nacional a proposta sob exame. Somos favoráveis a seu acolhimento, visto que sua aprovação possibilitará a destinação de área das Unidades da Federação suficientemente ampla para a garantia da preservação do meio ambiente e das populações indígenas, sem comprometer a previsibilidade das políticas imprescindíveis para o desenvolvimento dos estados brasileiros.

No nosso entendimento, entretanto, a proposição necessita de um ou outro ajuste, a fim de aperfeioá-la tecnicamente.

Julgamos deva o inciso XV do art. 52 da Constituição, objeto do art. 1º da proposta em tela, prever a competência privativa do Senado Federal para aprovar, mediante proposta do Poder Executivo, o ato de demarcatório das terras indígenas e não todo o processo de demarcação dos referidos territórios. Conquanto o ato antropológico e de maiores estudos devam instruir o ato demarcatório submetido ao Senado Federal, à nossa compreensão não deve essa Casa do Congresso Nacional apreciar processo conduzido, já, com base no princípio jurídico do contraditório.

Com respeito ao art. 2º da proposição, deve-se corrigir imprecisão de natureza redacional constante de seu caput, visto que o inciso III a que se refere o dispositivo faz parte do § 1º do art. 225 e não do caput desse artigo.

O art. 3º deve ser emendado, com vistas a compatibilizar a nova redação proposta para o caput do art. 23 da Carta Magna com o texto postulado para o inciso XV do art. 52 da Lei Maior, segundo a modificação por nós acima alvitrada.

No que se refere ao art. 4º da proposta, recordamos que por mais de três décadas vigoraram as determinações do Código Florestal, Lei nº 4.771, de 15

de setembro de 1965, —, de acordo com as quais só se permitia a exploração

florestal a corte raso na Amazônia se mantida reserva legal de cobertura arbórea correspondente a pelo menos cinqüenta por cento da área d. a propriedade.

Ha três anos, porém, a Medida Provisória nº 1.885/99 estipulou que, em áreas cobertas por florestas, essa reserva deve elevar-se a oitenta por cento. Sem dúvida, tal mudança não apresenta fundamentação técnica consistente e erreveste-se de caráter casuístico, uma vez que essa busca passar à opinião pública nacional e internacional a imagem de firme atuação do Poder Público na defesa do meio ambiente.

Deve continuar a prevalecer, pois, o entendimento técnico, já consagrado ao longo dos anos, de que, na Amazônia, metade de cada propriedade pode ser explorada economicamente, sem comprometer a preservação ambiental.

À nossa compreensão os critérios empregados pelo Código florestal em relação à propriedade privada devem ser mutatis mutandis, aplicados para toda a superfície dos estados brasileiros. Nesse caso, a metade correspondente à reserva legal necessariamente engloba as unidades de conservação da natureza e as áreas indígenas, uma vez que o art. 3º, § 2º do Código Florestal reconhece como de preservação permanente as florestas existentes nas terras dos índios.

Em face disso, julgamos deva ser emendado o art. 4º a proposição a fim de ele var para cinqüenta por cento o percentual constante do § 2º a ser adicionado ao art. 231 da Constituição.

III – Voto

A Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 1999, é jurídica e redigida de acordo com as melhores da boa técnica legislativa, quanto necessário das adequações consubstenciadas pelas emendas abaixo. Do ponto de vista do mérito, representa contribuição de grande relevância para aprimorar a criação de unidades de conservação ambiental e de terras indígenas.

Assim, opinamos por sua aprovação, com as alterações introduzidas pelas seguintes emendas:

EMENDA Nº 1

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º:

Art. 1º Adicione-se ao art. 52 da Constituição Federal o inciso XV, com a seguinte redação:

“Art. 52. Compete privativamente ao Senado

Federal:

.....

XV — Aprovar, mediante proposta do Poder Executivo, o ato demarcatório das terras indígenas.

EMENDA Nº 2

Dê-se a seguinte redação ao art. 2º:

Art. 2º O inciso III do § 1º do art. 225 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 225.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público:

.....

III — definir, em todas as unidades da Federação, observados os limites fixados no art. 231 § 2º, espaços territoriais e Seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente por meio de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção: (NR)”

EMENDA Nº 3

Dê-se a seguinte redação ao art. 3º:

Art. 3º O caput do art. 231 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-la, proteger e fazer respeitar todos os seus bens, e ao Senado Federal aprovar, mediante proposta do Poder Executivo, O ato demarcatório de suas terras. (NR)”

EMENDA Nº 4

Dê-se ao art. 4º a seguinte redação:

Art. 4º Adicione-se ao art. 231 da Constituição Federal o § 2º, com a seguinte redação, renumerando-se os demais:

“Art. 231.

.....

“§ 2º A área destinada às terras indígenas e às unidades de conservação ambiental não poderá ultrapassar, conjuntamente, 50% (cinquenta por cento) da superfície de cada unidade da Federação.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 38, DE 1999

Altera os arts. 52, 225 e 231 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60, § 3º da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Adicione-se ao art. 52 da Constituição Federal o inciso XV, com a seguinte redação:

*Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

XV – aprovar o processo de demarcação das terras indígenas.”

Art. 2º O inciso III do art. 225 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 225.

III – definir, em todas as unidades da Federação, observados os limites fixados no art. 231, § 2º, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;” (NR)

Art. 3º O caput do art. 231 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 231. São reconhecidos aos índios a sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocu-

param, competindo à União demarcá-la, proteger e fazer respeitar todos os seus bens, e ao Senado Federal aprovar o processo de demarcação.” (NR)

Art. 4º Adicione-se ao art. 231 da Constituição Federal o § 2º, com a seguinte redação, renomeando-se os demais:

*§ 2º As áreas destinadas às terras indígenas e às unidades de conservação ambiental não poderão ultrapassar, conjuntamente, 30% (trinta por cento) da superfície de cada unidade da Federação.”

Art. 5º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Passada uma década da promulgação da Constituição Federal, podemos afirmar com segurança que suas disposições acerca da preservação do meio ambiente e dos direitos assegurados aos índios têm-se mostrado falso limitador do desenvolvimento dos Estados da região Norte do País.

No que se refere à preservação do meio ambiente, na região Norte, onde os recursos naturais, em especial os florestais, têm representado, ao longo da história, a base da economia, a sociedade local tem clara consciência da relevância de se manterem espaços territoriais sob proteção ambiental, como forma de assegurar a perpetuação desse patrimônio, como suporte para o desenvolvimento.

Inevitavelmente, esse processo tem sido deturpado, pelo estabelecimento indiscriminado de unidades de conservação. Assiste-se a um reducionismo, pelo qual a defesa do meio ambiente passa a confundir-

se com a intocabilidade da cobertura vegetal. Com isso, as áreas passíveis de aproveitamento econômico, principalmente sob a forma de agricultura e pecuária, tornam-se exiguas, inviabilizando, na prática, a economia de muitos estados.

A defesa do meio ambiente não se pode tornar um fim em si mesmo. Por isso, entendemos que essas unidades devem ser criadas de modo seletivo, obedecendo a claros limites territoriais, e à luz dos justos anseios da sociedade local por seu desenvolvimento social e econômico.

De outra parte, a amplitude das garantias asseguradas aos indígenas pela Carta Magna tem levado à demarcação de territórios cuja superfície é inteiramente desproporcional à população a que se destina. Com essa finalidade, enormes áreas de estados brasileiros são imobilizadas, chegando-se a extremos como o de Roraima, que possui mais da metade de seu território reservado para os pré-colombianos.

Assim, algumas unidades da Federação vêm comprometido o seu processo de desenvolvimento, em decorrência da redução de vasta área de sua superfície que poderia ser destinada à atividade econômica. Em alguns casos, a demarcação a qualquer preço de terras havidas como indígenas tem englobado cidades em franco desenvolvimento, além de fazendas produtivas, reduzindo a pô a riqueza social fruto do esforço de toda uma comunidade.

Ademais, é incompreensível que se tomem iniciativas legais a respeito de territórios de estados brasileiros sem a audiência da Casa do Poder Legislativo que representa os Estados da Federação, o Senado Federal.

Com o fim de corrigir tais distorções, submetemos à apreciação do Congresso Nacional a presente Proposta de Emenda à Constituição. Com ela, pretendemos seja o processo de demarcação das terras indígenas obrigatoriamente aprovado pelo Senado Federal, Casa do Poder Legislativo que representa os Estados-Membros da Federação.

Ademais, propomos que, para a demarcação de áreas indígenas ou unidades de conservação ambiental, seja estabelecido o limite máximo de trinta por cento da superfície de cada unidade da Federação, de forma a impedir que a existência de tais reser-

vas comprometa o desenvolvimento econômico e social dos estados em que elas se situam.

Estamos convencidos do apoio do Congresso Nacional para a aprovação da presente Emenda, em face de sua contribuição para melhor disciplinar matéria de tão grande importância para o progresso nacional, sobretudo do : Estados das regiões Norte e Centro-Oeste do País.

Sala das Sessões, 5 de maio de 1999. – Senador **Mozarildo Cavalcanti** – **João Alberto** – **Luiz Otávio** – **Geraldo Alhoff** – **Jefferson Péres** – **Nabor Júnior** – **José Fogaça** – **Gilberto Mestrinho** – **Jonas Pinheiro** – **Alcindo Porto** – **Freitas Neto** – **Levy Estevão** – **Osnar Dias** – **Edison Lobão** – **Amir Lando** – **Eraldo Amorim** – **Juvêncio da Fonseca** – **Antero Paes de Barros** – **Geraldo Cândido** – **Maria do Carmo Alves** – **Moreira Mendes** – **Jorge Bornhausen** – **Sérgio Machado** – **Teotônio Vilela** – **Lúdio Coelho** – **Gilvan Borges** – **Carlos Maldaner** – **Romeu Tuma** – **Fernando Bezerra**.

LEGISLAÇÃO CITADA

“Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecológicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sanitária qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

III – definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justificam sua proteção;

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo a União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

(A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra à nobre Senadora Maria do Carmo Alves, por vinte minutos.

A SR^a MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna, mais uma vez, para falar de um mal que há muito atinge o meu querido Nordeste. Não me refiro à seca nem à pobreza, tão faladas, tão decantadas nesta Casa. Refiro-me à falta de políticas planejadas para a Região.

Farei um breve retrospecto do ano de 2001: estiagens, Municípios em calamidade pública e – a grande novidade do ano – o racionamento de energia. Chegamos quase a nos acostumar com as imagens fortes das emissoras de televisão quando mostram a seca, o chão rachado, o sertanejo perambulando à busca de socorro.

O que nos entristece – e é exatamente o motivo da minha fala hoje aqui – é que nada foi feito para se resolver a questão. As secas se repetem os procedimentos governamentais também: nada antes e nada depois; no momento da crise, cestas básicas e frentes de trabalho.

Pois bem, a nova dificuldade apresentada ao povo do Nordeste foi o racionamento de energia, cuja culpa o Governo costuma atribuir à falta de chuvas. Não, Sr. Presidente, a crise decorreu da falta de planejamento e, sobretudo, de investimentos no setor hidrelétrico.

Passaram-se os meses críticos, mas, no Nordeste, não veio a chuva, como era esperado. Não veio a água do céu, mas, em compensação, vieram os feriados programados, que geraram prejuízos para o setor industrial e para o comércio e trouxeram uma redução drástica do nosso PIB, além do aumento do nível de desemprego.

Já estamos em dezembro e o que concluímos é que 2001 trouxe ainda mais desigualdade regional para o País e mais pobreza para a Região que abriga, lamentavelmente, mais da metade da miséria absoluta nacional.

Normalmente, dezembro é um mês alentador para o nordestino, não só pelo espírito natalino que ilumina o coração dos homens, como também em virtude da nossa vocação turística. Começa a época do turismo, brasileiros e estrangeiros de todo o mundo

invadem nossas praias, nosso litoral, com sua ânsia de aproveitar o sol e o mar, trazendo divisas para o comércio e gerando empregos, embora temporários. Tudo isso faz a economia da Região movimentar-se.

Contudo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, quem vem às praias do Nordeste quer uma estrutura mímina, quer conforto. Além do refrescante mergulho no mar azul, quer beber algo gelado e dormir em quarto climatizado. E esta seria a chance de reverter um pouco as perdas do ano. O que a seca impediu fosse colhido, o que o racionamento impediu fosse produzido poderia ser reposto com a miscelânea de sotaques, línguas e culturas que visitam o litoral nordestino no verão. Mas, para isso, é preciso energia. É necessário que também as cidades turísticas nordestinas possam utilizar-se do percentual de racionamento de 7%, como está sendo ofertado para as cidades assim classificadas pela Embratur nas regiões Centro-Oeste e Sudeste.

Não desconheço – e os nordestinos não desconhecem – o fato de os reservatórios estarem baixíssimos. Isso é incontestável. Apenas não entendo por que a região que hoje mais precisa de investimentos de fluxo de capital deva ser a mais castigada pela errônea visão ensandecida de tecnocratas que, sentados em seus gabinetes – com certeza, climatizada –, decidem seguir uma política econômica que sacrifica o setor produtivo em prol da busca de um superávit fiscal a qualquer preço.

Sei que as dificuldades energéticas não serão resolvidas num passe de mágica. Compreendo que é necessário um longo processo de conscientização no que diz respeito ao fato de a energia ser um recurso precioso. Em breve, viveremos uma situação semelhante em relação aos recursos hídricos se nada for feito nos próximos anos.

Prejudicar a já sensível economia nordestina, impedindo-a de crescer com o turismo, é quase uma afronta às esperanças de um final de ano melhor.

Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, faço um apelo ao Senhor Presidente da República, ao Sr. Pedro Parente e a todos que participam da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica para que analisem a situação do Nordeste e compartilhem connosco a nossa realidade. Vamos às ruas. Vamos ver a importância da indústria turística para a nossa região. Essa é a forma que temos de reduzir as grandes desigualdades e dar aos nordestinos melhores condições e mais empregos. Também é necessário rever as metas das cidades turísticas da Região Nordeste. Nós, nordestinos, desejamos ver o País

crescer, a despeito de atentados e da crise na Argentina, mas o Brasil como um todo e não somente as já ricas Regiões Sul e Sudeste. E, para que isso ocorra, para o bem de nosso povo, é primordial que especial atenção seja dada aos Estados nordestinos, que sejam exatamente levadas em conta as questões do Nordeste.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, faço um apelo ao bom senso dos mandatários desta imensa Nação brasileira para que cessem a discriminação ao povo nordestino e lhe dêem uma chance de melhorar a retrospectiva do ano de 2001, favorecendo a indústria do turismo e, assim, trazendo mais renda e empregos para nossos conterrâneos.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Maria do Carmo Alves, o Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ramez Tebet, Presidente.

O Sr. Ramez Tebet, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Wilson, 1º Secretário.

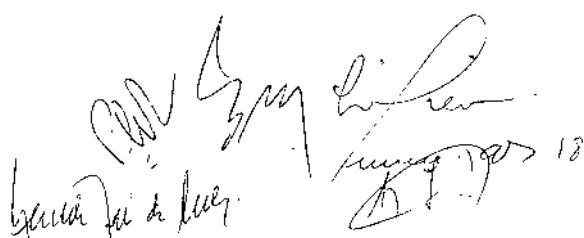
O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 735, DE 2001

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, para o PLC nº 117, de 2001.

Sala das Sessões, 6 de dezembro de 2001.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Esse requerimento será votado após a Ordem do Dia, na forma do disposto no art. 340, inciso II, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Passa-se à

Item 1:

REQUERIMENTO Nº 729, DE 2001

Votação, em turno único, do Requerimento nº 729, de 2001, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando seja enviada moção dirigida ao Governo e ao Congresso dos Estados Unidos da América, manifestando a preocupação do Senado Federal com as anunciamas medidas protecionistas recomendadas pela Comissão de Comércio Internacional, vinculado ao Governo Americano e que poderão afetar significativamente as exportações brasileiras de aço para aquele País.

Em votação o requerimento.

O SR. RICARDO SANTOS (Bloco/PSDB – ES)

– Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – V. Ex^a tem a palavra para encaminhar a votação.

O SR. RICARDO SANTOS (Bloco/PSDB – ES)

Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, essa questão, que foi objeto de pronunciamentos meus em pelo menos duas oportunidades no plenário do Senado Federal, preocupa-me muito, pois atinge os interesses vinculados à siderurgia brasileira e deverá afetar também a economia do País.

A Comissão de Comércio Internacional dos Estados Unidos da América recomendou, no dia 22 do mês passado, ao Presidente George W. Bush que sejam adotadas medidas protecionistas com relação às exportações de aço para o mercado americano. Tais medidas, com certeza, afetarão as exportações do Terceiro Mundo para os Estados Unidos da América e, em particular, as exportações brasileiras.

Essa poderosa Comissão, ao recomendar ao Presidente George W. Bush medidas de caráter protecionista, responde a pressões da deficitária e obsoleta indústria de aço dos Estados Unidos da América, que, há mais de vinte anos, vive de subsídios do governo. A recomendação da Comissão de Comércio Internacional abre caminho para que o Presidente americano se desobrigue de compromissos decorrentes de acordos internacionais anteriormente assumidos, de modo que, por determinado período, possa subsidiar a indústria afetada, tornando-a capaz de competir com as importações.

O Presidente Bush deverá formar sua opinião entre a segunda quinzena de dezembro, de acordo com a rotina da Comissão, e o final de fevereiro, ha-

vendo, portanto, urgência para qualquer ação que se queira empreender contra a adoção de quotas e a elevação de alíquotas de importação que possam prejudicar a indústria de aço brasileira.

É importante enfatizar que a siderurgia brasileira é um dos maiores casos de sucessos no setor produtivo mundial nos últimos dez anos. Somos o oitavo maior produtor mundial de aço, bem como o oitavo maior exportador, o que significa exportações anuais de dez milhões de toneladas e uma geração de divisas de US\$2,4 bilhões por ano.

Portanto, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, defendemos a aprovação do requerimento. Que seja encaminhado ao Presidente dos Estados Unidos da América, ao Presidente da Câmara dos Deputados americana e ao Presidente do Senado americano, demonstrando as preocupações do Senado Federal contra essas medidas protecionistas que ameaçam gravemente a indústria siderúrgica brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Concedo a palavra ao Líder Paulo Hartung, para encaminhar. S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. PAULO HARTUNG (PSB – ES. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, uso da palavra para apoiar o requerimento de autoria dos ilustres Senadores Ricardo Santos e Emilia Fernandes, apoiar a moção e fazer algumas rápidas observações.

Estamos chegando ao final do ano. Não foi um ano fácil para o Senado, que viveu de problemas internos durante um bom tempo e não conseguiu introduzir um debate da maior importância, que é o debate sobre o comércio internacional.

Só para relembrá-los, iniciamos o ano desafiados e dispostos a fazer uma discussão séria sobre a questão da ALCA, e não conseguimos. Vamos terminar o ano com um tímidíssimo nível de realização pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – isso não é culpa de ninguém individualmente – e também por um evento realizado pela Câmara dos Deputados.

Essa é uma questão central. O Senador Ricardo Santos e a Senadora Emilia Fernandes estão trazendo um tema da maior importância. Se nos debruçarmos sobre as conclusões da última reunião da OMC, realizada há poucos dias, poderemos comemorar um avanço importante, uma luta do Brasil na área de patentes, na área de propriedade intelectual; comemorar alguns avanços tímidos, mas avanços, na disposição da Europa em iniciar uma discussão em relação a subsídios agrícolas, e outros temas. Podemos come-

morar, acima de tudo, a possibilidade de se avançar em um processo multilateral no mundo em relação à questão do comércio.

No entanto, estamos aqui diante de um retrocesso nas relações internacionais de comércio: a atitude de uma poderosa comissão nos Estados Unidos trabalhando na direção do velho protecionismo a um setor industrial americano que não é competitivo, que só está de pé em virtude do poderoso **lobby** que tem no Congresso americano. Só que, lá, eles debatem profundamente esses temas, e, infelizmente, aqui ainda estamos dando os primeiros passos na direção desse assunto.

Por isso quero, Senador Ricardo Santos, Senadora Emilia Fernandes, apoiar o requerimento e, mais do que apoiar o requerimento, a moção. Ela pode ser uma gota no oceano, mas um oceano se faz de gotas, que são levadas pelos rios, pelas chuvas. Pode ser uma gota, mas tem um papel enorme: é uma verdadeira enxurrada no sentido de trazer esse tema para a vida do Parlamento brasileiro. Acredito que esse é o desafio.

O Senador Eduardo Suplicy, este ano, também trabalhou muito nessa direção, assim como o Senador Jefferson Péres e o próprio Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Lúcio Alcântara, mas não conseguimos ainda incluir o tema de comércio exterior como prioritária na agenda da política, do Parlamento, da vida e da economia do nosso País. Temos de continuar lutando por isso.

Quero declarar meu voto favorável ao requerimento, até porque nós, capixabas, temos muito porque nos orgulhar da nossa produção de aço. A Companhia Siderúrgica do Tubarão é, seguramente, um dos melhores complexos industriais, não só em termos de custo, de produtividade, de eficiência, como também em relação a temas de impactos, como a questão da relação da siderurgia com o meio ambiente, por exemplo. Temos de querer que nos orgulhar e sabemos que retaliações como essa caminham na contramão da qualidade, da produtividade e do livre mercado, que muitas vezes vêm no receituário de lá para cá, mas não são aceitas na relação dos países desenvolvidos com os países em desenvolvimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Em votação o Requerimento nº 729, de 2001.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A Presidência tomará as providências necessárias para fazer cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – **Item 2:**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 59, DE 2001

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 723, de 2001 – art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 59, de 2001 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 1.426, de 2001, Relator: Senador Carlos Bezerra), que autoriza o Município de Juiz de Fora – MG a contratar operação de crédito Finame junto ao Banco ABN AMRO Real S/A, no valor de R\$ 6.800.000,00 (seis milhões e oitocentos mil reais).

A Presidência esclarece que à matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Discussão do projeto, em turno único.

Com a palavra o Senador Arlindo Porto, para discutir.

O SR. ARLINDO PORTO (PTB – MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr. e Srs. Senadores, eu gostaria, neste momento, de enfatizar a importância desse financiamento para a Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, um dos principais Municípios do Estado de Minas Gerais – que é o segundo Estado em população e em importância econômica –, que tem sofrido um grande processo de desenvolvimento, especialmente com a consolidação de um segmento industrial muito importante a partir da instalação da fábrica de automóveis da Mercedes.

O seu Prefeito municipal, Dr. Tarcísio Delgado, meu colega prefeito de 1983 a 1988, atualmente encontra-se no seu terceiro mandato, o que consolida a sua liderança e o seu respeito perante a população de Juiz de Fora, pela seriedade, pelo pragmatismo e pela forma eficiente com que procura fazer a gestão dos recursos públicos.

Os recursos a serem obtidos serão aplicados exclusivamente no reequipamento da Prefeitura, na modernização de sua frota de veículos, especialmente na área de equipamentos rodoviários, buscando melhorar a condição das estradas vicinais, também, atender às demandas para as vias públicas daquele Município.

Portanto, no seu acompanhamento na Comissão de Assuntos Econômicos foi no sentido de concretizar o apoio dos Srs. Senadores à proposição, o que foi fe-

ito por unanimidade. Agora, venho solicitar-lhe da mesma forma.

Encontramo-nos num momento recessivo no Brasil, em que os Municípios recebem poucos recursos e enfrentam dificuldades para atender à Lei de Responsabilidade Fiscal. A modernização dos seus equipamentos é fundamental para atender à expectativa da população por melhor qualidade de vida.

Nessa perspectiva, Sr. Presidente, encaminho o voto favorável.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PDT – DF. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr. e Srs. Senadores, parece que não colocaremos nos barba de molho nem quando se incendeia a barba da nossa vizinha Argentina. A barba dos argentinos está, obviamente, pegando fogo. O que acontece no país vizinho deveria servir de alerta para que não trilhássemos o caminho da perdição e não apressássemos o passo no sentido de mergulharmos numa crise violenta como aquela.

Um dos problemas da Argentina é este: o endividamento, o vício no ópio da dívida externa. Como é bom nos endividarmos! Como é bom termos dinheiro! Como é bom apertarmos o botão, acionarmos o Senado, tão complacente, tão camarada, que aprova todos os empréstimos externos e, assim, permite que façamos obras e recordemos o passado obreiro e obrista que a crise de nossa sociedade e econômica já arquivou há muito tempo.

Insistimos em fazer e continuar a fazer sem recursos. O que vemos é que os Estados Unidos e todos os países do mundo fecham suas portas às nossas exportações, dificultando que consigamos criar um saldo de exportações e, portanto, produzir as divisas, os dólares com os quais devemos pagar as crescentes dívidas externas.

Mais uma vez, depois de centenas de vezes, não gostaria de ficar calado. Dentro de pouco tempo, esse fluxo de endividamento brasileiro vai parar porque não virá mais dinheiro de lá para cá. A torneira já está fechando há muito tempo. Tenho aqui, mas não quero ler agora, os números que indicam como os empréstimos para os países pobres, para a América Latina diminuíram drasticamente, principalmente nos últimos dez anos. Dentro de pouco tempo não discutiremos mais isso. Não teremos dívidas externas acrescidas para defender nem para criticar, porque não haverá mais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Não há mais oradores inscritos para a discussão.

Está encerrada a discussão.

Em votação.

Não havendo quem queira encaminhar a votação, encerro o encaminhamento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, com voto contrário do Senador Lauro Campos.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Sobre a mesa, para ceterda Comissão Diretora, o referendo da redação final ao Projeto de Resolução nº 59, de 2001, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.443, DE 2001
(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 59, de 2001.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 59, de 2001, que autoriza o Município de Juiz de Fora – MG a contratar operação de crédito Finame junto ao Banco ABN AMRO Real S. A, no valor de R\$ 6.800.000,00 (seis milhões e oitocentos mil reais).

Sala de Reuniões da Comissão, 6 de dezembro de 2001. – **Edison Lobão, Presidente – Mozarildo Cavalcanti – Antonio Carlos Valadares – Ronaldo Cunha Lima, Relator – Carlos Wilson.**

ANEXO AO PARECER Nº 1.443, DE 2001

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 2001

Autoriza o Município de Juiz de Fora – MG a contratar operação de crédito Finame junto ao Banco ABN AMRO Real S. A, no valor de R\$6.800.000,00 (seis milhões e oitocentos mil reais).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Município de Juiz de Fora – MG autorizada a contratar, nos termos da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, operação de crédito Finame junto ao Banco ABN AMRO Real S.A., no valor de R\$6.800.000,00 (seis milhões e oitocentos mil reais), a preços de julho de 2001.

Parágrafo único. Os recursos referidos no caput deste artigo serão destinados à aquisição de caminhões, tratores, retroescavadeiras e similares, para renovação da frota municipal desses equipamentos.

Art. 2º As condições financeiras da operação são as seguintes:

I – valor da operação: R\$6.800.000,00 (seis milhões e oitocentos mil reais), a preços de julho de 2001;

II – juros: TJLP mais 4,8% a.a. (quatro inteiros e oito décimos por cento ao ano);

III – atualização monetária: não há;

IV – garantias: alienação fiduciária dos bens e caução de cotas-partes do ICMS e do FPM;

V – finalidade: aquisição de caminhões, tratores, retroescavadeiras e equipamentos similares;

VI – liberação dos recursos: no ano de 2001;

VII – condições de pagamento: 42 (quarenta e duas) parcelas mensais, com carência de 6 (seis) meses.

Art. 3º A autorização concedida pela Resolução de nº 59 será exercida no prazo máximo de 270 (duzentos e setenta) dias contado da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – **Item 3:**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 60, DE 2001

(Em regime de urgência, nos termos do

Requerimento nº 724, de 2001 –

art. 336, II, combinado com o art. 338, IV do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 60, de 2001 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 1.427, de 2001, Relator: Senador Carlos Bezerra), que autoriza o Município de Juiz de Fora – MG a contratar operação de crédito com Banco ABN AMRO

Real S/A – Leasing, no valor de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais).

A Presidência esclarece ao Plenário que poderão ser oferecidas emendas à proposta até o encerramento da discussão.

Discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

O SR. JOSÉ ALENCAR (PL – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Senador José Alencar.

O SR. JOSÉ ALENCAR (PL – MG. Para encaminhar a votação.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, tanto o Projeto de Resolução nº 59, como este que está em votação, o de número 60, contém plam uma das mais tradicionais, progressistas e cultas cidades do nosso Estado. Trata-se de Juiz de Fora, a nossa Manchester mineira e brasileira. É uma cidade pioneira na industrialização, hoje conduzida por um dos mais ilustres homens públicos de Minas Gerais, o ex-deputado federal e hoje prefeito, Dr. Tarcísio Delgado, de modo que esses recursos esta rão aplicados por uma equipe de valor, presidida também por um brasileiro de valor.

Assim, encaminhamos naturalmente, uma votação favorável para esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Não havendo quem queira encaminhar a votação, encerro o encaminhamento.

As Srs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados (Pausa.)

Aprovado, com o voto contrário do Senador Lauro Campos.

A matéria vai à Comissão Diretora para redação final.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final ao Projeto de Resolução nº 60, de 2001, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mauro Miranda.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.444, DE 2001
(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 60, de 2001.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 60, de 2001, que autoriza o Município de Juiz de Fora — MG a contratar opera-

ção de crédito com o Banco ABN AMRO Real S.A. – Leasing, no valor de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), para renovação da frota de veículos do Município.

Sala de Reuniões da Comissão, 6 de dezembro de 2001. – **Edison Lobão**, Presidente – **Carlos Wilson**, Relator – **Mozarildo Cavalcanti** – **Antonio Carlos Valadares** – **Ronaldo Cunha Lima**.

ANEXO AO PARECER Nº 1444, DE 2001.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 2001

Autoriza o Município, de Juiz de Fora – MG a contratar operação de crédito com o Banco ABN AMRO Real S.A. – Leasing, no valor de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), para renovação da frota de veículos do Município.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Município de Juiz de Fora – MG autorizado a contratar operação de crédito com o Banco ABN AMRO Real S.A. – Leasing, no valor de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), para renovação da frota de veículos do Município.

Parágrafo único. Os recursos a serem contratados destinam-se à aquisição da frota de veículos motorizados do Município, incluindo máquinas, equipamentos, veículos leves e pesados.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º terá as seguintes condições financeiras:

I – valor da operação: R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais);

II – taxa de juros: 3,00% a.m. (três por cento ao mês) pré-fixada;

III – atualização monetária: não há;

IV – prazo: 48 (quarenta e oito) meses;

V – garantias: “bem arrendado” e cotas-partes do ICMS e FPM;

VI – finalidade: leasing para veículos;

VII – liberação: ano de 2001.

Parágrafo único. As datas de liberação dos recursos, bem como do pagamento do principal e dos encargos financeiros, poderão ser alteradas em função da data de assinatura dos contratos.

Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo máximo de duzentos e setenta dias, contado da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O Sr. Carlos Wilson, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 4:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2001
(Votação nominal)

Discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Valadares, que dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste, tendo

Parecer favorável, sob nº 937, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jefferson Péres.

A Presidência esclarece ao Plenário que nos termos do disposto no art.363, do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante três sessões deliberativas ordinárias, em face da discussão em segundo turno, quando poderão ser oferecidas emendas que não envolvam o mérito.

Transcorre, hoje, a terceira e última sessão de discussão.

Em discussão a proposta. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A matéria constará da sessão da próxima terça-feira, dia 11, para sua votação em segundo turno.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 5:**

Discussão, em primeiro turno, da **Proposta de Emenda à Constituição nº 27, de 2001**, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Valadares, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de instituir o Fundo para Revitalização Hidroambien-

tal e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do rio São Francisco, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.295, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves.

Transcorre, hoje, a primeira sessão sessão de discussão.

Em discussão a proposta.

Com a palavra o Senador Waldeck Ornélas.

O SR. WALDECK ORNÉLAS (PFL – BA) Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa proposta de emenda à Constituição chega ao plenário do Senado Federal num momento crítico para o rio São Francisco. Nós vivemos com efeito, uma seca sem precedente, há uma baixa no nível das águas que situa o lago de Sobradinho com apenas 5% do seu volume útil. E como a situação de feriados no Nordeste, já em uma segunda etapa do Plano de Controle da Geração de Energia. Quando me refiro à geração de energia, não quero, de nenhum maneira, perder de vista que houve um equívoco histórico e tradicional no Nordeste, que é priorizar para o rio São Francisco a geração de energia. É preciso considerar as outras funções do rio: a navegação, a irrigação, a piscicultura, o turismo e tantas outras atividades a que o rio se presta pela sua singularidade de ser o grande curso d'água no Nordeste brasileiro.

Nas sessões de terça-feira, da Comissão Especial do Vale do São Francisco, uma Comissão exatamente criada com o propósito de acompanhar, de garantir, de monitorar e fiscalizar o Projeto de Revitalização do rio São Francisco. O grande especialista do assunto, Dr. José Teodomiro, informou à Comissão do Senado que as chuvas desse período estão correspondendo a apenas 80% da média desta época.

Isso equivale dizer, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que as chuvas deste ano tendem a não recompor o nível de água da represa de Sobradinho. Consequentemente, o rio São Francisco não recuperará o volume do seu caudal. É indispensável, inadiável, urgente o Projeto de Revitalização do mencionado rio. Mesmo assim, percebemos que não tem havido por parte do Governo Federal preocupação e compromisso efetivo com esse propósito.

Se, com a situação dramática do rio, que estará à beira de uma catástrofe, se a seca prolongar-se por mais um ano, não há os recursos para a sua revitalização. Imaginem V. Ex^{as} se chevesse o suficiente na nascente do rio em Minas Gerais, se enchesse o lago

de Sobradinho e se retomasse à plena carga a geração de energia na cascata de Paulo Afonso!

Portanto, a PEC afigura-se-nos da maior importância e do maior significado, porque se exaure no âmbito do próprio Poder Legislativo. É nas mãos do Congresso Nacional que repousa hoje a esperança dos nordestinos, dos sertanejos, dos barrankeiros, de quem efetivamente necessita da revitalização do rio São Francisco.

Srs e Srs. Senadores, pasmem, o Presidente da República foi, pela segunda vez, este ano, à Serra da Canastra. S. Ex^a visitou a nascente do rio São Francisco. Dá vez passada, S. Ex^a disse que tinha um compromisso pela vida do São Francisco. Ficou lá, gravado em uma pedra, esse compromisso, mas não resultou em nada. Agora, o Presidente da República foi mais uma vez à Serra da Canastra. Quinze dias depois de o Presidente haver ido até Minas Gerais e haver dito que iria trabalhar pela revitalização do São Francisco, S. Ex^a foi desmentido pelo seu Ministro do Planejamento, que mandou para o Congresso Nacional uma proposta orçamentária para 2002 que destina apenas R\$30 milhões, míseros R\$30 milhões, para a revitalização do rio São Francisco no ano de 2002.

A Bancada regional do Nordeste destinou uma de suas emendas para a revitalização do São Francisco. Mas o parecer setorial não terá nada. Eu entrei em contato com o Relator setorial antes e depois de S. Ex^a emitir seu parecer. S. Ex^a me disse, de modo muito claro e, aliás, de modo muito sincero, que não adiantava colocar 5 ou 10 milhões. Efetivamente, essa é a verdade. Ou temos um montante anual da ordem de R\$200 milhões, como preconiza esta emenda, ou não se conseguirá a revitalização para o rio São Francisco. Eu não quero, Sr. Presidente, que parem dúvidas quanto à omissão desta Casa. Esta Casa tem de manifestar-se, aprovando a emenda, para evitar que o Brasil venha a ter o maior rio temporário do mundo. Esse é um título que não queremos ter, esse é um campeonato que preferimos perder. O Brasil precisa ganhar em outras coisas; nisso, não.

Precisamos ter responsabilidade ambiental, sobretudo numa região como o Nordeste, que é afetada pela seca, onde o semi-árido constitui um grande problema e um grande desafio e onde o rio São Francisco se apresenta como a grande solução.

Vejam bem, Srs e Srs. Senadores, que a aprovação dessa emenda, capitaneada pelo Senador Antonio Carlos Valadares, representa uma volta ao passado. Na Constituição de 1946, já havia uma vinculação para o rio São Francisco. Foi quando se per-

mitiu fazer Três Marias e os primeiros investimentos nos equipamentos e nos serviços sociais de educação e de saúde na região do vale do rio São Francisco.

Agora, deseja-se apenas 0,5% das receitas da União, depois de excluídas as transferências para os Estados e Municípios. Sei que a heterodoxia econômica é contra a vinculação de recursos, mas temos que tomar uma decisão autônoma e afirmativa, se quisermos salvar o Velho Chico. É isso que está em questão nessa emenda.

Assim, fiz questão de me manifestar hoje, na condição de Relator da Comissão Especial do rio São Francisco no Senado Federal, para concluir as Srs e Srs. Senadores, independente das regiões a que pertençam, dos Partidos a que são filiados e de suas convicções políticas e ideológicas, para assumir este compromisso com o futuro do País. Se o compromisso pela vida do São Francisco não foi honrado por outros, não podemos ser cúmplices desse crime que se perpetra contra a vida do País. Precisamos salvar o Velho Chico!

A aprovação desta emenda é a única garantia de que, efetivamente, haverá um trabalho pela revitalização do São Francisco.

Durante o discurso do Sr. Waldeck Ornellas, o Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ramez Tebet, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Voltamos à lista de oradores para discutir a matéria em pauta.

Concedo a palavra ao Senador Arlindo Porto.

O SR. ARLINDO PORTO (PTB – MG) – Para discutir a matéria. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, sem me alongar, abordando o mesmo assunto sobre o qual discorreu o Senador Waldeck Ornelas, chamo a atenção para a importância de um Fundo Constitucional para o Nordeste.

Cumprimento o autor dessa PEC. Reconheço o trabalho e a dedicação de S. Ex^a. O momento exige de nós posições firmes. Sabemos que devemos estar atentos ao tomar decisões como essa. O Senador Antonio Carlos Valadares merece nossos respeitos e sua iniciativa.

Se não tivermos recursos, não conseguiremos fazer a tão sonhada, tão esperada e tão necessária revitalização. Além disso, há necessidade de todos nos posicionarmos, a fim de que tenhamos condições de fazer também, dentro dessa perspectiva de revitalização ambiental, o desenvolvimento sustentável. Somente com o desenvolvimento da região, conse-

uiremos atingir a preservação do meio ambiente e a revitalização do rio São Francisco.

É inimaginável que os Municípios ribeirinhos ao São Francisco sejam os mais pobres, em termos materiais, cuja população tem maiores dificuldades.

Sentimos a necessidade de um programa que estimule um desenvolvimento sustentável na participação do processo de desenvolvimento deste País. Enquanto houver camadas excluídas do processo de desenvolvimento, não conseguiremos realizar uma reunião harmônica, uma Federação de fato, que é o nosso dever e o nosso objetivo.

Nesse sentido, cumprimento o Senador Antonio Carlos Valadares e também os Srs. Senadores que, naturalmente, estarão votando favoravelmente esta proposta.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena, para discutir.

A SR^a HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, primeiramente, saúdo com entusiasmo o Senador Antonio Carlos Valadares pela sua determinação e a Senadora Maria do Carmo Alves por seu relatório, pois, assim, poderemos autorizar um recurso a ser disponibilizado para a revitalização do nosso rio São Francisco.

Evidentemente, o Governo Federal não tem nenhuma autoridade moral para falar de forma contrária à vinculação de recursos, até porque o Senador Lauro Campos já tratou da matéria por várias vezes nesta Casa. Certamente, a nossa Constituição deve ser a única no mundo que impede qualquer mobilidade do ponto de vista do Orçamento em relação ao pagamento de juros e serviços da dívida. Portanto, o Governo Federal não pode falar nada.

Todos nós, não apenas o povo nordestino, sabemos que uma Casa como o Senado Federal, que representa a Federação, aquilo que é cláusula pétreia constitucional – embora nem sempre tenhamos responsabilidade com o princípio federativo – e por entender a necessidade de se estabelecerem mecanismos que minimizem os efeitos perversos da desigualdade regional, aprovará comentários ou uma medida como esta. Todos sabemos a situação de miséria e de precariedade crescente do nosso Nordeste, onde há quase 40% da população nacional e apenas 3% da água do País – e, desses 3%, mais de 70% estão justamente em nosso rio São Francisco, que sempre foi cantado em verso e prosa como o rio da integração nacional. Aliás, Dom Pedro II já havia prometido as jóias da Coroa para resolver o problema da seca do

Nordeste e garantir a mobilidade de águas do rio São Francisco. As jóias e as pedras da Coroa de vez em quando em algum museu e o problema do Nordeste continua exatamente o mesmo.

Sabemos a importância da recomposição das matas ciliares e o problema gravíssimo de centenas de municípios que jogam seus esgotos **in natura** em nosso rio São Francisco. Temos conhecimento da questão muito grave que diz respeito ao uso múltiplo e conflitante das águas. Numa região como o Nordeste, que precisa de água para abastecimento humano e animal, para a dinamização da economia local por meio de projetos de irrigação, é necessário gastar água – ao mesmo tempo em que é preciso conter água nos reservatórios para a geração de energia, porque, infelizmente, em virtude da incompetência neste País, mesmo diante de grandes possibilidades tecnológicas, não se foi capaz de investir em outros componentes de matriz energética numa região riquíssima para esse procedimento, como é justamente o nosso Nordeste. Há possibilidade da geração de energia solar e eólica, além da biomassa. Lamentavelmente, acabou-se utilizando um único componente de matriz energética, garantindo o que chamamos de uso múltiplo e conflitante das águas.

É de fundamental importância que tomemos essa medida no que tange ao rio São Francisco. Há muito tempo, debate-se esse assunto nesta Casa e várias pessoas, de forma insensata, dizem que tratamos o rio São Francisco romanticamente. A questão não é de romantismo e, se o fosse, também não haveria problema, porque ruim é o romantismo da subserviência. O rio São Francisco é verdadeiramente um abraço de Deus. Quem anda naquela região conhece a relevância gigantesca desse rio para todo o Nordeste. É importante que esse rio seja revitalizado, partindo-se do local do seu nascimento, em nossa querida Minas Gerais, até todo o seu percurso.

Senadores Antonio Carlos Valadares e José Alencar, afirmo sempre que o rio São Francisco é um verdadeiro tapa na elite política e econômica deste País, porque está margeando a região mais pobre do Brasil, o semi-árido. As pessoas olham de longe esse rio, dizendo muitas vezes: "Heloísa, vejo o rio São Francisco tão perto e não posso fazer uso dele para retirar água para os meus filhos ou para fazer um projeto de irrigação para que eu possa plantar feijão, alimentar meu filho e viver com minha família honestamente."

É inadmissível qualquer discurso do Governo Federal, que não tem nenhuma autoridade para falar

absolutamente nada contra a vinculação de recursos para a revitalização do nosso rio São Francisco.

Portanto, congratulo-me com todos que se empenharam nesse projeto – de forma muito especial, como o Senador Antonio Carlos Valadares e com a Senadora Maria do Carmo Alves, que deu o parecer, para que possamos, o mais rápido possível, garantir essa medida. O debate que o Governo Federal fez em relação ao Orçamento foi uma verdadeira mentira. Todos sabemos que são necessários praticamente US\$6 bilhões para resolver o problema de toda a revitalização e que ninguém está querendo a panaceia para resolver o problema de uma hora para outra. Todos conhecem a complexidade da Administração, do aparato de Estado e os problemas graves do País, mas não se pode falar absolutamente nada.

O Governo disse que iria colocar 80 e acabou colocando 30; e saímos que isso não dá para nada. Muitas vezes, alguns enriquecem com consultoria, porque nunca viajaram tanto consultoria e não fazem absolutamente nada! Portanto, todos nós que amamos o Brasil e, de uma forma muito especial, nós, que somos nordestinos, sabemos da importância gigantesca desse verdadeiro abraço de Deus que é o nosso rio São Francisco e serve verdadeiramente revitalizado.

Há muitas pessoas que nunca viram um rio seco, que não sabem e não entendem que é possível isto ocorrer. Em Alagoas, há vários rios que servem de campo futebol para a menina da pobreza das regiões. Queria eu que eles tivessem campo de futebol e atividade de lazer, mas em um leito de rio seco isto é algo extremamente grave.

Muitos dos afluentes do nosso rio São Francisco estão passando por problemas gravíssimos e muitos problemas existem em nosso rio São Francisco. Assim, não é possível que uma emenda tão importante como essa possa ser obstaculizada por qualquer componente que venha do Governo Federal.

Portanto, congratulo-me com V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador José Alencar, último orador inscrito, para discutir.

O SR. JOSÉ ALENCAR (PL – MG. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a PEC nº 27 tem como objetivo instituir fundo para a revitalização hidroambiental e o desenvolvimento sustentável da bacia do rio São Francisco.

Como todos sabem, o rio nasce na Serra da Canastra em Minas Gerais, serve o Norte de Minas – que é uma região semi-árida –, a Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco, mas, pela sua potencialidade energética hoje aproveitada nas usinas que foram construídas ao longo do seu curso, atende a todo o Nordeste brasileiro pelo fornecimento de energia elétrica.

Naquela região vivem 30% da população brasileira e as águas que possuímos ali representam 3% das águas que temos no território brasileiro e, desses 3%, 70% são águas do rio São Francisco que conhecemos bem. Ele está assoreado e, além disso, suas águas estão também poluídas porque seus afluentes lançam em seu curso verdadeiros esgotos a céu aberto não só transportando esgotos sanitários como também efluentes industriais não tratados.

O problema de recursos hídricos é seriíssimo e precisa ser encarado urgentemente em nosso País. Todos sabemos que as águas doces do Planeta são muito escassas e que, de todas essas águas, apenas pouco mais de 2% são representados por águas doces, cuja maior parte está nas calotas polares, em forma de gelo, e outra grande parte, no subsolo. Então, os cursos de água e lagoas são em número muito reduzido.

É preciso que preservemos o que aí está. O rio São Francisco precisa desses recursos para o seu desassoreamento e para a recomposição não só das matas como da vegetação rasteira ciliar, que serve para evitar a erosão. É essa erosão que traz, naturalmente, esse assoreamento que está reduzindo o volume de água, que também se evapora mais rapidamente, tendo em vista o assoreamento.

Meu Deus, será que não podemos acordar para o fato de que o Brasil precisa pelo menos de um projeto de governo que seja capaz de trazer recursos absolutamente inadiáveis? Será uma verdadeira inconsequência, para não dizer irresponsabilidade, se não adotarmos urgentemente medidas que possam salvar esses grandes rios brasileiros. Entre eles, está o rio São Francisco, que serve com suas águas a cinco Estados: Minas, Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco; e serve com sua potencialidade hidrelétrica a todo o Nordeste brasileiro, uma região desfavorecida, onde vivem 30% da nossa população.

É preciso que estejamos atentos à aprovação desse projeto como também ao acompanhamento desses recursos. Sabemos que a Amazônia possui um volume d'água equivalente a algo em torno de 15% das águas doces do Planeta Terra. Pois bem, sabemos que um projeto poderá viabilizar a transferência de parte das águas da bacia amazônica, por exemplo, do rio Tocantins, para enriquecer a vazão do rio São Francisco e

para atender também a regiões do Nordeste no que diz respeito à irrigação e à água para beber.

Sr. Presidente, nosso voto é favorável à aprovação da PEC nº 27. Apelo para que V. Ex^a, como Presidente do Congresso Nacional, acompanhe de perto os recursos e as providências do Poder Executivo para salvar o rio São Francisco, algo vital para o Nordeste brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, primeiro signatário dessa PEC.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já houve tempo em que o assunto predominante nas hostes do Governo era a transposição do rio São Francisco. Entretanto, o Governo, baqueado pela realidade, pelas circunstâncias e pela conjuntura do rio São Francisco, resolveu mudar de idéia: abandonou o seu projeto de transposição e passou a falar em revitalização.

Sr. Presidente, conhecendo de perto a realidade do nosso rio São Francisco – o Estado de Sergipe recebe as suas águas e os efeitos benéficos de sua ação, como a energia elétrica e a irrigação – e acreditando nos propósitos do Governo, apresentei essa proposta de emenda constitucional, que contou com o apoio de mais de 30 Senadores, numa primeira fase. Espero, na votação, contar com o apoio da maioria para aprová-la. Apresentei essa proposta de revitalização do rio São Francisco para que, em 20 anos, através de recursos direcionados para esse fim – 0,5% das receitas líquidas da União –, possamos ver uma configuração nova do nosso velho Chico.

Sabemos que o rio tem 36 afluentes, mas hoje somente 19 são perenes. Isso não ocorreu de graça, mas pelo alheamento das autoridades constituídas diante da situação do rio que se agravava a cada ano. Bem perto de Belo Horizonte, 30% dos esgotos são jogados na calha do Velho Chico. É uma situação dramática que precisa ser corrigida o quanto antes, o que não se faz apenas com palavras. A vazão do rio baixou a um nível sem precedentes em toda a sua história.

Disse o Senador Waldeck Ornelas que o rio São Francisco, em Sobradinho, está com um volume de apenas 5%. Com a queda do volume de água no rio São Francisco, há a ameaça de não execução de diversos projetos vitais para o desenvolvimento das regiões banhadas pelo rio da Unidade Nacional – projetos de irrigação, de pesca, de turismo rural, de energia elétrica. Enfim, alguns projetos estão sendo abandonados única e exclusivamente pela situação dra-

mática em que está o rio. Portanto, assim fica evidenciada a dificuldade pela qual está passando o rio São Francisco.

A emenda constitucional tem total fundamento, porque se baseia na realidade do rio São Francisco. Esperamos, portanto, que, na quarta-feira da próxima semana, sendo votada essa matéria, não haja qualquer obstáculo por parte do Governo, antes, pelo contrário, um incentivo, já que o próprio Orçamento da União não destina praticamente nada para a revitalização do rio, apesar das promessas e das prioridades. Se ria de R\$200 milhões a R\$250 milhões o montante de recursos a ser distribuído anualmente para a revitalização e execução de projetos de desenvolvimento sustentável do Velho Chico. Não é muito dinheiro, Sr. Presidente, levando em conta o que o Governo vem gastando com a dívida externa, com propagandas e levando também em conta que o Governo Federal anunciou como prioridade essa revitalização, e não executá-la seria uma incoerência, se riadar um tapa nos mineiros, nos sergipanos, nos baianos, nos pernambucanos, nos alagoanos, em todos os nordestinos.

O Governo não pode liderar uma campanha para derubar um projeto como esse – 0,5% é apenas uma gota d'água no oceano, não representa praticamente nada diante do volume dos recursos destinados para outras áreas não prioritárias.

Sr. Presidente, tenho fé e esperança de que, até a próxima quarta-feira, o Governo Federal reflita sobre a situação do rio São Francisco, braço indispensável deste grande organismo brasileiro. Sem esse braço, jamais conseguiremos a unidade nacional. Haverá sempre o atraso, a miséria nas regiões banhadas pelo rio se não houver a revitalização.

É a previdência que estamos perdendo do Governo porque, na realidade, se houvesse previdência – porque os avisos surgiram –, essa crise energética não teria acontecido. Sr. Presidente, por falta de aviso do Senado Federal não foi. A crise energética aconteceu porque o Governo estava nas alturas e achava que Deus iria resolver a situação. Lógico que Deus resolve, mas Deus espera que cada um cumpra com seu dever: “Faça, que eu lhe ajudarei”, isso é que Deus espera de cada um de nós.

Portanto, Sr. Presidente, ao encerrar, estou ciente de que, muito embora o Presidente do Senado Federal não seja da região do São Francisco, é um homem que luta pelo social, pelo desenvolvimento integral do Brasil, e haverá de, como integrante do PMDB, dar apoio a essa proposta, que sintetiza as aspirações maiiores não apenas de uma parte do Bra-

sil, mas de todos os brasileiros que pensam num Brasil igual para todos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não há mais oradores inscritos.

A matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária, para prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr. Senadores, antes de passar a palavra ao próximo orador, a Mesa anuncia ao Plenário do Senado que acabou de receber, acompanhado dos Líderes partidários desta Casa, o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aécio Neves e os Líderes dos diversos Partidos da Câmara dos Deputados, a Emenda à Constituição que dá nova redação ao art. 53 da Constituição Federal, que trata da imunidade parlamentar.

Declaro lida a proposta, que está sujeita às disposições específicas constantes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

Determino que a matéria vá à publicação. Ela está despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde é Relator por nomeação ou indicação do Presidente da Comissão, Senador Bernardo Cabral, em entendimento com esta Presidência, o Senador José Fogaça, que trabalhou na matéria dois anos – a matéria é oriunda do Senado.

Vamos dar tramitação, a mais urgente possível, à matéria de tamanha relevância para a sociedade brasileira.

É a seguinte a matéria recebida da Câmara dos Deputados.

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 2A, de 1995**
(Nº 610/98, na Câmara dos Deputados)

Dá nova redação ao art. 53 da Constituição Federal. (Dispõe sobre imunidade de parlamentar)

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 53 da Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 53. Os deputados e senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.

§ 1º Os deputados e senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos

a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.

§ 2º Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Neste caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.

§ 3º Recebida a denúncia contra senador ou deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação.

§ 4º O pedido de sustação será apreciado pela Casa respectiva no prazo improrrogável de quarenta e cinco dias do seu recebimento pela Mesa Diretora.

§ 5º A sustação do processo suspende a prescrição, enquanto durar o mandato.

§ 6º Os deputados e senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício da mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

§ 7º A incorporação às Forças Armadas de deputados e senadores, embora militares e ainda que em tempo de guerra, dependerá de prévia licença da Casa respectiva.

§ 8º As imunidades de deputados ou senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto de dois terços dos membros da Casa respectiva, nos casos; de atos, praticados fora do recinto do Congresso que sejam incompatíveis com a execução da medida.” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

**PROPOSTA ORIGINAL
APROVADA PELO SENADO FEDERAL
EM 18-6-1998**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Altera dispositivos que menciona dia Constituição Federal, referentes à imunidade parlamentar.

Art. 1º O art. 53 da Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 53. Os Deputados e Senadores são invioláveis civil e penalmente por suas opiniões, palavras e votos. (NR)

§ 1º Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presas, salvo em flagrante de crime inafiançável. (NR)

§ 1º-A. Deputados e Senadores não poderão ser processados criminalmente, sem licença de sua Casa, por atos praticados após a diplomação.

§ 2º O Supremo Tribunal Federal, recebida denúncia após defesa preliminar, solicitará à Casa respectiva licença para instaurar ação penal, tendo-se com concedida a solicitação se, no prazo de cento e vinte dias, contados do recebimento, não houver deliberação. (NR).

§ 3º No caso de flagrante de crime inafiançável, os autos serão remetidos, dentro de vinte e quatro horas, à Casa respectiva, para que, pelo voto secreto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.

(NR).

§ 3º-A. Independente de licença a abertura de inquérito contra membro do Congresso Nacional, devendo a autoridade competente tomar todas as medidas pertinentes perante o Supremo Tribunal Federal.

§ 4º Deputados e Senadores somente serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal. (NR).

§ 4º-A. As ações judiciais de qualquer natureza contra Deputados ou Senadores, vinculadas à manifestação de opinião, palavra ou voto, somente poderão ser impetradas perante o Supremo Tribunal Federal.

§ 5º Os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

§ 6º A incorporação às Forças Armadas de Deputados e Senadores, embora militares e ainda que em tempo de guerra, dependerá de prévia licença da Casa respectiva.

§ 7º As imunidades de Deputados ou Senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto de dois terços dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional, que sejam incompatíveis com a execução da medida.”

Art. 2º Acrescente-se ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias o seguinte artigo:

“Art. . Nenhum pedido de licença para processar Deputado ou Senador, ainda que se encontre sob apreciação da respectiva Casa do Congresso Nacional, poderá ser excluído dos procedimentos e prazos estabelecidos no § 2º do art. 53 desta Constituição.”

Senado Federal, 19 de junho de 1998. – Antônio Carlos Magalhães, Presidente.

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**SEÇÃO V
Dos Deputados e dos Senadores**

Art. 53. Os Deputados e Senadores são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos.

§ 1º Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável, nem processados criminalmente, sem prévia licença de sua Casa.

§ 2º O indeferimento do pedido de licença ou a ausência de deliberação suspende a prescrição enquanto durar o mandato.

§ 3º No caso de flagrante de crime inafiançável, os autos serão remetidos, dentro de vinte e quatro horas, à Casa respectiva, para que, pelo voto secreto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão e autorize, ou não, a formação de culpa.

§ 4º Os Deputados e Senadores serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.

§ 5º Os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

§ 6º A incorporação às Forças Armadas de Deputados e Senadores, embora militares e ainda que em tempo de guerra, dependerá de prévia licença da Casa respectiva.

§ 7º As imunidades de Deputados ou Senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto de dois terços dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos, praticados fora do recinto do Congresso, que sejam incompatíveis com a execução da medida.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 6:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 313, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 313, de 2001 (nº 760/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Subaé Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Feira de Santana, Estado da Bahia, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.264, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Waldeck Ornelas, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

Não havendo quem queira encaminhar a votação, encerro o encaminhamento.

As Sras e Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 313, DE 2001**

(Nº 760/2000, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Subaé Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Feira de Santana, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto nº 760, de 23 de maio de 2000, que renovalo por dez anos, a partir de 19 de setembro de 1998, a concessão da Rádio Subaé Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Feira de Santana, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 7:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 314, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 314, de 2001 (nº 767/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural São João Bosco da Região das Alterosas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Betim, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.388, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Francelino Pereira.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

Não havendo quem queira encaminhar a votação, encerro o encaminhamento.

As Sras e Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 314, DE 2001**

(Nº 767/2000, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural São João Bosco da Região das Alterosas a executar serviço de Radiodifusão comunitária na cidade de Betim, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 146, de 25 de abril de 2000, que autoriza a Associação Comunitária e Cultural São João Bosco da Região das Alterosas a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão

comunitária na cidade de Belém, Estado de Pará, tendo

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 8:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 333, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 333, de 2001 (nº 875/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Educacional, Cultural e Artística Novo Tempo – AECANT a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Igaci, Estado de Alagoas, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.390, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Teotônio Vilela Filho.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

Não havendo quem queira encaminhar a votação, encerro o encaminhamento.

As Sras e Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 333, DE 2001

(Nº 875, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Educacional, Cultural e Artística Novo Tempo – AECANT a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Igaci, Estado de Alagoas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 220, de 31 de maio de 2000, que autoriza a Associação Educacional, Cultural e Artística Novo Tempo – AECANT a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Igaci, Estado de Alagoas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 9:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 355, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 355, de 2001 (nº 1.004/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Fundação Assistencial Maria do Carmo Pedrosa Mendes – FUMACPEM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nazarezinho, Estado da Paraíba, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.318, de 2001, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Freitas Neto.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

Não havendo quem queira encaminhar a votação, encerro o encaminhamento.

As Sras e Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 355 DE 2001

(Nº 1.004/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Fundação Assistencial Maria do Carmo Pedrosa Mendes – FUMACPEM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nazarezinho, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 658, de 19 de outubro de 2000, que autoriza a Fundação Assistencial Maria do Carmo Pedrosa Mendes – FUMACPEM a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nazarezinho, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 10:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 364, de 2001** (nº 969/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Nazaré de Comunicação para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Belém, Estado do Pará, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.319, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Luiz Otávio.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

Não havendo quem queira encaminhar a votação, encerro o encaminhamento.

As Sras e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 364, DE 2001**

(Nº 969/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Nazaré de Comunicação para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Belém, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto nº 2.000, de 6 de outubro de 2000, que outorga concessão à Fundação Nazaré de Comunicação para executar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Belém, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 11:**

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 678, de 2001**, do Senador Mauro Miranda, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 16, de 2001, do Projeto de Lei do Senado nº 133, de 1999.

Em votação o requerimento, em turno único.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados (Pausa.)

Aprovado.

As matérias passam a ter tramitação autônoma.

O Projeto de Lei do Senado nº 133, de 1999, volta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, posteriormente, vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

O Projeto de Lei do Senado nº 16, de 2001, volta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 12:**

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 680, de 2001**, do Senador Pedro Simon, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 503, de 1999, de sua autoria.

Em votação o requerimento, em turno único.

As Sras e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Projeto de Lei do Senado nº 503, de 1999, vai definitivamente ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia, passa-se à apreciação do Requerimento nº 735, de 2001, de urgência, lido no Expediente, para o Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2001.

Em votação o requerimento.

As Sras e os Srs. que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria figurará na Ordem do Dia da segunda sessão deliberativa ordinária, nos termos do art. 345, inciso II, do Regimento Interno, na próxima segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em caráter excepcional, a Mesa vai conceder a palavra, para comunicação inadiável, aos Senadores inscritos, respectivamente: Senadores Mauro Miranda, Osmar Dias e Edson Lobão.

Com a palavra, em primeiro lugar, o Senador Mauro Miranda.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO. Para uma comunicação inadiável.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, é com imensa satisfação que ocupo a tribuna do Senado Federal para manifestar emoções distintas em relação aos resultados obtidos pela CPI do Futebol.

Inicialmente, devo congratular o Presidente Álvaro Dias e o Relator Geral do Althoff pela maneira como se portaram ao longo dos últimos meses, honrando esta Casa com uma conduta ilibada desde o período das investigações e depoimentos até à divulgação do relatório final – que está se processando neste momento -, que aponta grande parte das mazelas praticadas por pessoas de expressão no futebol brasileiro.

O sentimento de orgulho por ver o Senado Federal tão bem representado, resgatando credibilidade junto à Nação, como não poderia deixar de ser, é acompanhado com grande preocupação quanto ao rumo do nosso futebol a partir de agora. A caixa-preta foi aberta, restando ao Ministério Público e à Justiça não nos decepcionar, os parlamentares e a sociedade em geral.

A maior indignação, porém, vem das arquibancadas, das cadeiras. É para o abnegado torcedor do Flamengo, do Corinthians, do Palmeiras, do Goiás, do Vila Nova, enfim, o torcedor apaixonado por futebol e pela seleção brasileira, que deve ser dada um resposta urgente das autoridades responsáveis. Chega de impunidade, de desmandos, de falcatruas!

Tudo aquilo que a CPI do Futebol apresentou em seu relatório é o mais puro retrato de um esporte que necessita urgentemente de uma limpeza geral. Quem errou tem que pagar, independente do grau de importância e popularidade que apresentem.

As provas levantadas pela CPI do Futebol são irrefutáveis e todos os acusados tiveram um amplo direito de defesa. Se outros nomes ainda precisam ser investigados, como pregam alguns poucos críticos do relatório, o importante é que se está dando o primeiro passo para moralizar a principal paixão do brasileiro. Certamente, os resultados até aqui levantados terão amplos desdobramentos caso haja punição rigorosa aos acusados. Está na hora de acabar com essa história de que o futebol é terra de ninguém.

Pesquisa feita pela Rede Globo durante a sua programação esportiva dessa quarta-feira, momento em que eram definidos os semifinalistas do Campeonato Brasileiro, apontou que quase 58% dos entrevistados, via Internet, acreditam que "tudo vai continuar como está no futebol brasileiro, independentemente do relatório apresentado pela CPI do Futebol". Nós, homens públicos, precisamos colocar um ponto final nesse descrédito do povo brasileiro.

Se erros foram cometidos em outras oportunidades, o Senado Federal, mais uma vez, deu demonstração inequívoca do seu valor perante a Nação. Espero, para o bem do futebol brasileiro e do seu povo, tão apaixonado, principalmente em época de Copa do Mundo, que aquele ditado "de tudo acabar em pizza" seja banido de uma vez por todas no Ministério Público e na Justiça.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para destacar a atuação de V. Ex^a na CPI do Futebol – a qual tem apoiado firme e decididamente –, que chega a uma conclusão tão importante neste momento. Aplaudo V. Ex^a e o Senado como um todo pelo fato de estar chegando a esta Casa o projeto da impunidade, que, já discutido e votado nesta Casa sob a relatoria do Senador José Fogaça, foi para a Câmara dos Deputados, lá permaneceu por muitos anos e, pela voz firme de V. Ex^a, que pedia o retorno rápido a esta Casa para servir a lei que, com a diligência e com a liderança de V. Ex^a, brevemente, estaremos votando essa lei tão importante, que virá moralizar todas as instituições deste País, especialmente do Congresso Nacional. Não poderíamos deixar de fazer lei tão importante. O que vale aqui é a palavra, a voz e o voto.

O restante, as mazelas, a corrupção têm de ser condenadas, e que paguem todos aqueles que tiverem cometido qualquer crime.

Para bens a V. Ex^a, neste momento, por duas razões fortes: pela CPI do Futebol, que entrega hoje o seu relatório e também pelo retorno a esta Casa da Lei de Imunidade Parlamentar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra, o Senador Osmar Dias, pelo prazo de cinco minutos, para uma comunicação inadiável.

O SR. OSMAR DIAS (Bloco/PDT – PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, registro o protesto do povo do meu Estado contra o tarifaço, o anunciado aumento das tarifas. Subirá o preço da energia elétrica – que se anuncia será entre 20% e 30% –, o custo da água, em 18%; já tivemos o aumento do pedágio, no dia 1º de dezembro, em 19,35%; o IPVA subirá. Só não vai subir o salário do trabalhador, que, aliás, não sofreu reajuste há sete anos. Por isso, ocorrem as greves dos professores de universidades públicas e dos servidores do INSS. Sem saber como o trabalhador vai pagar, o Governo permite esse aumento, contribuindo para que a inflação do próximo ano suba e que as tarifas participem disso em 50%.

Sr. Presidente, o Governo Federal e o Governo estadual, juntos, estão contribuindo para o aumento da inflação de 2002. Não vejo nenhum fundamento ou justificativa para tais aumentos. E o pior: o Governador do Paraná, Sr. Jaime Lerner, encaminhou projeto de lei que já passou por uma comissão na Assembléia Legislativa e deverá ser votado em regime de urgência, porque assim quer S. Ex^a, aumentando em 1% o ICMS da telefonia, da energia elétrica, dos combustíveis, dos cigarros e das bebidas alcoólicas.

Sr. Presidente, além do aumento das tarifas que incide diretamente na deterioração do salário do trabalhador, que terá de tirar um pouco mais do bolso para pagar a energia elétrica, a água, o IPVA e o pedágio, também ele terá de pagar, de forma indireta, pelo aumento do custo da indústria e da agricultura porque água, energia elétrica e telefone são instrumentos essenciais e necessários para a produção agrícola e industrial. É claro que o custo de produção aumentado resultará em aumento do preço da mercadoria para o consumidor. O trabalhador pagará, portanto, pelo aumento direto e pelo preço da mercadoria que será majorado em função do crescimento dos preços das tarifas.

Sr. Presidente, não poderia deixar de registrar este protesto. É preciso que a Assembléia Legislativa tenha um pouco de respeito – pelo menos uma parte dos Deputados que votaram a favor da venda da Co-

pel – e consiga agora se recuperar perante a opinião pública. É a oportunidade de todos os Deputados estaduais se recuperarem diante da opinião pública, votando contra o projeto de lei que propõe aumento de impostos e tarifas, para que o trabalhador tenha seu salário preservado.

Daqui a alguns dias, creio eu, estaremos votando a correção da tabela das alíquotas do Imposto de Renda, medida necessária para tornar menos injusto o pagamento desse imposto por parte dos trabalhadores. No entanto, de nada adianta tomarmos medidas, se, nos Estados, assembléias e governos continuarem combinados, majorando tarifas, minando o salário dos trabalhadores, que não têm aumento.

Era o que tinha dizer.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao ilustre Vice-Presidente desta Casa, Senador Edison Lobão, para uma comunicação inadiável.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desde logo peço escusas a V. Ex^a e ao Plenário por fazer esta comunicação em virtude de termos decidido que tais pronunciamentos se realizariam neste horário apenas em caráter excepcional. Como membro da Mesa, devo cumprir o Regimento e esforço-me por fazê-lo sempre. Serei breve, mas o assunto me parece de grande importância para a Nação brasileira, que é a situação das rodovias federais em nosso País.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, sei que os recursos são escassos, mas talvez faltem os critérios mais adequados para a escolha de prioridades nas quais se invistam os recursos nacionais.

O episódio das centenas de obras inacabadas é um exemplo dessa assertiva. Têm sido despendidos valiosíssimos recursos do País para se perderem no nada.

Falha, aí, o critério da prioridade.

No passado, o Brasil optou, certo ou errado, pela solução rodoviária. Ao escolher tal opção, cabia ao Governo especialmente mantê-la, além de expandi-la. E isso, infelizmente, não tem ocorrido.

Nossa malha total pavimentada, afinal, é menor que a da Argentina, e não me consta que o nosso vizinho e irmão tenha deixado de achar soluções criativas para não abandonar suas rodovias.

Esta tribuna, desde que assumi meu atual mandato senatorial, está calejada dos inúmeros discursos que muitos Srs. Senadores e eu próprio fizemos em torno do assunto.

A 6 de novembro de 1995, comentei artigo assinado pelo então Diretor-Geral do DNER, o nosso ex-colega Tarcísio Delgado, que dizia, sem rebuços, que o setor do transporte rodoviário estava na iminência de sofrer colapso total. Naquela época, apenas 28% das estradas federais podiam ser consideradas em boas condições; 54% em condições regulares; e 18% em mau e péssimo estado.

Em 1997, registrei em nossos Anais que era o próprio Ministro Eliseu Padilha, dos Transportes, quem dizia que, não se executando a recuperação imediata das rodovias federais, os custos dessa manutenção se elevariam, em curto período, para US\$3 bilhões.

E mais recentemente, em 22 de junho deste ano, informei a esta Casa que o mesmo Ministro, Eliseu Padilha, na II Conferência Nacional da Indústria da Construção, reconhecia a situação caótica das estradas federais especialmente no Maranhão – meu Estado –, no Piauí, em Minas Gerais, no Ceará e na Bahia. Traçara um paralelo com a crise energética enfrentada pelo País e narrara que, em reunião com outros Ministros de Estado, a eles declarara que “agora não temos mais margens para não investir. O comprometimento da malha é progressivo. O Brasil pode parar” – se não fosse feito um investimento. Essa declaração é do próprio Ministro dos Transportes, o que demonstra a situação dramática em que se encontra a malha viária brasileira.

Houve um período em que se noticiou que o Ministério dos Transportes receberia da União uma verba mensal de R\$50 milhões apenas para a conservação das estradas. Houve também um tempo, em dezembro de 1997, que se noticiou que o Bird e o BID se dispunham, por convênio, a investir US\$1 bilhão num período de quatro anos para a recuperação de 14 mil quilômetros das estradas federais brasileiras. A contrapartida do governo seria de apenas US\$250 milhões.

Passou-se o tempo, Sr. Presidente, venciam-se os períodos programados e, infelizmente, verifica-se que, em muitos casos, a construção de novos trechos rodoviários, em traçados modernos, ficaria menos onerosa do que a restauração das estradas deterioradas.

Equilibramo-nos no limiar do colapso rodoviário. Em dados atualizados, o setor é responsável pelo trânsito de dois terços da carga nacional bruta e por 96% dos que transitam como passageiros. É um fato talvez mais grave do que a ameaça dos famigerados apagões.

Não se precisa repetir que tal situação rodoviária continua trazendo desastrosas consequências para a economia brasileira. O estado precário das nossas estradas provoca prejuízos incalculáveis à frota de veículos, contribui significativamente para o aumento de custo dos bens produzidos e das mercadorias oferecidas ao consumo e afronta a segurança dos que nelas trafegam, que devia ser assegurada pelo Poder Público. E a tantos males se acrescenta – muitas vezes pela deficiência das estradas – os contínuos e audaciosos assaltos a caminhões carregados, já incluídos no rol dos escândalos que a polícia, até agora, lamentavelmente, não conseguiu reprimir.

A verdade, Sr. Presidente, é que as rodovias federais ainda continuam um descalabro. Embora se deva reconhecer e enaltecer o esforço que tem sido feito para a recuperação de alguns dos seus trechos principais, especialmente com a adoção da privatização, nossas estradas não são conservadas e têm atravancado o curso normal dos que por elas trafegam.

Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que aceite como lido o restante do meu discurso porque não desejo ir além do tempo que me foi concedido.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTegra, CONCLUSÃO DO PRONUNCIAMENTO DO SENADOR EDISON LOBÃO.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – A verdade, Senhor Presidente, é que as rodovias federais ainda continuam um descalabro. Embora se deva reconhecer e enaltecer o esforço que tem sido feito para a recuperação de alguns dos seus trechos principais, especialmente com a adoção da privatização, nossas estradas não são conservadas e têm atravancado o curso normal de uma economia em ascensão, além da tragédia que representam em termos de vidas humanas ceifadas pela ausência da sua manutenção.

Em 1996, apresentei à consideração do Senado, sem êxito, o Projeto de Emenda Constitucional nº 17/96, dispondo que a parcela da arrecadação do imposto, previsto no inciso VIII do art. 153 da Constituição, que couber à União, terá seu produto destinado à restauração, conservação, segurança e adequação de rodovias e hidrovias federais.

Demonstrei nessa proposição que não se propunha a instituição de mais um imposto, mas, sim, a substituição de impostos existentes. E salientei que as pretendidas modificações na Constituição Federal abrem caminho para, por meio de lei ordinária, implementar um modelo de financiamento que evite, de ma-

neira segura e permanente, um colapso total desse setor, consequentemente, um dos grandes e quase intransponíveis obstáculos ao nosso desenvolvimento.

A Confederação Nacional dos Transportes divulgou no mês passado a sua Pesquisa Rodoviária 2001, que apresenta uma radiografia do estado de conservação das estradas brasileiras. Foram avaliados 45.294 quilômetros, não constituindo surpresa que 68,8% dessas ligações rodoviárias – ou seja, 31 mil quilômetros – estejam classificadas como deficientes, ruins ou péssimas.

A oportuna pesquisa da CNT, mais uma vez, vem confirmar a procedência das denúncias que, das tribunas parlamentares, apontam a gravidade do abandono das nossas rodovias. Aborda inclusive a atual situação das estradas privatizadas e o preço elevado dos pedágios cobrados que trafegam em tais rodovias.

Lamento apenas que, pelo que li da pesquisa, os seus avaliadores não dêem destaque ao péssimo estado das rodovias maranhenses. Se agora não ofereceram, deviam fazê-lo na próxima pesquisa. Meu Estado, que procura pressurosamente o seu constante desenvolvimento, defronta-se, nas rodovias federais praticamente abandonadas, com um enorme esforço para os seus negócios, notadamente o deslocamento da sua produção. Incluídas as rodovias maranhenses numa avaliação da CNT, teriam a seu favor o prestigioso instrumento informativo para atrair a atenção das autoridades federais para um dos seus principais problemas.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores.

Permito-me incorporar a este discurso uma interessante análise que li, no próprio site da CNT, sobre a citada pesquisa rodoviária.

É a seguinte:

Estradas ainda na UTI

Persiste o quadro alarmante que há anos prevalece sobre o principal meio de interligação do país, que são as estradas. Mais da metade da malha rodoviária do Brasil está entre as classificações que vão de deficiente a péssima, passando por uma larga extensão considerada ruim. E ainda: quase dois quintos das rodovias brasileiras estão inadequadamente sinalizadas, sem contar que mais de 10,5 mil quilômetros estão com as placas cobertas pelo mato e quase outro tanto não possuem acostamento. Este é o lado sinistro desvendado pela 6.^a Pesquisa Rodoviária/2001 que o Sistema CNT está divulgando este mês – trabalho considerado das mais relevantes contribuições para a nação, por abordar um dos principa-

is patrimônios nacionais, a rede viária, por onde escoam as riquezas do país e consagra-se a integração do território. O raio-X das estradas, este ano, contemplou a maior extensão da malha viária já pesquisada em todos os tempos por uma entidade não-oficial: equipes especialmente treinadas percorreram no período entre os dias 2 e 27 de julho 45.294 quilômetros, sendo 40.217 de rodovias federais pavimentadas, o que corresponde a 71,9% do total das BRs, e mais 5.077 quilômetros pertencentes aos estados, que representam 6,7%, mas que fazem parte das principais ligações e corredores de tráfego do país. A 6.^a PR/CNT porém, também observou uma sensível mudança, para melhor, do trágico estado de deterioração e abandono que as estradas por muitos anos estiveram relegadas. O modelo CNT de classificação de rodovias contempla amplos aspectos referentes aos estados de conservação do pavimento, da sinalização (vertical e horizontal) e características da engenharia. Com base nestes itens, e em critérios rígidos de avaliação, notou-se um salto do percentual positivo de 11,6 pontos. Ou seja: em 2000, a pesquisa rodoviária detectou que 80,3% da extensão das rodovias pesquisadas estavam com um estado geral de conservação variando entre péssimo e deficiente. Já na pesquisa deste ano, este percentual caiu para 68,7%, representando uma melhoria das condições das estradas. É claro que este resultado não é em vão. Afinal, desde 1995, quando foi realizada a primeira Pesquisa Rodoviária CNT, que não se notava uma melhoria tão significativa como a atual. Naquele ano, dos 15.710 quilômetros pesquisados, 82,8% ficaram entre as classificações deficiente a péssimo. No ano seguinte a extensão analisada aumentou para 23.128 quilômetros e o resultado foi mais surpreendente ainda: 93,6% estavam comprometidos. Em 1997 a pesquisa abrangeu 41.867 quilômetros e mais uma vez o quadro mostrou-se assustador: 92,3% das estradas continuavam em más condições de uso. Uma ligeira melhora foi observada em 1999, quando o índice de deficiente e péssimo dos 42.815 quilômetros visitados caiu para 77,5%. No ano passado, voltou a ser alarmante a nota alcançada: a situação regredira para o patamar de 80,3% da malha. A reação da sociedade, alertada pela CNT para o risco da iminência de um novo caos, a exemplo da ameaça do apagão em consequência da crise de energia elétrica provocada pela falta de investimentos em infra-estrutura, forçou o governo a voltar sua atenção para o grave problema das estradas. Vidas ceifadas em acidentes de graves proporções, produção perdida por falta de meios para alcançar os centros de comércio e expor-

tação e principalmente atraso social e econômico. Este foi o resultado mais visível desse levantamento que transformou em pesadelo os milhares de quilômetros de nossas rodovias. Mas a situação continua caótica. Apesar da melhora relativa na comparação com os resultados anteriores, deve-se ressaltar que este esforço de adequação ainda se encontra distante dos patamares desejáveis em um sistema viário: segurança, adequação à capacidade de fluxo e eficiência de trânsito. Os números confirmam que ainda falta muito para alcançar o nível suportável. Afinal, bem mais da metade das estradas federais continuam exigindo reforma urgente. Segundo a Pesquisa Rodoviária, em termos do estado de conservação da sinalização das rodovias, foi detectado que 21,3% da extensão avaliada encontram-se na variação entre péssimo e deficiente. Deste total, 39,3% apresentam-se em estado geral de conservação deficiente. Comparativamente à pesquisa de 2000, observa-se que houve um decréscimo de 13,7 pontos percentuais nos trechos classificados entre péssimo e deficiente, significando uma recuperação do estado de conservação do pavimento. No ano passado, 34% da extensão avaliada foi classificada como tendo boas ou ótimas condições de pavimento. Neste ano, este percentual corresponde a 47,7%. Entre tanto, ao se observar a situação do pavimento das estradas em 1999, a classificação positiva somava 62,2%. Logo, pode-se concluir que a melhoria adquirida este ano nada mais é do que uma tentativa de recuperação das condições do pavimento que existiam em 1999, pois as melhorias alcançadas ainda não chegam ao patamar que le ano. Conforme conclui a PR/CNT 2001, cabe destacar alguns pontos que contribuíram para a melhoria no estado de conservação do pavimento rodoviário. Em primeiro lugar, subiu de 34,8%, em 2000, para 48,4%, este ano, o total de rodovias (em quilômetros) cujo pavimento é totalmente perfeito e sem irregularidades em toda a superfície. Ainda reduziu de 16,7% para 12% os trechos (também em quilômetros) em que predominavam buracos fundos ou na superfície, ou totalmente destruídos. Em segundo lugar, prossegue a pesquisa, diminuiu aproximadamente dez pontos percentuais (de 47,1% para 36%) o número de rodovias cujo pavimento é predominantemente remendado. E, por último, em terceiro lugar, aumentou de 56,8% para 61,3% as rodovias com acostamento pavimentado, sem que este esteja desgastado. Quanto à questão da engenharia apresentada pelas rodovias federais, foi avaliada, segundo Modelo CNT de Classificação de Rodovias, como sendo deficiente em 88,7% da extensão pesquisada em função

da predominância de pistassimples com acostamento em regiões que apresentam, em sua maior parte, uma topografia acidentada. Este resultado permanece praticamente inalterado em comparação ao ano passado.

Ligações

Foram mantidas nesta pesquisa as 64 ligações constantes da análise realizada no ano passado. Mas foram adicionadas seis novas ligações por serem consideradas relevantes tanto economicamente como em razão do grande fluxo de passageiros e cargas em suas regiões de influência. No que se refere às piores ligações, o trecho entre Juazeiro e Salvador (BR-407 e BR-324), na Bahia, foi considerada a pior de todas as 70 avaliadas pela pesquisa de 2001. A segunda pior colocação ficou para a ligação Poços de Caldas (MG)/Lorena (SP), envolvendo trechos da BR-459 – esta é uma das seis novas ligações incluídas na versão atual da pesquisa. E o terceiro pior lugar foi para a ligação Salvador/Paulo Afonso, também na Bahia (BR-110 e BA-093). Vale lembrar que esta ligação sempre ocupou os primeiros lugares entre as piores. Quanto às melhores ligações, o trecho São Paulo (SP)/Uberaba (MG), que contempla parte da SP-330 (via Anhanguera) e parte da BR-050 continua ocupando o pódio de primeira colocada. O segundo lugar continua sendo mantido pela via Dutra, que engloba as BRs 101 e 116, ligando São Paulo ao Rio de Janeiro. O terceiro lugar é uma surpresa: foi para a ligação Ourinhos (SP)/Cascavel (PR), envolvendo as BRs 369 e 277 e a PR-317. No ano passado, esta ligação estava em 13º lugar.

Concessionadas

Um aspecto novo entra na pauta de avaliação da Pesquisa Rodoviária CNT: são as rodovias cuja concessão foi entregue à iniciativa privada para a sua exploração, reforma e manutenção. Pela primeira vez é realizado um trabalho de avaliação profunda do estado em que se encontram nossas estradas pedagiadas.

Trata-se de uma pesquisa paralela, embutida na PR/CNT 2001, que contemplou 22 ligações ou grupos de pequenos trechos reunidos conforme o Estado a que pertencem. Nota foram percorridos 4.459 quilômetros de estradas “privatizadas”. Isso corresponde a 51,3% do total que se encontram nesta situação, conforme cálculo baseado em informações da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias. Apesar do alto preço das tarifas das estradas, o resultado apresentado pelas empresas responsáveis pela concessão não alcançou os cem por cento positivos que se esperava no quesito “estado geral”. Aliás, a nota “ótimo” nem foi para a maior parte da extensão avaliada pela pesquisa. Quer dizer: apenas 36,3% encon-

tram-se nesta classificação. Estão na faixa da nota “bom” 47% do total pesquisado. A indignação fica por conta de outro item: 16,7% dessas estradas foram considerados “deficientes” pelos pesquisadores – condição inaceitável diante da polêmica tarifa de pedágio. Em outros aspectos as rodovias pedagiadas estão, sem dúvida, dentro dos padrões desejáveis de uma estrada: as sinalizações são ótimas em 97,5% da extensão fiscalizada. O pavimento está ótimo em 87,7%, bom em 27,2%, decente em 11,7 e ruim em 0,6%. Ao contrário dos resultados encontrados nas condições de pavimento e de sinalização, a engenharia apresenta-se de forma contrastante, acusa a pesquisa rodoviária. Mais da metade da extensão avaliada possui condições deficiente ou ruim de conservação e em 43% as condições de engenharia são ótimas. Apesar de tudo, apenas quatro ligações “privatizadas” obtiveram ótimo na classificação geral, e todas estão em território paulista: São Paulo/Campinas, Limeira/São José do Rio Preto, Engenheiro Miller/Jupiá e São Paulo/Baixada Santista. Em último lugar ficou a ligação Tietê/Jundiaí, também em São Paulo, que foi considerada deficiente – a única nesta categoria.

O caos bate à porta.

Em 1999 o governo federal já esboçava uma tímid a reação para a recuperação das estradas, quando foram aplicados R\$ 160 milhões. Eram os primeiros recursos mais significativos destinados ao setor depois de anos de investimento praticamente zero. Em 1997, por exemplo, a Pesquisa Rodoviária CNT indicava que mais de noventa por cento da malha rodoviária estava comprometida. Mas somente em 2000 que as autoridades federais começaram a se dar conta do verdadeiro caos que havia tomado conta de nossas estradas. O país já começava a “parar”, quando o Ministério dos Transportes anunciou que estava destinando R\$ 800 milhões para serem aplicados diretamente na recuperação das rodovias. Ainda assim era uma verba irrisória diante da necessidade de investimentos que essas reformas exigiam. Em julho de 2001 a REVISTA CNT percorreu algumas das piores ligações rodoviárias. O resultado desta amostragem parcial foi resumido em uma só palavra: desleixo. Porém, o trabalho jornalístico reconhecia a existência de trechos de rodovias e algumas estradas em toda a sua extensão que apresentavam ter passado por recente reforma, como a BR-101, entre Feira de Santana e Teolândia, na Bahia. Ao mesmo tempo o governo federal garantia estar investindo no total R\$ 1,160 bilhão na recuperação de estradas. Não foi em vão: os primeiros resultados estão sendo sentidos nesta 6.a PR/CNT 2001. Só que, para completar o

serviços serão necessários pelo menos R\$ 1 bilhão por ano durante dez anos. Este é o compromisso mínimo que qualquer governante deve assumir para manter o Brasil em movimento.

Produto maquiado

O decréscimo de 11,6 pontos percentuais no cômputo geral das estradas consideradas deficitárias, observado na 6ª Pesquisa Rodoviária CNT, não indica, necessariamente, que houve melhora na qualidade do parque rodoviário brasileiro. O presidente da Confederação Nacional do Transporte, Clésio Andrade, vê nisso muito mais o resultado de uma "maquiagem" do que a efetiva preocupação do governo de atacar a verdadeira causa do problema: a falta de investimentos para a recuperação das estradas. "É um índice muito pouco significativo, não temos nada o que comemorar", reagiu o presidente do Sistema CNT durante a concorrida apresentação do resultado da pesquisa, no início do mês. "Tudo o que ultrapassa 30% de ruim, péssimo e deficiente continua sendo muito elevado. E ainda tem 68,7% nesta classificação. Houve um esforço para melhorar a sinalização, para falar a verdade, houve um esforço de maquiar", assinalou. "Deram uma maquiagem na sinalização que refletiu na média ponderada, no conceito geral. Se continuamos com as mesmas curvas perigosas – pelo menos se sinalizou, e isso vai evitar uma morte – não significa que a condição da rodovia melhorou." Depois de lembrar que 62% da carga e 96% dos passageiros são transportados por sistema rodoviário, Andrade insistiu na necessidade de se investir na manutenção das estradas para evitar que o país pare, como está acontecendo com a falta de energia. "Nos últimos anos nós sabemos que o governo não gastou mais do que uma média de R\$ 200 milhões a R\$ 300 milhões por ano. Isso significa que esse parque rodoviário, esse patrimônio avaliado em R\$ 200 bilhões, está se deteriorando, mesmo com essas aparentes melhorias que estão muito mais afetas à sinalização – que na média acabou puxando um pouco o quadro geral –, porque na área de pavimentos não houve grandes mudanças, tampouco nos aspectos de engenharia e traçado dessas rodovias", afirmou. "Ao compararmos as duas últimas pesquisas podemos cair no erro de achar que estamos hoje melhor do que estávamos no passado. No entanto, temos que considerar que no ano 2000 houve grande deterioração da malha, e que, no balanço geral, as nossas estradas continuam com índices insatisfatórios de conservação", observou o presidente. Para que haja uma completa recuperação das estradas brasileiras, segundo Andrade, há necessidade de investimentos

da ordem de R\$ 10 bilhões e mais R\$ 1 bilhão por ano em manutenção. Esse quadro vem se acentuando, conforme lembrou o presidente da CNT, desde a Constituição de 88, quando foi extinto o Fundo Rodoviário Nacional, provocando uma queda muito grande nos investimentos em transportes, especialmente em estradas. "Há um consenso entre todos os envolvidos com o problema: é necessário voltar a haver vinculação de recursos e entendemos, também, que a vinculação não deve onerar ainda mais o setor. Esses recursos devem ser buscados aonde já existe arrecadação", observou. Para Clésio Andrade, é natural também que entre as dez melhores do ranking predominem as rodovias privatizadas. "Nem poderia ser diferente, mas por outro lado o pedágio é muito caro e é preciso reavaliar o critério de cobrança." Mesmo assim, o presidente da CNT entende que o sistema de privatização das estradas valeu a pena: "Sem dúvida, é melhor ter uma rodovia em boas condições do que em péssimas condições", notou. No rém, ele acha que não há mais espaço para novas concessões. "Temos que considerar que essa questão de privatizar rodovias já está no limite. O Brasil não tem mais do que três mil quilômetros de rodovias que economicamente sejam viáveis para cobrança de pedágio. Então, grande parte da malha rodoviária brasileira precisa mesmo é de recursos do governo. É obrigação do governo, como indutor e implementador do desenvolvimento econômico, dar condições de infra-estrutura, seja para energia, seja para transporte", disse. Como resultado principal das más condições das estradas, conforme assinalou Clésio Andrade, está a elevação do custo do transporte e consequentemente o custo social. "Para o setor, esta situação exerce primeiro uma pressão muito grande sobre o custo, com o aumento de peças de reposição, aumento do combustível, aumento do desgaste, aumento de acidentes. O outro aspecto é a baixa utilização do equipamento, que já é caro, tem um custo operacional elevado e que está sendo pouco aproveitado durante todo o ano porque tem uma baixa velocidade de circulação", analisou. "Além do aumento do Custo Brasil, que pode onerar o custo dos fretes e o custo das mercadorias em até 30%, temos que lembrar que existe o custo da vida das pessoas. Todos nós sabemos que as condições das nossas rodovias são um dos principais fatores que tornam o país campeão de mortes de acidentes de trânsito", concluiu.

Durante o discurso do Sr. Edison Lobão, o Sr. Ramez Tebet, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Lauro Campos.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – V. Ex^a será atendida forma do Regimento.

Continuando a lista dos oradores inscritos, concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, por 20 minutos.

O SR. EDUARDO SUPLYC (Bloco/PT – SP) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Lauro Campos, Srs e Srs. Senadores, é muito difícil hoje pensar na resolução de problemas que possa conduzir o Brasil e o planeta Terra a uma sociedade melhor quando percebemos a insensatez grave da guerra.

Eis as manchetes de hoje:

“Bomba inteligente mata três americanos”, “Estados Unidos erram ataque e matam três americanos”.

Anteontem, o Governo de Israel atacou o quartel-general de Yasser Arafat com mísseis. Vimos pela televisão crianças saindo correndo das escolas destruídas pelos mísseis. Crianças foram feridas, e Yasser Arafat, por enquanto, está conseguindo proteger-se.

No Afeganistão, não param de morrer civis bombardeados pelos métodos mais modernos, bombas vêm de bombardeiros B-52, são lançados mísseis de toda ordem, e o Governo dos Estados Unidos ainda abre licitação para comprar aviões de guerra, que custam, nada mais nada menos, que US\$200 bilhões.

Onde vamos parar, Sr. Presidente?

Resolvi trazer ao Senado a palavra do poeta. Vou ler este poema para ver se conseguimos trazer um pouco de sensatez ao mundo, ao planeta Terra, à humanidade. Quero fazer uma reflexão na forma de um dos poemas mais bonitos de Carlos Drummond de Andrade chamado “A bomba”. Esse é um dos poemas favoritos da nossa guerreira Heloísa Helena, que costumava guardá-lo aqui.

Estava folheando as obras completas de Carlos Drummond de Andrade que a Brasileira Seguros teve a gentileza de oferecer a mim – penso que a todos os Senadores –, e deparei-me com esse poema com o qual gostaria de brindar o Senado Federal.

A bomba
é uma flor de pânico a pavorando os floricultores
A bomba
é o produto quintessente de um laboratório falido
A bomba
é miséria confederando milhões de misérias
A bomba
é estúpida é ferotriste é cheia de rocamboles
A bomba
é grotesca de tão metuenda coça a perna

A bomba
dorme no domingo até que os morcegos esvoacam

A bomba
não tem preço não tem lunar não tem domicílio
A bomba
amanhã promete ser melhorzinha mas esquece
A bomba
não está no fundo do cofre, está principalmente
onde não está

A bomba
mente e sorri sem dente
A bomba
vai a todas as conferências e senta-se de todos
os lados

A bomba
é redonda que nem mesa redonda, e quadrada
A bomba
tem horas que sente falta de outra para cruzar
A bomba
furtou e corrompeu elementos da natureza e
mais furtara e corrompera

A bomba
multiplica-se em ações ao portador e em portadores sem ação

A bomba
Chora nas noites de chuva, enrodilha-se nas
chaminés

A bomba
faz week-end na Semana Santa
A bomba
brinca bem brincando o carnaval
A bomba
tem 50 megatons de algidez por 85 de ignomínia
A bomba
industrializou os térmites convertendo-as em
balísticos interplanetários

A bomba
sofre de hérnia estranguladora, de amnésia, de
mononucleose, de verborréia

A bomba
não é séria, é conspicuamente tediosa
A bomba
envenena as crianças antes que comecem a
nascer

A bomba
continua a envenená-las no curso da vida
A bomba
respeita os poderes espirituais, os temporais e
os tais
A bomba

pula de um lado para outro gritando: eu sou a bomba

A bomba
é um cisco no olho da vida, e não sai

A bomba
é uma inflamação no ventre da primavera

A bomba
tem aseuserviçomúsicaestereofônicaemilvaletes de ouro, cobalto

e ferro além da comparsaria

A bomba
tem supermercado circo biblioteca esquadrilha de mísseis, etc.

A bomba
não admite que ninguém a acorde sem motivo grave

A bomba
quer é manter acordados nervosos e sãos, atletas e paralíticos

A bomba
mata só de pensarem que vem aí para matar

A bomba
dobra todas as línguas à sua turva sintaxe

A bomba
saboreia a morte com marshmallow

A bomba
Arrota impostura e prosopopéia política

A bomba
cria leopardos no quintal, eventualmente no living

A bomba
é podre

A bomba
gostaria de ter remorso para justificar-se mas isso lhe é vedado

A bomba
pediu ao Diabo que a batizasse e a Deus que lhe validasse o batismo

A bomba
declara-se balança de justiça arca de amor arcanjo de fraternidade

A bomba
tem um clube fechadíssimo

A bomba
pondera com olho neocrítico o Prêmio Nobel

A bomba
é russamericanenglish mas agradam-lhe os flúviós de Paris

A bomba
oferece na bandeja de urâneo puro, a título de bonificação, átomos de paz

A bomba

não terá trabalho com as artes visuais, concretas ou tachistas

A bomba
desenha sinais de trânsito ultraletrônicos para proteger velhos e criancinhas

A bomba
não admite que ninguém se dê ao luxo de morrer de câncer

A bomba
é câncer

A bomba
vai à Lua, assavia e volta

A bomba
reduz neutros e neutrinos, e abana-se com o leque da reação em cadeia

A bomba
está abusando da glória de ser bomba

A bomba
não sabe quando, onde e por que vai explodir, mas preliba o instante

[inefável

A bomba
fede

A bomba
é vigiada por sentinelas pávidas em torreões de cartolina

A bomba
com ser uma besta confusa dá tempo ao homem para que se salve

A bomba
não destruirá a vida

O homem (tenho esperança) liquidará a bomba.

Senador Lauro Campos, precisamos destruir as bombas. Quantas pessoas precisarão ser mortas até que o ser humano descubra que não precisa resolver os problemas por meio da destruição do outro? Quantas crianças, palestinas ou judeus, precisarão ser mortas em Israel, em Gaza, no Oriente Médio, até que se descubra que essa não é a melhor forma? Se Osama bin Laden atacou o **World Trade Center** e matou 3.600 pessoas e outras tantas no Pentágono, será que os Estados Unidos precisam usar da mesma forma de atacar e destruir tantas pessoas? Até seus próprios cidadãos norte-americanos são mortos por bombas inteligentes que os bombardeiros carismáticos B-52 lançam. São bombas inteligentes teleguiadas por satélites, e as formas tecnologicamente mais avançadas para atingir exatamente o alvo. E o alvo acabou sendo os próprios norte-americanos.

Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a tem instrução para ser uma guerreira, para construir justiça neste País; V Ex^a se indigna com tanta veemência e é dis-

cípula dos grandes samurais, cujas instruções é capaz de seguir, inclusive daqueles que sempre usam da espada. O Senador Romeu Tuma sabe que a Senadora Heloísa Helena age como os samurais que nunca tiram da bainha ou de sua mão a espada, e, por vezes, sentem a necessidade de molhá-la com sangue. Tão disciplinados são esses samurais, Senador Romeu Tuma, que se não acharem um adversário para ensanguentar e banhar a espada, usam-na no próprio braço. É o espírito de quem foi treinado para ser guerreiro.

Ainda ontem, encontramos o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Sua Excelência foi conversar com a Senadora Heloísa Helena para saber quão guerreira ela é. S. Ex^a explicou que, por vezes, os Senadores Líderes do Governo Romeu Jucá, Artur da Távola, Romeu Tuma e outros recebem primeiro a espada, antes que o Presidente a receba – até que se sente protegido por ter outros guerreiros na frente. Minha função, aqui, é a de tentar transformar o sangue em flores. Creio, Senador Lauro Campos, que precisamos dizer ao Presidente George W. Bush, aos Primeiros-Ministros Tony Blair, Lionel Jospin e Gerard Schröeder e outros que estão solidários nessa busca a Bin Laden, com formas cada vez mais sofisticadas de destruição, que, quem sabe, possa haver outro caminho. Não aprenderam os norte-americanos a cantar com Bob Dylan? Quantas pessoas precisarão ser mortas até que o homem perceba que é outro o caminho?

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PDT – DF) – Concede-me V. Ex^a um aparte, Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Concedo com muita honra o aparte a V. Ex^a. Se na dor Lauro Campos, que tantas vezes tem nos brindado como seu extraordinário conhecimento da História da humanidade.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PDT – DF) – No breve Senador Eduardo Suplicy, talvez o seu pronunciamento de hoje seja o mais rico, o mais oportuno e o mais necessário que tenho ouvidoneste plenário. Realmente, a construção de escudos antimísseis nos Estados Unidos foi a promessa do Presidente Bush, logo depois de sua posse. Por coincidência, os maiores contribuintes para a campanha do Presidente Bush foram as indústrias bélicas. Coincidência. Triste coincidência. Suspeita coincidência. Escudo antimísseis que iria custar, de acordo com alguns cálculos, mais de US\$200 bilhões. Esses US\$200 bilhões, por acaso, a que V. Ex^a se referiu, agora o Governo americano encomendou em aviões bélicos. E o Presidente Bush, ao assumir, disse: “Eu não sabia que os

Estados Unidos tinham tantas armas. Para que tantas?” E agora encomenda mais. E ainda está aí com escudo antimísseis, de acordo com alguns estudos, ultrapassará US\$1 trilhão em seu custo final. De modo que, Senador Eduardo Suplicy, essa leitura de Carlos Drummond de Andrade realmente nos comove. Será que teremos de fazer um escudo antimísseis de amor, de fraternidade, de responsabilidade, de paz? Esse é o escudo antimísseis que a humanidade quer e de se ja, não é bala contra bala, obviamente. Se me perguntarem qual foi a minha maior preocupação, durante a minha vida, direi, sem dúvida alguma, que foi a economia de guerra, a necessidade da guerra para a economia. Porque 344 guerras mundiais entre 1740 e 1974? Por que 87 guerras internacionais em cem anos, entre 1840 e 1940? Por que, só nas duas guerras mundiais, 80 milhões de mortos? Quero saber por quê? E a minha vida modesta, que não vale nada, dediquei-a quase toda a tentar entender por que e ver se eu conseguia, pelo menos, dar um passo no sentido de que, ao invés dessa agressividade incontida, uma agressividade lucrativa, uma agressividade de que não é apenas a das bombas, a agressividade do cinismo; depois das bombas mandam-se alimento para as crianças sobreviventes. E antes das bombas fazem bombas de dívida externa, de juros elevados, condenando à morte uma parte muito significativa da humanidade.

Chaque année, 30 millions de personnes meurent de faim. Et 800 millions souffrent de sous-alimentation chronique. Vive la France!

Cada ano, 30 milhões de pessoas morrem de fome e 800 milhões sofrem de subalimentação crônica. O meu francês é para isto, é para aprender essas coisas, para repetir essas coisas, indignado. De modo que, então, são guerras também silenciosas, guerras quase poéticas que esses cérebros doentios conseguem evitar. Do meu ponto de vista, só para terminar, para que meu aparte não seja muito prolongado, creio até que o capitalismo, no seu início, foi bastante erótico, a sua tecnologia revolucionou o mundo e ela, em certo sentido, foi favorável à vida humana. Mas, a partir dos anos 30, havia a necessidade de se continuar a produzir, mas não se podia produzir mais carros, alimentos, nada mais para o homem. A produção se voltou contra o homem, em vez de erótica, passou a ser tanática, destruidora, bélica. É por isso que, como exemplo, vou querer a evolução das despesas militares da Otan: Estados Unidos, 1987, US\$311 bilhões; 1994, US\$254 bilhões em armas; 1995, US\$238 bilhões. A Otan, em 1987, gastou US\$529 bilhões em armas; em 1990, US\$504 bilhões e, em

1996 US\$394 bilhões. E a humanidade passa fome. "Para que tanta arma?" Perguntou o Presidente Bush, logo depois de assumir e tomar consciência desse fato, que realmente entristece a humanidade. Assim, não é ser civilizado saber matar com mais eficiência; não é ser civilizado fazer um tape-te de bombas no deserto do Afeganistão. Se Carlos Drummond de Andrade ainda estivesse vivo para a alegria e satisfação de nossa emoção, naturalmente ele não deixaria de lado esse tape-te de bombas, esse te ci do que a humanidade desumana, agora, usa para tecer mortes. Muito obrigado. Desculpe-me o aparte ter sido longo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu que agradeço, Senador Lauro Campos. Para mim é uma honra ter as palavras de V. Ex^a em meio ao meu pronunciamento, porque tão enriquecido está sendo pelo seu conhecimento.

Fico imaginando que no ano 2001 os números de gastos com armas, com despesas militares, é tão maior, agravando a situação, a insensatez da humanidade. Mas nós precisamos estar aqui alertando.

E seria próprio que o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que o Governo Brasileiro estivesse nos foros internacionais explicitando também que é necessário encontrar outros caminhos que não o da insensatez destruidora.

Sr. Presidente, peço que seja registrado, como parte de meu pronunciamento, o ofício que encaminhei ao Primeiro Ministro Lionel Jospin, anexando uma carta da Sr^a Maria Célia Vargas, de agradecimento pela atenção de seu Governo para que pudesse ser encontrado o jovem Hugo Vargas Rozner, depois de 15 anos de busca. Finalmente, a felicidade foi proporcionada neste encontro. Assim, requeiro seja transscrito.

A Sr^a Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Senador Eduardo Suplicy, permite V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Senadora Heloísa Helena, com muita honra concedo o aparte a V. Ex^a.

A Sr^a. Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Quero saudar o pronunciamento de V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy, que, com absoluta certeza, sabe que não se constrói a paz sem justiça social. E não acredito em nenhuma possibilidade de se construir a paz sem justiça social; nem na favela de uma grande cidade, nem na periferia de uma cidade do interior ou em qualquer lugar do mundo. Toda essa monstruosidade que tem acontecido nos últimos dias, em função da Meca do capitalismo ter sido atacado diretamente, talvez esse fato tenha ocupado muito mais as páginas dos jornais no mundo, nos meios de comunica-

ção de um forma geral. Há duas coisas, entre tanto, que nos deixa em estado de profunda indignação: uma, é a velha e conhecida diplomacia da avassalagem tanto do Brasil como de vários outros países. É inadmissível a posição de subserviência, a covardia nas relações diplomáticas internacionais de vários países, fomentando e possibilitando que os Estados Unidos continuem numa guerra absolutamente suja como essa, se é que existe alguma guerra que não seja. E, segundo, porque toda a cantina que sempre foi feita pelos Estados Unidos com relação ao combate ao narcotráfico, existiria uma grande possibilidade de fazê-lo agora. Pois, como todos nós sabemos, a CIA ao longo da sua história, na perspectiva de influenciar os povos do Oriente contra os comunistas da União Soviética e viabilizar uma produção de drogas gigantescas naquela região – não é à toa que são mais de US\$500 bilhões ao ano de dinheiro que é subido, que transita por muitos espaços, inclusive na **high society** no Brasil e no mundo todo, em relação às drogas. Praticamente 40% da produção de drogas está justamente no **Golden Crescent** (Crescente Dourado) que abrange Irã, Afeganistão e Paquistão. E ninguém faz absolutamente nada em relação a isso. O governo americano – que se diz delegado do mundo, que usa da arrogância, da truculência e da intolerância, que impede a autodeterminação dos povos e faz tantos discursos demagógicos em relação ao combate ao narcotráfico – poderia estar atento a isso. Sei que ganham muito dinheiro com o narcotráfico. Não é à toa que a CIA, ao longo da sua história, fechou os olhos a algo gravíssimo, que faz a população do Paquistão, que tem 90% de pobres, ser altamente dependente de heroína. Que façam algo! Não estão lá influenciando tão diretamente, matando crianças e pobres afegãos?! Por que não fazem alguma coisa em relação às drogas – praticamente 40% das drogas do mundo estão naquela região –, que tiram a alegria e a juventude de milhares de crianças daquele país? Se quisessem fazer alguma coisa, poderiam fazer, mas não fazem porque se beneficiam disso. Foram eles que ensinaram muitos afegãos a lavar dinheiro de drogas nas Bolsas, inclusive na de Nova York. O que existe é essa política vergonhosa do míssil e pão. Como diz o Senador Lauro Campos, aqui também tem essa política vergonhosa do míssil e pão. É o míssil que desestrutura o parque produtivo e destrói milhares de postos de trabalho e, depois, é o pão da bolsa-escola, do vale não sei o quê. É isso o que o Governo Federal tem feito. É a mesma política do míssil e pão dos Estados Unidos. Será que somente pensaremos nisso daqui a dez anos? Já tive oportuni-

dade de falar aqui sobre aquela foto histórica de uma menina correndo de uma bomba no Vietnã, a sua pele se soltando em função das queimaduras gigantescas. Muitas pessoas olham para aquela foto e se sensibilizam. Mas ninguém se sensibiliza com a situação gravíssima que está ocorrendo. Uns comemoram a vitória da Aliança do Norte, que segue estuprando e matando pessoas. Sinceramente, pensar que este é um mundo civilizado é um questionamento permanente em mentes e corações espalhados pelo nosso País. Saúdo V. Ex^a pelo pronunciamento.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Senadora Heloísa Helena, há poucos dias, assisti a um filme maravilhoso chamado “No Caminho de Kandahar”. Trata-se da história verdadeira, ocorrida há dois anos, de uma afgã que foi estudar no Canadá, onde tornou-se jornalista. Ela recebeu uma comunicação de sua irmã, angustiada, dizendo que iria suicidar-se antes do próximo eclipse. Desesperadamente, ela se segue do Canadá em direção ao Afeganistão, procurando chegar em Kandahar. É uma história muito bonita. Nesse filme, tão bem feito, temos uma idéia da modesta economia do Afeganistão. Podemos ter idéia da sua paisagem. Vemos pessoas caminhando no deserto, nas montanhas e em regiões onde foram colocadas minas que ceifaram as pernas de milhares de pessoas. Isso ocorreu na guerra anterior a esta. Há tantas pessoas sem pernas ou com uma perna só, que, quando os helicópteros lançam pernas mecânicas, muitas delas, andando sobre uma perna só e com ajuda de muletas, movem-se para onde estejam caindo as pernas mecânicas. É uma cena impressionante! Por que falo disso? Porque fico pensando como pode a nação mais poderosa do mundo estar juntando tantos recursos para destruir ainda mais uma nação de recursos tão parcos.

Senadora Heloísa Helena, na conclusão de meu pronunciamento, quero dizer que a batalha V. Ex^a pela paz, baseada na realização de justiça, tem conquistado todos os seus Pares, que aqui a conhecem mais e melhor a cada dia em que têm a oportunidade de interagir com V. Ex^a. E gostaria ainda de dizer que fiquei feliz ao ler, esta semana, que o povo de Alagoas está, como nós, sendo conquistado a cada dia. Fiquei feliz em saber que V. Ex^a hoje lidera as pesquisas de opinião do povo de Alagoas, que deixa torná-la governadora do Estado. E isso é justo, porque, tornando-a Governadora do Estado de Alagoas, o povo estará sendo governado por uma pessoa que contribuirá para que lá seja realizada a justiça que pode proporcionar a paz, que não é a paz dos cemité-

rios, mas a paz de seres humanos que sabem conviver com respeito.

Saúdo minha guerreira Heloísa Helena, com seu jeito especial de usar a espada na luta pela realização da justiça. V. Ex^a faz a guerra com flores, encantando e conquistando as pessoas, como a mim próprio. Muito obrigado pelo seu aparte.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Supilcy, o Sr. Lauro Campos, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada sucessivamente pelos Srs. Romeu Tuma e Gilvam Borges.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Supilcy, o Sr. Gilvam Borges, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Lauro Campos.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – Concedo a palavra à nobre Senadora Heloísa Helena, pela Liderança do PT.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. Senadores, agradeço de coração a gentileza do Senador Eduardo Supilcy. Sei que a eleição em Alagoas será uma verdadeira selvageria, será difícil. Talvez queiram arrancar cada um dos fios dos meus cabelos, que, com certeza, crescerão novamente.

Senador Lauro Campos, a disputa será tão interessante quanto a de Davi contra Golias. Davi pediu ao Rei Saul para enfrentar Golias, do grande exército filisteu. Saul não acreditava em Davi, é claro: “Como esse pastor vai enfrentá-lo? O que esse homem fará? Golias é um guerreiro acostumado a grandes causas.”

Mas uma das perdidas da fundação de Davi, como dizia o Padre Antonio Vieira, era o conhecimento de si mesmo, pois Davi pensou: “Ora, eu que já enfrentei ursos e leões para proteger minhas ovelhas, enfrentarei também o grande filisteu, o gigante Golias”. Enfrentou e ganhou a batalha.

Assim será a disputa: uma briga muito interessante que poderá até não dar a vitória a Davi. Não tem problema. Contudo, espero que seja um debate extremamente educativo, qualificado, uma disputa ideologizada, que é o que interessa ao povo de Alagoas e ao Brasil, porque também estará havendo uma disputa presidencial.

Sr. Presidente, Sras. Senadores, sei da irresponsabilidade e da subserviência do Governo Federal ao capital especulativo e sei que, para melhorar a situação do setor produtivo nacional, precisamos mudar o Governo Federal, o Presidente da República. Sei de tudo isso. Mas, mais uma vez, apego ao Governo Federal para que empreenda uma ação emer-

gencial para o setor agrícola, especialmente do Nordeste. Todos sabemos – e já tive oportunidade de falar várias vezes nesta Casa sobre isso – que a última medida provisória do Governo Federal garantiu a rolagem da dívida dos grandes, daqueles que contraíram uma dívida de R\$200 mil, em 1992, e que hoje é muito maior. A securitização feita não atingiu o pequeno nem o médio produtor. Estamos, mais uma vez, fazendo um apelo para a realização de uma ação emergencial do Governo, ou seja, uma medida provisória. O Governo Federal tem medida provisória para tudo. Elaborou, inclusive, uma medida provisória para impedir que entidade estudantil emitisse carteira de estudante. Portanto, não é possível que não faça uma medida provisória para resolver o problema das dívidas do Pronaf, do Procera, dos Fundos Constitucionais, do mix que fizem com o curso do FATE e com outras fontes de recurso. O Nordeste quebrou. O setor produtivo do semi-árido nordestino, em termos de grãos e de leite, está quebrado. Não estou falando do grande empresário, porque esse, quando fica estressado, pega um avião e vai fazer compras em Miami ou orgias na Flórida. Estou pensando no setor produtivo que, quando quebra, leva junto milhares de postos de trabalho, evitando a dinamização da economia local, a geração de emprego e renda na produção de alimentos. Não é possível que o Governo Federal não perceba isso. A safra 97/98 quebrou. São três anos consecutivos de seca. Comenta-se, pelos corredores azuis do Senado, que há uma disputa no Governo entre o Ministro da Reforma Agrária, o Ministro da Fazenda, os Governadores, que, agora, não querem as ressalvas aos fundos constitucionais. Não importa! É preciso chegar a uma solução. Esse problema atinge desde o agricultor familiar até o médio produtor. A medida provisória elaborada pelo Governo Federal não atinge sequer 5% dos produtores de Alagoas. Trata-se do mesmo problema de todo o Nordeste em razão dos fundos constitucionais, que foram criados para supostamente estabelecer mecanismos que superassem as desigualdades regionais. Como? Justamente os fundos constitucionais das regiões mais pobres do País não são objeto de uma medida provisória para a rolagem da dívida?

Portanto, o apelo que faço, mais uma vez, é para que o Governo edite, o mais rápido possível, essa medida provisória. Na próxima semana, estarão sendo encerradas as atividades do Congresso Nacional, e não é possível que, novamente, as regiões mais pobres do País sejam penalizadas pela irresponsabilidade do Governo Federal em relação a um assunto tão grave como esse.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) Concedo apalavra ao Senador Gilvam Borges por 20 minutos.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, venho à tribuna do Senado Federal para fazer minhas considerações sobre a CPI do Futebol, que esteve em discussão por mais de um ano. Faço deste meu relato um voto em separado, registrando as minhas ponderações e anexando-o ao relatório da CPI.

O Relator da CPI, Senador Geraldo Althoff, propõe o indiciamento de 16 pessoas, em 1.129 páginas recheadas de conjecturas e preciosismos sobre a paixão nacional, o futebol, que é sagrado para o povo brasileiro. Propõe, ainda, uma leitura de responsabilidade social do futebol brasileiro, passando esse esporte profissional a ser entendido como ato de comércio, por força de lei.

No meu entendimento, a CPI foi tratada como palco político, e a legislação brasileira já comporta amparo às relações contratuais existentes.

Tenho defendido, em inúmeras ocasiões, um tratamento igualitário e isonômico para os entes envolvidos no pólo passivo das investigações perpetradas pela CPI do Futebol. Não por comprometimento com comportamentos espúrios de quem quer que seja, mas pelo compromisso com a verdade e pelo prevalecimento da democracia e da ampliação dos princípios constitucionais, tão duramente alcançados em nosso País. Não esperava defrontar-me com tamanha incongruência entre a condução dos trabalhos e a proporção ínfima por ela alcançada.

A clara disposição da Presidência da CPI em enfocar restritivamente o eixo Rio-São Paulo do futebol brasileiro deu-me a justa interpretação de uma marfa voltada para holofotes nacionais, como uma mariposa em busca de luz, transformando a busca da verdade plena da qual uma CPI encontra-se atrelada em um palanque para eleições governamentais.

Enquanto instituições públicas competentes para a fiscalização e deslinde de questões fundamentais, como evasões de divisas para o exterior e sonegação fiscal, falha remanejada de sua eficiência e de seus controles, está pronto e aberto o jogo político. A pretensa e irreal feitura de justiça transparecerá à sociedade, impondo ao indivíduo que está sendo inquirido a sentença irreversível da condenação nacional. Quem dera fosse ela real, quem dera fosse a justiça justa, alcançando todos na mesma condição e situação, sem atropelar os direitos fundamentais que qualquer cidadão brasileiro nato ou naturalizado possui por força constitucional.

A le vi an da de não pode ob ter es paço num a CPI. Não pode haver espaço para decisões sem sentido, para indícios estapafúrdios e posicionamentos por imposições. Que demonstração estamos dando quando um Se na dor se diz “força do a vo tar em um relatório por pressão da imprensa”? Cito esse fato para mostrar a di men são do fato político criado e da paixão futebolística acima das rações de pertinência objetiva, que deveriam nortear e fundar toda a condução dos trabalhos da CPI. Se assim tivesse sido, não teríamos a coragem de exigir que a verdade inteira, e não uma satisfação paliativa, fosse a condutora e o conteúdo do relatório da CPI do Futebol.

Não es tou aqui para de fen der A ou B, mas sa be mos que uma disputa política e econômica é o foco central da questão do futebol no Brasil. Não são al guns cartolas que estão a jogar ladeira abaixo o futebol brasileiro. A quem interessa que uns estejam fora do circuito futebolístico? A quem interessam os contratos milionários que estão por vir na copa de 2002? Nos passes dos jogadores? Nos contratos mundiais de publicidade?

São questionamentos que ficarão sem res posta. São questões que a CPI poderia ter tomado como linha de tra ba lho, como mola mes tra de uma viga com poder de sustentáculo vigoroso, posto que colocado em discussão o cerne da questão e não questiúnculas de improbidades administrativas de alguns, ainda mais quando estas constituíram-se em indícios. O relatório inteiro é recheado de indícios, que, de **per si**, já se constituíram em condenação.

Como na Santa Inquisição, a CPI do Futebol não quer saber de inocentes ou culpados, preferindo escolher politicamente alguém para pagamento dos pecados de muitos, punição essa pior que aquela a ser buscada pelo Ministério Público, posto que, no âmbito judicial, a liberdade de defesa ampla estará assegurada e, havendo uma sanção penal corres pondente à ação praticada, a pena será aplicada. Certamente, tal pena, por pior que seja, não retirará a punição moral, social, comercial imposta a alguns poucos do futebol nacional.

Onde es tão os ou tros? Ha ve rá uma exten são da CPI? Ao menos, estou lutando por isso.

Ve jam V. Ex^{as}s que, até para con ce der vista re gional, para análise de um relatório de 1.129 pági nas, graciosamente nos foi dado o prazo de 48 horas, quando, regimentalmente, esse prazo poderia ser de cinco dias.

A guerra de poder para dominar o futebol brasilei ro é tão forte e visível que está atingindo ícones como Pelé, que, com mais de 50 anos de ilibada conduta na

cional e internacionalmente conhecida, merecedor de admiração e respeito do povo brasileiro, está sendo alvo de insinuações maldosas e maliciosas.

É necessário aprender que existe justiça neste País e que a pena aplicada não pode ser maior que a prevista em lei. O rei do futebol, exemplo que foi e é para milhares de meninos em várias gerações, não escapa à insanidade e à crueldade de uma disputa pelo poder.

Sr. Presidente, jamais levantaria minha voz em favor de causas indefensáveis nem estou a preterir abraçar causas pessoais, mas, sim, exijo que os tra balhos da CPI sejam sérios, corretos, atingindo o segmento investigado de uma forma completa ou, na pior das hipóteses, todos os setores e agentes mais im portantes desse segmento.

Exemplificadamente, citaremos a CBF, que recebeu da CPI um volume inteiro do relatório, o Volume II. Os questionamentos e levantamentos feitos pela CPI nas contas da CBF tiveram respostas e justificati vas que foram relegadas no relatório. Houve ques tões referentes ao auxílio a Federações Estaduais vinculadas, devidamente contabilizados a fundo per dido, conforme a tribuições estatutárias da concessão de auxílio pecuniário às filiadas que, sequer, envolvem verbas públicas. Encontram transações interna cionais, como a remessa de US\$400 mil dólares ao exterior, que foram gastos parcialmente, tendo o di nheiro retornado ao País com registro no Sisbacen, com depósito convertido em real em conta da CBF.

O próprio Conselho de Controle de Atividades Financeiras, do Ministério da Fazenda, em resposta à Justiça Federal do Rio de Janeiro, por meio do Ofício n.º 403 – Coaf/MF, informa que não consta, em seus registros, nenhuma comunicação ou registro de ati vidades, nenhuma operação suspeita envolvendo a CBF e o Sr. Ricardo Teixeira. A CPI questiona a do ação, como a efetivada para a execução do busto de Evaristo de Moraes Filho, jurista que, por mais de 15 anos, prestou, gratuitamente, relevantes serviços ao futebol nacional.

É surpreendente a maneira como o Presidente Álvaro Dias e o Relator Geraldo Althoff pouparam os clubes sulistas. O Flamengo recebeu 201 páginas do Volume IV do relatório, enquanto todo o futebol sulista m erceu – pasmem V. Ex^{as}s – apenas 41 páginas. Solicitei ao Presidente da CPI, Se na dor Álvaro Dias, e ao Relator, Geraldo Althoff, que justifiquem concre tamente tal atitude, mas sem dizer que no Sul não exis tem irregularidades, pois, lá, até os bicheiros, segun do se vê na mídia nacional, tinham proteção governamental.

Quando falo de disputa pelo poder, refiro-me a cifras milionárias envolvidas no futebol brasileiro. É importante retirarmos um pouco da paixão irracional e tratarmos a questão como ela é: uma questão econômica.

Das páginas 09 a 93 do Volume I, há uma justificativa da CPI que traz dados reveladores sobre a questão econômica. Segundo folhas 79/80, a atividade futebolística envolve 500 clubes profissionais, 250 jogos num só domingo, gerando 50 mil empregos, envolvendo 14% da população brasileira, ou seja, mais de 500 mil torcedores, 25 milhões de expectadores de TV etc, movimentando cerca de R\$16 bilhões no ano. Embora esse valor seja inferior ao movimentado pelo futebol europeu, desse seis clubes somam 86% da torcida nacional.

Às folhas 86 do relatório, consta que, em 1997, o Clube dos Treze, entidade que representa os interesses dos maiores clubes brasileiros, tomou o lugar da CBF na negociação com as tevês pelos direitos das transmissões dos jogos, obtendo um contrato que transferiu a essa entidade de algo em torno de R\$70 milhões em 1999, projetando para 2002 uma receita de R\$50 milhões.

E fala-se em bus to, em justa home na gem, em limusine em Nova York, porque o presidente não poderia chegar de carroça. Em terra de sapo? De cócoras com eles.

Lamentável, Sr. Presidente, triste, deprimente.

O Presidente da CPI, numa triste e comprometedora decisão, rejeitou um requerimento subscrito pela maioria dos Senadores que compõem a CPI do Futebol. Por intermédio do Senador Gerson Camata, foi proposta a agenda positiva, incluindo todos os clubes para uma avaliação precisa, perfeita, em que pudéssemos dar uma visibilidade do que ocorre em todo o País. A proposta foi rejeitada! Gerson Camata ficou triste e disse estar profundamente magoado, porque observava o jogo.

Seqüentemente, o relatório informa que o potencial mercado que se abriu provocou um ávido movimento de empresas de comunicação, especialmente emissoras de televisão, para a conquista dos direitos de exibição dos espetáculos futebolísticos. O mercado de patrocínio esportivo no País, em 1999, estava estimado em R\$300 milhões.

A questão da irrelevância dos contratos milionários é sistemática: acontece na Câmara dos Deputados, e agora se repete no Senado Federal. Em 22 de julho do corrente ano, no jornal **Folha de S.Paulo**, o Deputado Relator da CPI disse que não foram apurados os contratos entre as emissoras de televisão e os

clubes, por absoluta falta de tempo. "Nosso tempo foi pequeno demais. Espero que a CPI do Senado possa investigar esse outro aspecto do futebol brasileiro". A **Folha de S.Paulo** informa, ainda, que procurou o Presidente da CPI do Futebol, o Senador Álvaro Dias, mas que não conseguiu localizá-lo. Sumiu misteriosamente.

Ainda na **Folha de S.Paulo**, na matéria Promover Brasileiro vira "notícia" em contrato de TV, o jornalista comenta o contrato firmado entre emissoras de TV e o Clube dos Treze: pelas três edições do Brasileiro, duas emissoras pagaram à entidade o valor total de US\$105,6 milhões, o equivalente a R\$260 milhões.

Que vergonha! O que essa CPI investigou? Que vergonha para o povo brasileiro, quando se criam fatos e ilusões, suposições, hipóteses e especulações! O triste e lamentável relatório, em 95% do seu conteúdo, não apresenta nenhuma prova concreta, porque elas só virão com a apuração do Poder Judiciário, através do Ministério Público.

Eu sou uma voz a clamar no deserto, sou o último talibã, à espera da consumação do fato, como ocorreu com a unanimidade dos membros da CPI do Futebol, que aprovaram o relatório com restrições do meu voto. Tristes e lamentáveis, covardes e tendenciosos foram os critérios e o julgamento político.

Na edição de 30.08.2001, a **Folha de S.Paulo** destaca que a percentagem recebida pelos dirigentes é sobre o valor líquido que fica com o Clube dos Treze, ou seja, US\$68 milhões.

Falam-me de um bus to e de uma justa home na gem da CBF; falam-me de uma limusine alugada em Nova Iorque para conduzir a nossa delegação; falam-me que a CBF financiou candidatos de vários Partidos representados ali naquela Comissão.

Crime? Não. Dever? Sim. Justo pela lei, como há igrejas que se mobilizam, como a Bancada Evangélica, trazendo os seus representantes para o Parlamento, assim também se mobilizam os nossos sindicatos em torno de seus representantes, para que possam ser as suas vozes e os seus legisladores no Congresso Nacional. Os sindicatos patronais e as indústrias também se mobilizam. Aqui é o Congresso Nacional, a composição das duas Casas. Crime? Não. E isso se passa como um escândalo.

Tenho autoridade moral, porque nunca recebi um real para financiamento da minha campanha, que fiz com as minhas sandálias, de bicicleta, veiculando as minhas idéias e defendendo as minhas propostas. Tenho moral.

Sr. Presidente, sentimos tristeza quando observamos o massacre. E o cerne da questão, os verdadeiros escândalos estão encobertos. São fatos.

A Imprensa espe culou, há duas semanas, como seria o placar. Dividiu-se, então. Dos 13 Senadores, incluindo o Presidente Álvaro Dias, tínhamos 12 membros da CPI. E 7X6 seriam pelo relatório alternativo. Isso foi mudando. A cada dia que passava, as fileiras eram açodadas, e os companheiros eram cooptados e guindados pelas forças fantásticas e fabulosas da mídia, pela qual todos nós temos respeito.

No final, quando olhei para trás, era todo mundo partindo em direção aos seus Estados. Os Partidos, então, substituíram os seus membros, e a operação talibã chega ao final: são 12X0, salvo o meu voto em separado fazendo as restrições.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Gilvam Borges, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Já concedo o aparte a V. Ex^a, Senador. Permita-me apenas concluir.

No caso do Presidente do Clube dos Treze, um dos mais poderosos dirigentes do País, o rendimento está previsto no estatuto da entidade como verba de representação. Ou seja, pelo Brasileiro-2001, o Presidente do Clube dos Treze recebeu mais de R\$488 mil, o que equivale a um salário mensal de quase R\$41 mil. O jornal diz ainda que os opositores afirmam que o salário do dirigente é muito maior, chegando a R\$150 mil, e que nega o montante.

Não contesto, Sr. Presidente. Se o estatuto assim o permite, e a organização e os seus contratos, é justo. Aqui não condono de maneira nenhuma. Portanto, procuro ser justo. Se se estima a sua percentagem dentro do contrato, creio que é justo, correto.

O Presidente do Clube dos Treze diz ainda que operacional de 0,5% foi fixado em Assembléia Geral, afirmado ainda que não pode exercer a sua profissão, que é de advogado.

Além dessa porcentagem dos dirigentes, o Clube dos 13 retém outro 1,25% do contrato, para cobrir gastos com pessoal e aluguel dos escritórios de São Paulo e Porto Alegre.

A **Folha de S.Paulo** termina a reportagem dizendo que, apesar da verba de representação estar prevista no estatuto, em seu art. 28, pelo menos um sócio do Clube dos 13 não sabia da Comissão, o Presidente do Bahia.

Vejam V. Ex^as que minha indignação surgiu razões concretas, factuais, que foram negligenciadas e não apuradas por essa CPI. Como bem disse na apresentação do relatório, o Senador Geraldo Althoff:

“Ouso vaticinar que o futebol brasileiro não será o mesmo após esta CPI”. Ouso também questionar: para quem o futebol brasileiro não será mais o mesmo? Para o cidadão simples, para o qual o futebol é algo sagrado, aposte que será o mesmo. Mas o mesmo não posso dizer para os conglomerados econômicos poderosos que não foram investigados e têm muito a ganhar com isso.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – Senador Gilvam Borges, sinto interromper V. Ex^a para comunicar-lhe que, como já são 14 horas, o tempo da sessão está findo. Logo, solicito a V. Ex^a que colabore no sentido de abreviar o término do seu pronunciamento.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Aprenderei o apelo de V. Ex^a, que cumpre o Regimento Interno. Serei o mais breve possível, já que esta matéria é muito importante.

O relator faz uma citação do brilhante Nelson Rodrigues, às fls. 2 do relatório, que diz o seguinte:

Certo brilhante confrade dizia-me ontem que “futebol é a bola”. Não há juízo mais inexato, mais utópico, mais irrealístico. O colega esvazia o futebol como um pneu, e repito: retira do futebol tudo o que ele tem de misterioso e de patético. A mais sórdida pelada é de uma complexidade shakespeariana. Às vezes, num círculo mal ou bem batido, há um toque evidentíssimo do sobrenatural. Eu diria ao ilustre confrade ainda o seguinte: – em futebol, o pior cego é o que só vê a bola.

E eu digo a V. Ex^as: o pior cego é aquele que não quer ver.

Relativamente às questões de bingo, de sonegação fiscal, de infrações tributárias, de evasões de divisas, etc que cada um assuma seus atos perante a Receita e a Justiça. Nada tenho a opor, especialmente quanto ao aprimoramento da legislação futebolística atual e às propostas apresentadas._

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Concedo o aparte a V. Ex^a e peço que seja breve, porque só faltam três parágrafos para a conclusão do meu pronunciamento.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Gilvam Borges, se reibre ve. Não pude acompanhar, somente li pela imprensa, a maneira como V. Ex^a tem feito suas campanhas: de sandálias e de bicicleta. É muito saudável a maneira como, certamente,

V. Ex^a tem, sobretudo no Amapá, seu Estado, dialogado com a população. V. Ex^a tem uma forma muito adequada de fazer campanha sobretudo se for caracterizada, como diz, pela modéstia de recursos empregados. V. Ex^a notabilizou-se na CPI do Futebol pelo fato de ter uma opinião divergente. Assim como V. Ex^a ouviu-me falar perante a CPI – sem ser membro, sem ter tido a oportunidade de participar de todos os depoimentos, apenas acompanhando alguns – que me parecia muito sério o trabalho desenvolvido pela CPI, pelo seu Presidente, Senador Álvaro Dias, e pelo Relator, Senador Geraldo Althoff.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – É verdade.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Talvez tenha havido algumas imperfeições; é difícil ser perfeito. Mas foram reunidos os elementos para que o Ministério Público possa então fazer a apuração adequada de tudo aquilo que foi infringência ou não da lei e, daí, ser encaminhada à Justiça. É importante também respeitar seu ponto de vista. V. Ex^a percebeu que houve da parte da imprensa uma postura que poderia ser sintetizada da seguinte maneira: teria havido uma pressão enorme de alguns daqueles que estavam sendo denunciados para evitar que houvesse a aprovação do relatório sem contestação. V. Ex^a faz a defesa de outro ponto de vista. É importante que, no Parlamento, haja a divergência e o direito de opinar diferentemente. Devemos ouvir sua opinião. Muito obrigado.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Agradeço o aperto de V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

Pelas razões expostas, Sr. Presidente e nobres Pares, acolhi o Relatório da CPI no que diz respeito às questões de bingo, sonegação fiscal, tributária, evasões de divisas, legislação futebolística e etc. e rejeitei-o no que toca aos clubes do eixo Rio-São Paulo por julgar que aquele Relator não os tratou isonomicamente, excluindo da investigação agremiações de outras regiões do País e – o que é mais grave – adentrando em questões **interna corporis** dos clubes investigados, violando frontalmente o disposto na nossa Lei Maior, em seu art. 5º, inciso XVIII, que diz:

Art. 5º. (...)

XVIII – a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;

Sr. Presidente, triste, deplorável, lamentável.

Concluo meu pronunciamento pedindo desculpas pelos exageros cometidos contra todos os depoentes que aqui estiveram, vítimas de uma disputa brutal que fez com que os clubes tivessem muita dificul-

dade em seu desempenho este ano. Peço desculpas pelos excessos cometidos, pela forma grosseira, brutal e tendenciosa que levou alguns dirigentes às lágrimas ao saberem que estavam no banco dos réus e que qualquer justificativa na defesa de seu clube não seria acatada, como não o foi. Estavam condenados. O Presidente do Flamengo, Edmundo Santos Silva, chegou às lágrimas.

Ao Edmundo, a seus familiares, aos torcedores do Flamengo e do Vasco e ao Ricardo Teixeira peço desculpas pelos excessos. Se V. S^{as} têm o que pagar, pagarão, mas depois da devida apuração.

Espero um dia voltar a esta tribuna para dizer aos meus Pares que eu tinha razão quando disse que havia denúncias especulativas, levianas, demagógicas, assim como ataques eleitoreiros. A Justiça é a nossa grande aliada. Faço questão de ler o meu relatório em plenário, quando o Ministério Público se manifestar.

Sr. Presidente, foi necessário transformar o meu relatório em voto em separado para que ele fosse anexado ao relatório do Senador Geraldo Althoff.

Peço desculpas aos familiares. Fiquei muito triste por não poder corrigir as injustiças ou, pelo menos, equilibrá-las. A todos vocês, meu grande abraço. Esse pesadelo passará quando as informações forem encaminhadas ao Ministério Público, visto que todos terão o direito de defesa. Então, vamos separar o joio do trigo. A imprensa terá, realmente, o compromisso e a responsabilidade de divulgar, posteriormente, o resultado de todas as investigações – já está feita a festa.

Meus protestos contra esse relatório tendencioso, falso e, de certa forma, irresponsável.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Lúcio Alcântara, Luiz Otávio, Valmir Amaral, Romero Jucá e Emilia Fernandes enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, gostaria hoje de homenagear o Serviço Social do Comércio, o **SESC**, entidade de direito privado que, há 55 anos, presta serviços de qualidade aos trabalhadores do comércio e do setor de serviços – principalmente a eles e a sua família, mas também ao público externo –, nas áreas do lazer, da saúde, da educação e da cultura.

A história do SESC confunde-se com a história do Brasil contemporâneo. Começa, por assim dizer,

no momento em que os empresários brasileiros, organizados como classe, despertam para a profundidade e para a extensão do papel que têm a cumprir na sociedade. Começa com a tomada de consciência, pelo empresariado, de que a classe deveria contribuirativamente para a garantia da paz social, mediante iniciativas concretas em favor da justiça social.

Surgiu o SESC em 1946, mesmo no ano em que se constituiu o Serviço Nacional de Aprendizagem Commercial (SENAC). No mundo em transformação do pós-Guerra, o Brasil passava por processo de rápida industrialização e urbanização, e, em consequência, estruturavam-se e fortaleciam-se os sindicatos de trabalhadores. No plano institucional, era promulgada a Constituição democrática de 1946, interrompendo o período autoritário do Estado Novo. Nesse contexto, como resposta às crescentes demandas sociais propiciadas pelo ambiente democrático, e inspirados no modelo bem-sucedido do SENAI, que existia desde 1942; os empresários do comércio, reunidos na Confederação Nacional do Comércio, criaram o SENAC, para atuar em formação profissional, e o SESC, para atuar na promoção social dos comerciários, juntando um pouco de assistência social a saúde, nutrição, desporto, educação, cultura e lazer.

Hoje, em todas as cidades grandes brasileiras e em muitas das médias, existe um ou mais edifícios do SESC, que, além de ser uma espécie de clube social dos comerciários, costuma ser referência da vida cultural e social da cidade. Em São Paulo, o SESC Pompéia; em Belo Horizonte, o Teatro do SESC; em Cuiabá, o Centro Cultural e Desportivo do SESC; em Manaus, a Usina Cultural SESC, isso, para citar apenas algumas capitais.

Muita gente pensa, equivocadamente, que o SESC mantém-se com recursos públicos. Não é verdade. O que leva a essa confusão é que o SESC – da mesma forma que o SENAC ou o SENAI – utiliza-se da máquina arrecadadora do INSS, ao qual paga taxa de administração pelo serviço. No caso da contribuição para o SESC, é cobrado compulsoriamente 1,5% sobre a folha de pagamentos das empresas do setor de comércio. É um direito cobrado das empresas do setor para financiar uma entidade de direito privado. As contas do SESC, por sua vez, são fiscalizadas pelo Tribunal de Contas da União.

Em todos os Estados brasileiros, o SESC está presente e faz centenas de milhares de atendimentos por ano. Tenho dados um pouco defasados, de 1996, a respeito das instalações do SESC, mas vou citá-los assim mesmo; fazendo a ressalva de que os números, hoje, são, naturalmente, maiores. Em 96 o SESC,

em todo o Brasil, possuía 345 gabinetes odontológicos, 200 gabinetes médicos, 65 restaurantes, 326 cantinas e lanchonetes, 108 teatros e auditórios, 11 cinemas, 177 bibliotecas, 194 centros de atividades, 118 unidades móveis e áreas para exposições artísticas e culturais, 16 centros campestres e balneários, 20 colônias de férias, 198 piscinas, 51 saunas, 403 ginásios e centros esportivos e 193 parques infantis. Também em 1996, o SESC contava com duas mil 425 unidades. Quando, em 96, o SESC completou 50 anos de existência, já havia atendido 40 milhões de brasileiros!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, finalizo este breve discurso e digo da felicidade que é – para todos nós brasileiros, e, em especial, para os comerciários e suas famílias, muitos dos quais pessoas de baixa renda – poder contar, há 55 anos, com o competente trabalho social do SESC. Muitas foram as áreas de atuação pelas quais o SESC passou neste mais de meio século, sempre atento às transformações da sociedade brasileira e ao surgimento de novas necessidades por parte de sua clientela.

Como disse anteriormente, a criação de entidades voltadas ao serviço social, por parte dos sindicatos patronais, é um símbolo do despertar da consciência social do empresariado brasileiro. Há 55 anos, os empresários do comércio, por intermédio de sua confederação, resolveram assumir a grande parcela de responsabilidade que lhes cabe na promoção do bem-estar do trabalhador e do povo brasileiro em geral, entendendo que, por mais importante que seja sua função de produzir bens e serviços, melhor dizendo, de organizar essa produção, isso não basta. Era preciso ir além. E eles foram.

Era o que tinha a dizer.

Nota:

As informações contidas neste discurso foram retiradas dos seguintes documentos:

1. TUDO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE O SENAC – SESC. Folheto, 1996.
2. SESC 50 ANOS. Texto de Ignácio de Loyola Brandão. SESC, Departamento Nacional, 1997.

O SR. LUIZ OTÁVIO (Bloco/PPB – PA) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ontem, dia 05 de dezembro, tive a honra de participar da solenidade de entrega do 5º Prêmio Senador Milton Campos de monografias. Essa solenidade, Sr. Presidente, foi presidida pelo ex-senador Jarbas Passarinho, Presidente da Fundação Milton Campos, uma das mais ilustres personalidades políticas deste País e, principalmente, um dos homens mais importantes e respeitados do meu Estado do Pará.

Esse prêmio é oferecido aos universitários de todo o País pela Fundação Milton Campos para Pesquisas e Estudos Políticos – vinculada ao Partido do Progressista Brasileiro (PPB) – em parceria com o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB). O ex-senador Jarbas Passarinho entregou os prêmios juntamente com Presidente do CRUB, Reitor José Carlos Almeida da Silva. Este ano, os universitários redigiram as monografias sobre o tema “A Nova Ordem Mundial, Soberanias Nacional e Amazônia”. O primeiro lugar ficou com Lívia e Paixão da Silva Oliveira, da Universidade Tiradentes de Sergipe, que recebeu um prêmio de R\$7 mil e terá a publicação de seu trabalho em forma de livro. Seis outros estudantes também foram premiados e outros seis receberam menção honrosa. Além do prêmio, os doze selecionados terão o resumo de seus trabalhos publicados pela Revista da Fundação Milton Campos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o Prêmio Senador Milton Campos é o resultado concreto de cinco anos de mútua cooperação entre a Fundação Milton Campos e o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, dentro do objetivo comum de estimular estudos e pesquisas sobre questões de interesse relevante para o desenvolvimento econômico e social do país. No corrente ano, 21 Estados e o Distrito Federal participaram da seleção inicial. Isso prova o interesse que o Prêmio Milton Campos desperta na inteligência universitária desde 1997, quando o tema proposto foi o desemprego. Seguiu-se em 1998 a análise das desigualdades socioeconômicas e sua repercussão na integração nacional. Em 1999, o tema foi a representação política ao longo da história e, em 2000, o novo paradigma do emprego e a mutação do sindicalismo. No ano corrente, a seleção temática recaiu na problemática amazônica inserida na nova ordem mundial e as soberanias dos Estados nacionais. Como nos anos anteriores, foram selecionados doze candidatos, desta vez representando os Estados de Minas Gerais, Paraná, Pará, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, São Paulo, Sergipe, e o Distrito Federal.

Durante quatro meses, os universitários trabalharam com muita seriedade na pesquisa e na análise do tema, tendo eles recebido bolsa de estudo, visando à elaboração da monografia. A Fundação Milton Campos e o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras promoveram essa solenidade para dar cumprimento à última fase do concurso nacional para estudantes universitários, com a premiação dos trabalhos vencedores.

A avaliação dos trabalhos considerou a criatividade e a originalidade das teses concorrentes, além da análise objetiva do tema indicado, valorizando o alcance qualitativo dos trabalhos. Para garantir o cumprimento das normas do concurso, a Fundação Milton Campos e o Conselho de Reitores escolheram uma comissão integrada por Professores Doutores, com larga experiência acadêmica, comissão essa que realizou reuniões regulares de seleção e de avaliação dos trabalhos. Fazem parte desse grupo os ilustres Professores Doutores, Adler do Couto Andrade, Estevão Chaves de Rezende Martins e Márcia Lopes Reis. A decisão sobre os trabalhos vencedores e o conjunto de menções honrosas foi tomada, por unanimidade, pelos membros da comissão julgadora.

Nos anos anteriores, eram premiados os três primeiros colocados. Este ano, a Fundação Milton Campos e o Conselho de Reitores acataram sugestão da comissão julgadora e estão premiando os seis primeiros colocados.

Sr. Presidente, iniciativas como esta, merecem todo o nosso apoio. Este Prêmio é muito oportuno e mereceria ser acompanhado por muitas outras instituições do nosso Brasil, uma vez que estimular os nossos jovens universitários, como faz a Fundação Milton Campos, é trazer os estudantes deste País para um debate amplo sobre questões de interesse relevante para o desenvolvimento econômico e social do País.

Era o que tinha a dizer Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, as dificuldades do setor elétrico brasileiro vieram para ficar e ainda vamos ter de lidar com elas por muitos anos – ainda que, ocasionalmente ocorra, como agora, o fato de o governo permitir o abrandamento temporário das metas, ao contrário do que anunciamos autoridades integrantes da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica.

O quase colapso do fornecimento não é fortuito, nem é o resultado de uma sequência excepcional de anos secos, mas, segundo a opinião abalizada do engenheiro e professor Luiz Pinguelli Rosa, a consequência inevitável do modelo econômico adotado pelo Governo, de privatização e de restrição ao investimento público.

Ninguém discute, Srs. Senadores, a necessidade de equilíbrio orçamentário do Estado. Por isso mesmo, a retirada do Governo das atividades econômicas, com a privatização das empresas estatais, foi entendida como positiva e apoiada pela maioria da

população. No entanto, eram pelo menos dois os pressupostos da passagem das empresas prestadoras de serviços públicos à gestão privada: a melhoria dos serviços, em qualidade e preço, e a garantia de seu fornecimento.

Esses pressupostos, como se pode ver agora, não se realizaram. Os consumidores estão ameaçados de ficar sem energia ainda que continuem adimplentes, apesar da substancial majoração sofrida pelas tarifas e a promessa oficial de reajustes em torno de 30% para o ano vindouro.

Não nos iludamos, Sras. e Srs. Senadores, os problemas não foram superados pelo fim da estação mais seca no Sudeste e no Centro-Oeste – no Nordeste, como os Senhores sabem, a seca continua –, porque os reservatórios continuarão com níveis perigosamente baixos e porque todas as ações propostas pelo Governo como soluções, como a construção de usinas termoelétricas, não passam de remendos, de respostas paliativas a uma crise que tem causas mais profundas, enraizadas no modelo de privatização subserviente ao desmando do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Com efeito, a privatização do setor elétrico brasileiro se guiou, em grande parte, as indicações de um funesto relatório, encomendado a uma empresa inglesa de consultoria, a Coopers & Lybrand. Somente não foi se guiado nas partes em que era tão claramente disparatado que até os agentes interessados no butim reclamaram. Esse relatório, aliás, segundo o especialista César Benjamin, é “uma das maiores obras-primas da ignorância universal”, pois, orientando-se pelo modelo inglês de geração de energia, totalmente composto por usinas termelétricas, simplesmente desprezou as especificidades do sistema brasileiro, com base em hidrelétricas e equilibrado pela transmissão integrada da energia entre as diversas regiões, conforme o estado do reservatório de cada usina.

De um sistema integrado, passamos a ter a lei do lobo contra o cordeiro, com as empresas distribuidoras privatizadas no papel de lobo, levando todas as vantagens, e o contribuinte consumidor, com todos os sacrifícios, no do cordeiro.

Isso porque, para tornar atrativo o investimento pelos compradores estrangeiros das empresas de distribuição, o segmento de geração, que permaneceu estatal, foi obrigado – pelo Governo, supostamente seu proprietário e interessado maior – a aceitar cláusulas absurdamente contrárias ao interesse dessas empresas geradoras. Exemplo mais ruinoso é o compromisso das geradoras, explicitado no Anexo V

dos contratos de concessão, de ressarcir as distribuidoras pela queda de receita resultante da redução de fornecimento.

Quando nos lembramos que o Estado somos todos nós, contribuintes, essa decisão do governo afigura-se – para usar uma palavra até leve – totalmente nefasta. Isso porque, além de estarmos pagando tarifas maiores por um serviço que deixou de ser garantido, estaremos pagando, também, por intermédio dos tributos, o ressarcimento às empresas distribuidoras. Se tivermos em conta que essas empresas dispõem de um *lobby* fortíssimo, com grande poder de influência, saberemos que dessa conta nossos bolsos não escaparão.

Esse passivo contábil das geradoras diante das distribuidoras é, para Luiz Pingueli Rosa, uma bomba de efeito retardado, armada pelo Governo com sua política econômica. Bomba que estourará sobre os consumidores e contribuintes. Bomba que, mais uma vez, propiciará enormes lucros para alguns poucos, receptores da benevolência extremada do Governo, e prejuízos difíceis de calcular para a maior parte da população brasileira.

O aspecto mais grave da crise do setor energético reside na justificação do Governo para o abandono quase completo dos investimentos públicos em programas de energia. Alega-se a necessidade da prioridade absoluta do controle das despesas públicas em infra-estrutura, para atender às exigências do FMI e para que os recursos públicos sejam dirigidos às áreas associadas, como saúde e educação. Contudo, os maiores gastos do Governo são, na verdade, com o sistema financeiro, com a ajuda a bancos falidos e a manutenção dos juros em níveis bem superiores aos da maioria dos países.

O Brasil ocupa no mundo, no que diz respeito à energia elétrica, uma posição semelhante à que a Arábia Saudita ocupa em petróleo – a afirmação é de César Benjamin. Nossas bacias hidrográficas são caudalosas e espalhadas por várias regiões, à exceção do Nordeste, que, no entanto, tem mais problemas na irregularidade do regime de chuvas que na ausência de rios. Em um rio como o nosso São Francisco, em cujo curso há diversas usinas, cada gota d'água é usada várias vezes, produzindo energia quase de graça em cada usina antes de ganhar o oceano. Apesar disso, o Governo brasileiro conseguiu fazer com que não somente nosso povo pague mais caro pela energia elétrica, mas também que ela falte.

Sras. e Srs. Senadores, o cidadão brasileiro, que já paga impostos em excesso, recebe serviços públicos de qualidade tantas vezes sofrível, e ainda

consegue manter a alegria de viver, não pode sofrer mais esse assalto. É preciso impedir que o consumidor e contribuinte, além de pagar muito por uma energia, cujo fornecimento nem estará assegurado, arque também como o rombo no Tesouro Nacional resultante dessa bomba de efeito retardado.

Há algo de profundamente errado com o modelo adotado para o setor energético, que precisa ser alterado. As perspectivas não são favoráveis, nem para a atração de investimentos estrangeiros, se a administração do País der mostras de incompetência como a da gestão do modelo energético.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB-RR) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, todos nós, Senadores da Amazônia, e não apenas nós, mas todos os brasileiros verdadeiramente preocupados com o futuro da nossa Região Amazônica, procuramos permanentemente encontrar políticas e estratégias de desenvolvimento da Amazônia que representem o equilíbrio perfeito entre a preservação do meio ambiente e a necessidade de nossas populações sobreviverem de maneira próspera e digna.

Além de lutarmos pela preservação da Amazônia contra a cobiça internacional e a ação predatória de pessoas e entidades que praticam a biopirataria, a retirada criminosa da riqueza de nossa diversidade biológica, precisamos dar ao nosso amazônida, ao nosso caboclo, condições de sobrevivência, sem dependermos da interferência de alienígenas.

Não se trata de privar a humanidade dos benefícios que podem vir da exploração racional da Amazônia, nem de nos fecharmos numa atitude egoísta, praticando a xenofobia.

Tra ta-se de de fender o que é nosso e de praticar a verdadeira ecologia, a verdadeira defesa do meio ambiente, do verdadeiro desenvolvimento sustentável, da convivência pacífica entre economia, necessidades sociais das nossas populações e ecologia, colocando o nosso caboclo em primeiro lugar em todas as ações de preservação do meio ambiente e de desenvolvimento da economia da Amazônia.

O nosso caboclo, o verdadeiro amazônida, demonstrou, ao longo dos séculos, que sabe conviver, proteger, defender e preservar nossa floresta, embora não tenha o conhecimento científico de muitos alienígenas que querem interferir em nossos assuntos internos, especialmente em relação à Amazônia.

Nosso caboclo tem o verdadeiro conhecimento, aquele derivado da prática, da experiência de vida, de saber passado de geração em geração e de conheci-

mentos seculares sobre a exploração racional da Amazônia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, para mim foi motivo de grande satisfação saber que o Ministério do Meio Ambiente, com sua Secretaria da Amazônia Legal e com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), está implementando um programa de desenvolvimento das Reservas Extrativistas, com um Plano de Manejo de Uso Múltiplo.

Trata-se de posição que sempre defendi, não é de hoje. E sei que há unanimidade sobre ela não apenas entre os representantes da Amazônia no Congresso Nacional, mas também entre todos os brasileiros que conhecem verdadeiramente os problemas da Amazônia.

A execução de políticas de uso sustentável dos recursos naturais na Amazônia, com a participação de nossas comunidades é a melhor maneira de desenvolver e preservar nossas riquezas naturais, sem agredir o meio ambiente.

Os extrativistas representam um segmento especializado de trabalhadores rurais, que necessitam apenas do apoio das autoridades para terem seus direitos respeitados, obterem a regularização fundiária de suas possessões e poderem trabalhar, gerar riqueza e preservar a floresta.

Os extrativistas, com seu trabalho permanente e incansável, sua coragem e determinação, têm defendido ao longo dos anos o território da Amazônia, mesmo sem receber apoio que mereceriam das autoridades governamentais.

Ao contrário, algumas vezes são até mesmo perseguidos por autoridades em decorrência de uma legislação inadequada que equipara o caboclo, que é obrigado a matar um jacaré para sua sobrevivência, para alimentar sua família, a predador e contra-bandidos de animais silvestres.

Tudo isso precisa ser revisto, repensado e muito bem analisado, em termos de preservação do meio ambiente, para que nosso caboclo, para que nossos extrativistas não fiquem aprisionados por normas estabelecidas por quem não conhece a Amazônia ou, pior ainda, por grupos de alienígenas que aqui chegam com objetivos de espionagem, de rapina, de contrabando de nossa riqueza biológica.

O extrativismo certamente está em consonância com as teses e com a filosofia de desenvolvimento sustentável e preservação do meio ambiente, estabelecida na Conferência das Nações Unidas realizada na cidade do Rio de Janeiro em 1992, a ECO 92.

A ocupação socioeconômica da Amazônia, com a prática racional do extrativismo, não apenas é condizente com a realidade ambiental da floresta, como permite a pesquisa e a realização de novas experiências considerando nossas peculiaridades e o interesse nacional.

Não podemos jamais aceitar aquela tese se alienígenas de intangibilidade da floresta, inserida no ideário de alguns grupos radicais preservacionistas, pois esse tipo de fundamentalismo ecológico mascara interesses contrários ao desenvolvimento da Amazônia e da soberania nacional sobre a Região.

O Documento para Discussão Pública, editado pelo Ministério do Meio Ambiente sobre as Reservas Extrativistas, representa um passo importante para o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica, de acordo com o interesse nacional, considerando as necessidades das populações amazônicas e a preservação ao meio ambiente.

O Documento trata do *Plano de Manejo de Uso Múltiplo para as Reservas Extrativistas* e considera diversos pontos fundamentais para o seu desenvolvimento, como: a gestão da Reserva, sua Potencialidade Econômica, sua Geração de Renda, assim como os chamados "Cenários de Produção".

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a falta de apoio governamental para o extrativista, para o homem que dedica sua vida à terra de cuide e manejar racionalmente a floresta amazônica, tem sido uma de nossas grandes preocupações.

Temos lutado pela mudança desse quadro, pela melhoria das condições de vida desses verdadeiros heróis brasileiros, que trabalham incessantemente, em condições adversas, defendendo nosso território sem nada cobrar do Brasil.

Por isso mesmo, quero neste momento parabenizar o Ministro Sarney Filho e sua equipe de colaboradores pela iniciativa, pela importância da idéia e pela determinação que sei que não faltará em levar adiante a estratégia delineada no documento *Reservas Extrativistas*.

Tudo que o Brasil fizer pela Amazônia receberá muitas vezes mais, em trabalho, em desenvolvimento e em afirmação de nossa soberania sobre a mais rica região do Planeta.

Muito obrigado.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PT – RS)

– Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, no mês de novembro último, entre os dias 18 e 21, no Rio de Janeiro, foi realizada a Conferência Parlamentar das Américas – COPA. Dentro do evento, foi realizada a

reunião da Rede de Mulheres Parlamentares das Américas.

A Rede de Mulheres Parlamentares das Américas congrega as mulheres membros das Assembléias Parlamentares dos Estados unitários, federais e federados, dos Parlamentos regionais e das organizações interparlamentares das Américas. No âmbito dos processos de integração das Américas, essa Rede favorece a conciliação sobre temas relativos à condição feminina visando promover a superação das desigualdades entre os gêneros, a paz e o desenvolvimento humano nas sociedades e, também, a implicação das mulheres nos espaços de decisão e poder.

Por considerar o assunto importante, registro nesta Casa a íntegra da palestra "A contribuição da mulher para o processo de democrático" que proferei durante a Reunião de Mulheres Parlamentares das Américas.

SEGUE, NA ÍNTegra, DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRª SENADORA EMILIA FERNANDES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

Conferência Parlamentar das Américas – COPA

Rede de Mulheres Parlamentares das Américas

Rio de Janeiro, 18 de Novembro 2001

A Contribuição da Mulher para o Processo Democrático

Falar sobre a participação da mulher no processo de democrático é falar de avanços, fortalecimento e combate aos retrocessos. Portanto, é falar de muito trabalho pela frente. Cinco anos depois da Conferência de Pequim, da qual participei, os motivos para comemorações poderiam ser bem maiores.

Certos progressos foram registrados, tais como as medidas criadas para assegurar a **igualdade política** e a participação das mulheres nas decisões públicas, assim como algumas reformas em medidas discriminatórias na legislação e nos códigos civis e penais em alguns países do mundo.

Não deixando de reconhecer esses progressos, infelizmente, vejo também que ainda são muito incipientes. Se, por um lado, cresce a independência de muitas mulheres; por outro, a marginalização econômica ainda é muito grande para milhares de mulheres e a persistência das diferenças de gênero de violência e discriminação, também.

No Brasil, 30% das mulheres são chefe de família, ou seja, sustentam sozinhas suas casas. Em determinado sentido, cresceu a autonomia para a subsistência, em outro, para importante parceira de mulheres, acentuou-se a pobreza.

Nesse contexto, refletir sobre a **globalização** e suas consequências é fundamental.

Para a elite mundial, a globalização é considerada o grande fenômeno da modernidade. Um fenômeno que muda de acordo com os olhos de quem o vê. Do ponto de vista das elites, a globalização significa desenvolvimento. Mas, do ponto de vista dos menos favorecidos, esse "desenvolvimento" é mais uma forma de acentuar as desigualdades.

Para as mulheres, a globalização desenfreadado mercados, conjugada com as idéias patriarcas presentes no mercado de trabalho, nos mais diversos graus e em todos os países, levou ao **empobrecimento** e ao crescimento da exploração e marginalização de milhões de mulheres ao redor do mundo. Prova disso é o aumento do tráfico de mulheres para a indústria biliarária do sexo, a prostituição crescente de meninas e adolescentes e a vulgarização do sexo e do corpo feminino.

Por mais vantagens que possa trazer para o desenvolvimento tecnológico, científico e intelectual, como tanto afirmam seus defensores, a **globalização** pouco tem feito para modificar costumes bárbaros, como a castração feminina e os crimes de honra, que persistem em vários países.

A globalização também teve um impacto negativo sobre as funções reprodutivas da mulher, não apenas pela falta de recursos e políticas públicas específicas, mas pela resistência em avançar na direção do livre-arbítrio das mulheres e do poder de decisão sobre seus corpos. Resistência essa, que tem levado muitas de nós à morte, à mutilação por abortos clandestinos e ao contágio pelo vírus da AIDS.

As mulheres e as crianças são as maiores vítimas da falta de **saúde**.

No Brasil, uma mulher morre a cada duas horas por motivos relacionados à gravidez. Noventa por cento dessas mortes poderiam ser evitadas com a melhoria do atendimento às gestantes e com o acesso a cuidados básicos.

No nosso país, durante os partos, segundo a Organização Mundial de Saúde, 114 mães vão a óbito em cada cem mil nascimentos. Para a OMS, esse número não deveria ultrapassar dez mortes para cada cem mil bebês nascidos vivos. As mulheres continuam sendo maltratadas, humilhadas, violentadas e mortas no espaço público e doméstico.

A globalização pela qual nós mulheres lutamos não é aquela que exclui, é aquela iguala direitos políticos, sociais e econômicos, portanto, uma integração humanizadora e solidária.

Temos de pensar a globalização e o crescimento econômico de maneira que eles sejam favoráveis aos excluídos. Ou seja, fomentar vestimentos, finanças, comércio e tecnologias para que eles, de fato, melhorem as condições das mulheres, dos negros, dos idosos e dos mais pobres.

Democracia é direito à dignidade e liberdade.

O direito das mulheres à vida e à integridade física tem sido sistematicamente promovido como um dos temas mais importantes em discussão sobre os direitos humanos.

Os relatórios da Anistia Internacional denunciam, com frequência, violências cometidas contra mulheres em países em guerra, assim como, além de sofrerem as barbáries impostas pelo próprio conflito, comumente são violentadas física e psicologicamente. São os chamados crimes de guerra pelos quais ninguém paga. Além disso, a crueza da guerra cria contextos em que os avanços se perdem e os problemas e as desigualdades se acentuam.

Quando falamos de democracia, não podemos deixar de refletir sobre a **primeira guerra declarada** do século XXI, a guerra no Oriente Médio, mais especificamente no Afeganistão, onde as mulheres, que já viviam sob a terribil opressão são talibãs, hoje sofrem com a perda de seus filhos e maridos numa guerra cruel e desigual.

Como afirmou Solange Bentes Juarez, presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, "esta é uma guerra entre homens guerrilheiros da qual, nós mulheres, somos observadoras e vítimas, pois não estamos nas mesas de negociação internacional; não controlamos exercícios de tipo algum, nem mídia ou os arsenais de guerreiros econômicos; não fazemos parte dos atos conjuntos de declaração formal de violência contra os seres humanos e contra a própria vida. Clamamos pela paz e pela vitória do lado feminino e amoroso da vida".

Na guerra da desigualdade, existem ainda os "problemas sem fronteiras". A globalização e os conflitos acentuam a vulnerabilidade ao crime, às drogas, às drogas, à exploração, à opressão são da mulher.

Senhoras e senhores,

Ao abordar esses problemas, não interpretamos que eu esteja desqualificando ou esquecendo as conquistas que temos ao longo dos séculos. Já ressaltei o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, mas não podemos esquecer que a diferença salarial permanece superior a 60%.

Que o mercado de trabalho é corporativista, isso não se pode negar. Que a discriminação é confirmada nos salários diferenciados na investida constante da retirada de direitos, isso é uma realidade. Mas a mulher, de forma corajosa, vem derrubando barreiras com muita determinação e criatividade.

Onível de acesso da mulher na **educação** também tem melhorado ao longo dos anos. O número de mulheres que se formam e que ocupam cadeiras dentro das universidades é bem maior que o número de homens. O percentual de mulheres aprovadas em concursos públicos também é expressivo. As pesquisas mostram que as mulheres estão estudando mais e conquistando mais espaços de poder na sociedade.

As mulheres, embora lentamente, chegam aos Poderes constituídos e com singular qualidade no desempenho. Estudos constatam que as mulheres de sucesso não copiam os homens para crescerem profissionalmente. São exatamente as características femininas que as favorecem. Des tacam-se no mercado como profissionais não imediatistas como administradoras persistentes e tenazes.

O mesmo acontece na **política**. Até pouco tempo atrás, as mulheres eram simplesmente excluídas da vida democrática. Não

tinham se querido rei to ao voto. No Brasil, só men te na dé ca da de 30, com a luta das mulheres, o voto feminino se tornou realidade. Em 1933, as mulheres brasileiras puderam votar e serem eleitas pela prime i r a vez.

Hoje, estamos representadas nos âmbitos federal, estadual e municipal, nos Poderes Legislativo e Executivo. Mulheres que trabalham para recriar, socializar e garantir a democracia.

Não queremos reproduzir na política a visão masculina que, durante séculos, prevalece no setor. Isso não é uma crítica aos políticos do sexo masculino, é uma constatação nos meus vinte anos de mandato popular, no âmbito do legislativo municipal e federal.

Para nós, mulheres, o poder não é apenas o poder sobre algo, mas o poder de fazer acontecer, de fazer política, de ser. Nós que somos discutir economia e políticas públicas sob a ótica feminina. Trabalhar pela transformação, ocupar espaços, marcar a diferença. Queremos isso e estamos preparadas para tanto.

A caminha da é lenta...

Mesmo nos países mais avançados, considerando o aspecto social, ainda não atingimos uma representação igualitária. Nos países nórdicos, por exemplo, onde existe a maior **representação feminina nos parlamentos**, a participação não passa de 42,7% na Suécia; 37,4% na Dinamarca; e 36,5% na Finlândia.

Nas Américas, esses índices são bem menores.

No Brasil, por exemplo, mesmo com toda a luta do movimento Mulheres Sem Medo do Poder e a conquista da garantia da quota de candidaturas de mulheres, a representação feminina ainda está muito abaixo do desejável, com 5,7% na Câmara Federal e 7,4% no Senado, ficando, de acordo com a pesquisa feita pela União Interparlamentar, na medida da 96ª colocação.

Pode-se perceber que há um amplo espaço a ser conquistado para que se chegue a uma distribuição minimamente razoável. E eu digo a ser conquistado, porque não acredito que os homens entreguem simplesmente a parcela de representação que deveria estar nas mãos das mulheres.

Portanto, a **adivida democrática e histórica** que as sociedades têm com as mulheres **precisa ser saldada**. As demandas propostas pela **Plataforma de Ação de Pequim**, nossa inspiração e rumo, não podem ser só declarações e palavras. As políticas de Estado necessitam ser reforçadas, e os orçamentos, reorientados, na perspectiva de cumprir os compromissos assumidos pelos seus signatários.

A **globalização** é um fenômeno irreversível. Porém, não podemos esquecer que a globalização é muito mais que um **fenômeno econômico**. Ela é também **cultural**.

A globalização, no sentido de integração, deve enraizar no mundo valores consagrados de respeito aos direitos humanos, à garantia de ensino e saúde para todos, além de resgate da cidadania e da afirmação da soberania das Nações. Em suma, é preciso globalizar a solidariedade, a justiça e a distribuição de renda e de poder.

O movimento de mulheres, sejam elas do campo ou da cidade, brancas, negras ou indígenas, precisa pensar em si próprio e no

mundo com mais ousadia, pois o desenho das conjunturas muda e muda velocidade altíssima. Precisamos fortalecer a democracia e a participação, porque o movimento de mulheres precisa delas para existir, para se revigorar e se energizar. Da mesma maneira que uma pessoa precisa de oxigênio para respirar.

Cabe ainda ressaltar, que nunca o mundo, e em especial a sociedade brasileira, precisou tanto todo **compromisso com a ética e a moralidade pública**. Assim também bem as mulheres, que não são donas da verdade, não estão imunes ao vírus que ataca e corrói.

Mas, com certeza, pela nossa história e sensibilidade, podemos contribuir decisivamente para acabar com a corrupção e a impunidade e resgatar a credibilidade da classe política.

Senhoras e senhores,

Eventos, como este são de fundamental importância para reflexão e o debate, com caráter universal e coletivo.

A **Conferência Parlamentar das Américas**, des de sua criação em 1997, vem realizando anualmente as Assembléias Gerais para a discussão de aspectos relevantes e comuns, relacionados ao contexto político, econômico e social dos países envolvidos.

O tema abordado na assembléia, que se realizou em Porto Rico, no ano de 2000, foi **Construir uma Comunidade das Américas Justa e Próspera**. Trata-se de uma tarefa dura e que exige o envolvimento constante de toda a sociedade em cada país, além do apoio dos mais ricos, para mudar o quadro atual.

Em abril deste ano, as mulheres membros do Comitê Executivo da Rede de Mulheres Parlamentares das Américas, juntamente com vários representantes de Assembléias Parlamentares das Américas, reuniram-se em Quebec. O tema de discussão foi o processo de integração econômica das Américas e as consequências para as mulheres.

Agora, com a realização desta Assembléia, na cidade do Rio de Janeiro, centralizando-se o tema **O Parlamento e os Caminhos da Alça e da Democracia**, teremos a oportunidade de construir no coletivo propostas que consolidem e pavimentem os caminhos do desenvolvimento para todos os países americanos, eliminando as desigualdades.

Precisamos buscar e construir muitos espaços. O **Fórum de Mulheres do Mercosul**, do qual sou uma das vice-presidentas, tem dado sua contribuição decisiva na luta e nos encaminhamentos da questão de gênero.

Também gostaria de registrar que o **Fórum Social Mundial**, que acontece no Brasil, afirma-se como um espaço aberto, significativo para o aprofundamento da reflexão, o debate democrático de idéias e formulação de propostas para um mundo melhor.

A sua segunda edição, que acontecerá em janeiro de 2002, em Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, será um momento de troca livre de experiências, articulação de ações para a construção de uma sociedade planetária, centrada no ser humano, em oposição ao domínio do mundo pelo capital. Desde já, todos estão convidados.

Ao concluir, gostaria de dizer que estou muito feliz em participar desse evento e ter a oportunidade de compartilhar com as colegas Mulheres Parlamentares das Américas minhas angústias e esperanças. Espero que todas nós, juntas, possamos encontrar novas alternativas para acelerar o processo democrático no mundo. **Mundo que precisa ter a cara, a voz e a voz da mulher; e os homens ao nosso lado....**

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sras e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 9 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2001

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2001 (nº 277/2000, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que altera os artigos 149, 155 e 177 da Constituição Federal (dispõe que as contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico não incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação, contudo podendo incidir sobre a importação de bens ou serviços de telecomunicações, derivados de petróleo e combustíveis, definindo alíquotas e competência), tendo

Parecer favorável, sob nº 1.350, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

– 2 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 27, DE 2001

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 27, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Antônio Carlos Valadares, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de instituir o Fundo para Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.295, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves.

– 3 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 322, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 322, de 2001 (nº 810/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Subaé Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade Feira de Santana, Estado da Bahia, tendo

Parecer sob nº 1.267, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Waldeck Ornelas, favorável, com Emenda nº 1-CE, de redação, que apresenta, e abstenção do Senador Geraldo Cândido.

– 4 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 323, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 323, de 2001 (nº 811/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária de Carmo do Rio Verde/GO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carmo do Rio Verde, Estado de Goiás, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.389, de 2001, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Maguito Vilela.

– 5 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 334, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 334, de 2001 (nº 876/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Educação Rural Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.391, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.

– 6 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 360, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 360, de 2001 (nº 927/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Educadora FM – RACE/FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita, Estado da Paraíba, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.419, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Antonio Carlos Junior.

– 7 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 372, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 372, de 2001 (nº 972/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária “Caminho do Sol” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Queluz, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.421, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Pedro Piva.

– 8 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 373, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 373, de 2001 (nº 991/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cristalense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cristais, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.422, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Francelino Pereira.

– 9 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 374, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 374, de 2001 (nº 1.054/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Mineiros do Tietê – SP a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mineiros do Tietê, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.423, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 14 horas e 13 minutos.)

(OS 21848/01)

**PRONUNCIAMENTO DO SR.
SENADOR JOSÉ ALENCAR, NO
ENCAMINHAMENTO DA VOTAÇÃO DA
PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO N.º 29, DE 2001, NA
SESSÃO DO DIA 29-11-2001, PUBLICADA
NO DSF DE 30-11-2001, QUE SE
REPÚBLICA NESTA EDIÇÃO PARA QUE
DELE CONSTEM AS REVISÕES DO
ORADOR.**

O SR. JOSÉ ALENCAR (PL – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra a V. Exª para discutir.

O SR. JOSÉ ALENCAR (PL – MG) Para discutir. – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, realmente é da maior importância a criação desses tribunais regionais federais. O nosso Estado possui 853 Municípios e mais de 400 comarcas com mais de 200 mil processos acumulados. Não podemos, de forma alguma, adiar por mais tempo a solução desse problema, que vai fazer com que a Justiça possa cumprir com a sua função.

Assim, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vamos nos engajar para que a Proposta de Emenda à Constituição nº 29/2001, que recebeu emendas de Plenário contemplando o pleito do Estado da Bahia e outros também judiciosos, mereça um tratamento prioritário ao voltar para exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a fim de que possamos contribuir para o aperfeiçoamento da Justiça Federal, reduzindo o acúmulo de processos que dificulta a vida do cidadão que depende de decisões nos tribunais.

**DISCURSO PRONUNCIADO PELA
SRª SENADORA EMILIA FERNANDES,
NA SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA
DO DIA 04.12.2001, QUE SE REPÚBLICA
PARA QUE DELE CONSTE DOCUMENTO
A QUE S. EXª SE REFERE.**

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PT – RS) – Para uma comunicação inadiável. – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, não poderíamos deixar de registrar um tema que já vem sendo debatido nesta Casa e no Congresso Nacional, mas que entendemos ser sempre oportuno. Referimo-nos à questão

dos servidores públicos federais, que, neste ano, diante da desvalorização e do achatamento salarial, realizaram uma série de reuniões e estão tentando realmente sair do impasse de um movimento legítimo de greve.

Cerca de 65 mil trabalhadores da Previdência, professores, técnicos das universidades e pessoas ligadas à área da Saúde estão em uma heróica greve que já dura mais de 100 dias. O impasse vai-se encaminhando para a solução, mas ainda há algumas questões pendentes, para as quais pedimos a sensibilidade do Governo e dos respectivos Ministérios.

É verdade que a situação já esteve mais grave, mas as negociações, a persistência e a garra das categorias estão fazendo com que o diálogo avance e tome corpo, para que haja a solução das reivindicações.

Apesar de terem sido realizadas várias reuniões na semana passada, alguns impasses ainda estão existindo. Havia uma conversa informal pela qual o Ministério da Saúde concordaria em elaborar um plano de carreira, reivindicado pela categoria. Mas parece que esse avanço, que parecia estar consolidado, recebeu um balde de água fria, já que a posição do Governo é a de não ratificar o plano de carreira dos servidores por meio de um projeto de lei. A categoria entende que o Congresso Nacional é o local mais apropriado para que as reivindicações da categoria nessa luta grevista sejam apreciadas. Parece, no entanto, que o Governo quer uma comissão paritária para tratar do assunto, comissão esta que definiria o plano de carreira. Entendemos que esse não é o melhor caminho.

Além do impasse do envio do projeto de lei ao Congresso, o fim da greve dos servidores públicos da segurança social está preso a outra questão importante, para a qual pedimos a sensibilidade do Governo: o sistema de pontuação para as gratificações das categorias. Em uma das rodadas de negociação entre o Governo e os trabalhadores, foi acordado um sistema de pontuação para as gratificações, com uma variação fixa de 15 pontos e outra variação flutuante, que dependerá do desempenho de cada trabalhador. O problema é que a parte fixa da gratificação seria maior para os trabalhadores da ativa e menor para os aposentados e pensionistas.

O comando de greve não concorda com a diferenciação, e nós também não concordamos com isso. Por isso, a categoria está proposta um mínimo de 30 pontos, o que beneficiaria todos os funcionários

os. Chega de discriminar os inativos e os pensionistas! Essa gratificação com variável flutuante, do ponto de vista dos servidores, não poderá beneficiar apenas uma parte da categoria. Isso é legítimo e justo.

Também é questionável o índice flutuante que seria aplicado. Que critérios poderiam ser utilizados para fixar gratificações diferenciadas para os trabalhadores de uma determinada categoria? Os trabalhadores temem até uma manipulação dos servidores para a concessão do benefício e a subavaliação de desempenho por parte de algumas chefias.

É lamentável que os servidores públicos deste País sejam profundamente desrespeitados e susseguem uma greve que se arrasta há mais de 100 dias. Estamos vendo que a tônica desse Governo é a de repetir o procedimento que o próprio Ministério da Educação adotou em relação aos seus trabalhadores: aposta no impasse, no não-diálogo, no corte de salário, e, principalmente, tenta jogar a sociedade contra as categorias na justa reivindicação.

Esse problema se dá na forma e no conteúdo: na forma, porque não utilizou a prática tão presente na retórica neoliberal, que defende a negociação, a livre expressão e o direito de reivindicar; no conteúdo, porque o decreto estabelece que ninguém mais recebe salário sem o aval do Presidente da República. O Decreto nº 4.010 e a Medida Provisória nº 10 são ditoriais no conteúdo e na forma, pois as categorias estão à mercê do Presidente da República: se Sua Excelência paga salário ou não, se decide se pode haver greve ou não. Estão que rendo do que se estabeleçam passos por dois terços da categoria e enviem ao Governo o plano da greve, uma espécie de pauta com detalhes sobre a tática a ser adotada. Isso é retroceder ao período ditatorial e antidemocrático, que conhecemos e repudiamos.

Na verdade, Sr. Presidente, o Governo, com essa atitude, quer regulamentar o direito de greve dos trabalhadores, dos funcionários públicos, pela via autoritária. E atropela o Congresso Nacional, sim, subestima a inteligência do povo, afronta os poderes constituídos, as lideranças sindicais e os servidores públicos em luta.

É por isso, portanto, que fazemos este registro e pedimos a atenção do Governo Federal, mais uma vez, para que as reivindicações dessas categorias cheguem a bom termo.

É de conhecimento de todos que a valorização do servidor público tem sido incentivada nos países

em desenvolvimento. Isso porque o trabalho é indispensável para o processo de transformação e mundialização.

Sr. Presidente, queremos ainda registrar que o tratamento que o Governo vem dispensando ao funcionários públicos tem sido vergonhoso. A educação, por exemplo, que deveria ser um bem público, a exemplo do que fazem outros países que apostam na educação, na ciência, na pesquisa e na tecnologia, não é valorizada no Brasil. Ficamos estarrecidos – e é este o repúdio que quero registrar – diante dos comentários feitos pelo Presidente da República, na semana passada, sobre os professores brasileiros. O Presidente Fernando Henrique Cardoso teve a infelicidade de declarar que cientistas e pesquisadores frustrados se tornam professores. Eu, como professora do meu Estado, tendo exercido o magistério durante 23 anos – sou professora, estou licenciada –, não consigo acreditar que um ex-professor possa fazer uma declaração tão agressiva à categoria dos professores.

Deixo, portanto, registrada a minha indignação com o desprezo dado pelo Governo aos funcionários públicos da Saúde, da Educação e da Previdência. E peço que sejam resolvidas imediatamente as questões pendentes, que são mínimas diante do sacrifício imposto à sociedade brasileira, que sofre com tantos dias de paralisação.

O desmonte da Saúde, da Educação e da CLT será barra do nessa Casa, tenho certeza, se a Câmara assim não o fizer, pela sensibilidade e legitimidade, inclusive já tornada pública por V. Ex^a. Quero nos crer que os direitos dos trabalhadores terão um espaço de debate nesta Casa, que se preocupa com o prejuízo que poderá ser gerado para a classe trabalhadora.

Era esse o registro que eu queria fazer, Sr. Presidente, esperando que se resolvam as questões pendentes junto aos funcionários da Previdência e aos professores universitários.

Obrigada, Sr. Presidente.

**SEGUE, NA ÍNTegra, DOCUMENTO
A QUE SE REFERE A SR^a SENADORA
EMILIA FERNANDES EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

**GREVE DOS FUNCIONÁRIOS DA
SEGURIDADE SOCIAL**

Este ano, os servidores públicos federais reagiram à desvalorização e o achatamento salarial imposto pelo Governo Federal com um movimento legítimo de greve nacional. Cerca de 65 mil trabalhadores, previdenciários e professores, sustentam uma heróica gre-

ve. Mais de 100 dias de paralisação e o impasse continua para os trabalhadores da seguridade social, das Universidades e da saúde.

A situação já esteve bem mais grave. As negociações estão sendo encaminhadas depois de um período longo de falta de diálogo.

Na semana passada, apesar das diversas reuniões, ainda há alguns impasses. Na última quarta-feira, conversando informalmente com o comando da greve, o diretor de cursos humanos do Ministério da Saúde afirmou que o ministério concordava com a elaboração do plano de carreira reivindicada pela categoria. A declaração do diretor, que poderia parecer um grande avanço, veio acompanhada de um balde de água fria com a posição do governo de não querer ratificar o plano de carreira dos servidores através de um projeto de lei.

O que acontece é que os trabalhadores se guardam o clima da saúde que remete o plano de carreira passado pelo Congresso Nacional, através de um Projeto de Lei contendo as diretrizes básicas, para garantir o compromisso assumido pelo Ministério da Saúde. O governo, por sua vez, quer que uma comissão paritária elabore o plano. Um impasse tão pequeno, já que a maior dificuldade, que foi o levantamento de recursos para cobrir os gastos com o plano de carreira, foi resolvido. Na avaliação da categoria, uma comissão interna no ministério não terá o poder de garantir as reivindicações.

Além do impasse do projeto de lei ao Congresso, o fim da greve dos trabalhadores da seguridade social da saúde e o trabalho está preso a outras questões: o sistema de pontuação para as gratificações das categorias. Em uma das rodadas de negociação entre o governo e os trabalhadores ficou acordado um sistema de pontuação para as gratificações, com uma variação fixa, de 15 pontos, e outra flutuante, que depende de sempre de cada trabalhador. O problema é que a parte fixa da gratificação seria maior para os trabalhadores da ativa e menor para os aposentados e pensionistas. O comando da greve não concordou com a diferença e, por isto, está propõendo um míni mo de 30 pontos, que beneficiaria a todos os funcionários, ativos, inativos e pensionistas.

A gratificação com variável flutuante, do ponto de vista dos servidores, não poderá beneficiar apenas uma parte da categoria. Além disso, é questionável como este índice flutuante seria aplicado. Que critérios poderiam ser utilizados para fixar gratificações diferentes para trabalhadores de uma determinada categoria? Os trabalhadores temem a manipulação de servidores para a concessão do benefício e a sub-avaliação de sempre por parte de algumas chefias.

Senhoras e senhores senadores,

De todas as reuniões entre o Ministério da Saúde e o comando da greve, o ministro da Saúde se fez presente apenas uma vez, com a intervenção da Central Única dos Trabalhadores, CUT. Nessa reunião, o ministro delegou o grupo de negociação ao chefe de gabinete do ministério.

É a tônica deste governo a repetição do procedimento do Ministério da Educação. Apostar no impasse. Não dia a logar. Cortar salários. Jogar a sociedade contra.

O Governo, não negocia, não atende as reivindicações, não aceita ouvir os trabalhadores, resolve decidir tudo com decreto e medida provisória. No dia 13 desse mês editou o Decreto 4010 e a MP 10. Nada mais ditatorial, na forma e no conteúdo.

Na forma, porque não utilizou a prática, tão presente na retórica neoliberal, que defende a negociação, a livre expressão e o direito de reivindicar. Ao contrário, lança mão de instrumentos, típicos de regimes ditatoriais, em que o Executivo acaba acumulando o papel do judiciário e do parlamento, anulando estes poderes.

No conteúdo, porque no Decreto estabelece que ninguém mais recebe salário sem o aval do Presidente da República e que a greve é proibida em seu governo. O conteúdo da medida provisória permite que o Executivo tome as seguintes providências se houver greve dos servidores:

Contrate, por 90 dias – podendo renovar por mais 90 –, trabalhadores provisórios para tomar os postos de trabalho dos grevistas;

Desconte os dias para os dias, diminuindo esse valor dos salários e da contagem de tempo para promoção, para progressão e (até) para aposentadoria.

Como se isso não bastasse, resolve, na medida medida, intervir no movimento sindical decidindo, arbitrariamente, que para haver greve são necessários os seguintes passos:

- a) decisão por 2/3 da categoria;
- b) envio para o governo de plano da greve (uma espécie de pauta, com detalhes sobre a tática a ser adotada);
- c) manutenção da categoria em forma por 30 dias à espera de resposta do governo;

Portanto, quer estabelecer, determinar o dia do início e do fim da greve para os sindicatos filiados.

O autoritarismo retrocede a períodos ditatoriais e antidemocráticos.

Na verdade, com essa atitude, o Governo regularmente ordena greves dos servidores, através de uma autoridade, de Medida Provisória. Desta forma, atropela o Congresso, confronta os Poderes Constituídos, subestima a inteligência do povo, as lideranças sindicais e aos serviços públicos em luta. Não é possível aceitar uma série de medidas que carregam o tom de ditadura civil e que não respeita a própria Constituição, repetidamente transgredida pelo presidente e seus ministros.

Senhoras e senhores senadores,

A valorização do servidor público tem sido incentivada nos países desenvolvidos, uma vez que seu trabalho é indispensável para o processo de transformação, de mundialização essencial para a reorganização estrutural e de transição sócio, cultural e econômica.

Contribuindo com cerca de 13% do Produto Interno Bruto (PIB) dos países industrializados, a Administração Pública está estreitamente ligada ao papel do Estado nos diversos setores e nos diferentes níveis da economia e da sociedade. O Estado tem um grande impacto sobre o mercado de trabalho, que se estende ao setor privado e à economia informal.

O Serviço Público, em geral, tem sido um dos principais agentes do crescimento econômico e importante disponibilizador de serviços sociais. A Administração Pública está a serviço do cidadão e a constante valorização dos seus recursos humanos é importante para permitir a otimização da função pública.

A ocupação com melhores condições para o exercício do trabalho público tem sido, freqüentemente, examinada por órgãos internacionais, incluindo a Organização Internacional do Trabalho (OIT). A Europa Ocidental introduziu reformas no serviço público na década de setenta, visando a adaptá-lo à mundialização da produção, dos transportes, das comunicações e das transações financeiras, com a finalidade de preservar a capacidade econômica dos países.

Mas, o Brasil, infelizmente, parece desconhecer a posição das recomendações internacionais sobre essa categoria de trabalhadores, indispensável para seu crescimento. A subordinação de nossa política econômica às decisões e às ordens do Fundo Monetário Internacional (FMI) tem desenhado a classe, a ponto de, após sete anos sem aumento, editar um reajuste linear de 3,5%, contra uma inflação acumulada no período de cerca de 75%.

Esse desrespeito aos direitos do Servidor Público brasileiro, é a demonstração inequívoca da falta de escrúpulos e sensibilidade de nossos atuais governantes. Ao Governo, na realidade, não interessa, salários defasados, a falta de comida nos lares e dos milhares de servidores do País, as altas taxas de juros bancários, a inadimplência, a atuação cruel dos agiotas nas repartições públicas, porque precisa, em primeiro lugar, cumprir, com as determinações das estruturas econômicas internacionais, dominadas pela economia americana, como é o caso do FMI.

Senhoras e senhores senadores

O tratamento que o governo vem dando aos funcionários públicos brasileiros tem sido vergonhoso.

A área de educação, que deveria ser o maior bem público, é um exemplo claro disto. Basta verificar o tratamento dispensado aos professores.

Nas semanas passadas, fiquei estarrecida ao ler os comentários feitos pelo presidente Fernando Henrique sobre os professores brasileiros. O presidente teve a infeliz idéia de declarar que "cientistas e pesquisadores frustrados viram professores". Eu, como professora aposentada de meu estado, não consigo imaginar como um ex-professor pode fazer uma reflexão tão leviana de sua própria categoria. Que tenho certeza, recebem o repúdio de todos os professores e cientistas desse país.

Deixo registrada a minha preocupação ao desprezo com que o governo vem tratando os funcionários públicos desse país e apelo para que, imediatamente, se resolvam as questões em debate dos servidores da saúde, da previdência e da educação.

Ao desmonte da educação, da saúde, da CLT, da organização sindical, dos direitos dos trabalhadores, praticado pelo governo FHC, o povo dará a resposta.

**ATA DA 165^a SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA,
REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2001**

(Publicada no DSF de 30 de novembro de 2001)

RETIFICAÇÃO

Na página 30001, na Ata da 24^a Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 29 de novembro de 2001, no **cabeçalho**,

onde se lê:

Ata da 24^a Reunião ...

leia-se:

Ata da 23^a Reunião ...

**ATA DA 167^a SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, REALIZADA EM 4
DE DEZEMBRO DE 2001**

(Publicada no Diário do Senado Federal de 5 de dezembro de

RETIFICAÇÕES

No Sumário da Ata, na página nº 30116, 2^a coluna, no Item 2.3.2 - **Leitura de requerimento**,

Onde se lê:

...de autoria do Senador Ricardo Santos

Leia-se:

...de autoria do Senador Wellington Roberto

ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL
Nº 287, DE 2001

"Dispõe sobre o Cronograma Financeiro Mensal do Senado Federal e seus Órgãos Supervisionados."

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 75 da Lei nº 9.994, de 25-07-2000, RESOLVE:

Art. 1º - O desembolso financeiro mensal do Senado Federal e de seus Órgãos Supervisionados com Pessoal Ativo/Inativo Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes e de Investimentos, constante da Lei nº 10.171, de 05-01-2001, observará os valores fixados no quadro anexo.

Parágrafo único - Excluem-se do duodécimo os gastos decorrentes de Convocação Extraordinária, ajuda de custo a Parlamentares, eferente ao início e ao final de Sessão Legislativa, precatórios, sentenças judiciais, despesas de exercícios anteriores e indenizações por demissões.

Art. 2º - Os Fundos Especiais de que trata o Decreto Legislativo nº 27, de 14-09-1990, serão custeados nos limites de suas respectivas arrecadações.

Art. 3º - Os Créditos Adicionais abertos em favor dos Grupos de Despesa relacionados no artigo 1º terão seus valores incorporados no referido anexo, na proporção do número de meses que faltarem para o encerramento do corrente exercício financeiro.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília-DF, em 28 de novembro de 2001.


Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

ANEXO AO ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL Nº 187, DE 2001

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO MENSAL - (ART. 75 DA LEI Nº 9.995 DE 25 DE JULHO DE 2000)

ÓRGÃO 02000 - SENADO FEDERAL

Em R\$

MESES	PESSOAL	CUSTEIO & INVESTIMENTO	TOTAL
JANEIRO	64.828.169,84	20.252.150,00	85.080.319,84
FEVEREIRO	74.828.169,84	20.252.150,00	95.080.319,84
MARÇO	60.828.169,84	20.252.150,00	81.080.319,84
ABRIL	60.828.169,84	20.252.150,00	81.080.319,84
MAIO	60.828.169,84	20.252.150,00	81.080.319,84
JUNHO	80.828.169,84	20.252.150,00	101.080.319,84
JULHO	60.828.169,84	20.252.150,00	81.080.319,84
AGOSTO	60.828.169,84	20.252.150,00	81.080.319,84
SETEMBRO	60.828.169,84	20.252.150,00	81.080.319,84
OUTUBRO	60.828.169,84	20.252.150,00	81.080.319,84
NOVEMBRO	66.828.169,82	20.252.150,00	87.080.319,82
DEZEMBRO	134.147.131,78	21.709.830,00	155.856.961,78
TOTAL: LEI Nº 10.171/01	847.257.000,00	244.483.480,00	1.091.740.480,00

FONTE: SIAFI

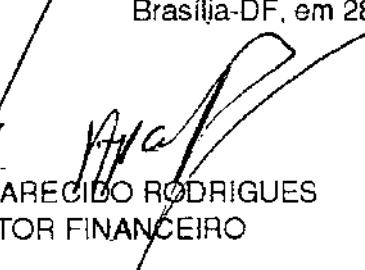
Notas

Mês de fevereiro: Decreto Legislativo nº 07/99 e efeitos da Resolução nº 42/93

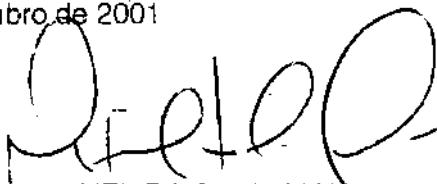
Mês de junho: Adiantamento de 50% 13º salário e efeitos da Resolução nº 42/93

Mês de dezembro: 13º salário e adiant. de férias. Decreto Legis. nº 07/99 e efeitos da Resolução nº 42/93

Brasília-DF, em 28 de novembro de 2001



CELSO APARECIDO RODRIGUES
DIRETOR FINANCEIRO



AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2335 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 16.854/01-2,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 2153, de 2001, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2439, de 08/11/2001, que nomeou **ROCHELLE DE SOUZA STANCHI AMORIM**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador João Alberto Souza.

Senado Federal, em 6 de dezembro de 2001.



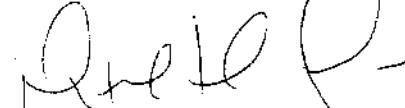
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2336, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 17.024/01-3,

R E S O L V E exonerar **EDUARDO ANTONIO LEÃO-COELHO**, matrícula n.º 30440, do cargo de Assessor Técnico, do Gabinete do Senador Benicio Sampaio e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 6 de dezembro de 2001.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2337 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 17031/01-0,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, **TANIA MARIA PINTO SAMPAIO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Benício Sampaio.

Senado Federal, em 6 de dezembro de 2001.



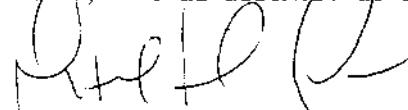
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2338, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 17.023/01-7,

R E S O L V E exonerar **FABIANO CHAVES SANTOS**, matrícula n.º 30.898, do cargo de Assessor Técnico, do Gabinete do Senador Benício Sampaio e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 6 de dezembro de 2001.



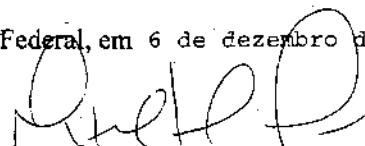
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2339 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 016.978/01-3,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANA FLAVIA BEZERRA DE MELO PARAGUAY** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Robinson Viana.

Senado Federal, em 6 de dezembro de 2001.



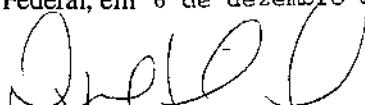
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2340 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 017095/01-8,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOSE CARLOS ARCOSTA FERREIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Osmar Dias.

Senado Federal, em 6 de dezembro de 2001.



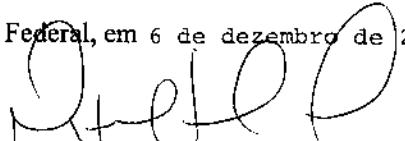
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2341, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 17.019/01-0,

R E S O L V E exonerar **RAVENA NAPOLEÃO DO RÉGO PINHEIRO**, matrícula n.º 30628, do cargo de Secretário Parlamentar, do Gabinete do Senador Benício Sampaio e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 6 de dezembro de 2001.

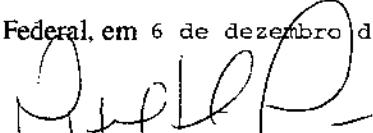

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2342, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 17130/01-8,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, Inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ROSIMERE BRITO FRATES**, matrícula n.º 31990, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Amir Lando.

Senado Federal, em 6 de dezembro de 2001.

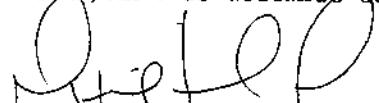

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2343 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 017130/01-8,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MAURÍCIO VAZ** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Amir Lando.

Senado Federal, em 6 de dezembro de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA

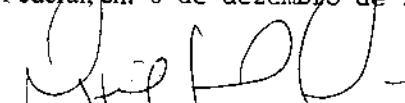
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2344 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 017.158/01-0,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **THAIS NASCIMENTO PRUDENTE** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Antonio Carlos Valladares.

Senado Federal, em 6 de dezembro de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA

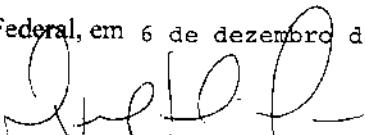
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2345 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 017.183/01-4,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **RAPHAEL AUGUSTO TAVERNARD NEVES DE OLIVEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal com lotação e exercício no Gabinete do Senador Fernando Ribeiro.

Senado Federal, em 6 de dezembro de 2001.

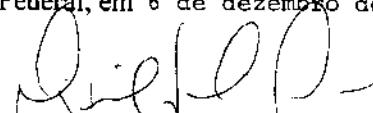

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2346 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 017.160/01-4,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **WALLACE BRECIANI** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Ademir Andrade.

Senado Federal, em 6 de dezembro de 2001.

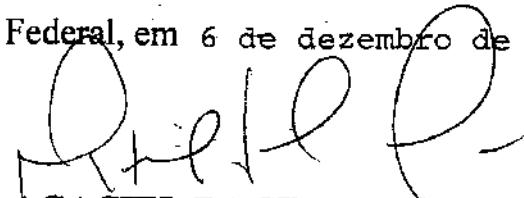

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2347, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 017.161/01-0,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ELIANE FERNANDES FERREIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PMDB.

Senado Federal, em 6 de dezembro de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral